

Anderson Pereira Portuguese  
Luiz Gonzaga Godoi Trigo  
(organizadores)

# SUSTENTABILIDADE E TURISMO EM COMUNIDADES



**Anderson Pereira Portugal  
Luiz Gonzaga Godoi Trigo**  
(organizadores)

# **SUSTENTABILIDADE E TURISMO EM COMUNIDADES**

**Ituiutaba, MG,  
2021**



© Anderson Pereira Portuguez / Luiz Gonzaga Godoi Trigo (organizadores), 2021.  
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.  
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.  
Diagramação: Alisson José de Lima.

Editora Barlavento  
CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87653 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.  
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.  
*barlavento.editora@gmail.com*

Conselho Editorial – Grupo Turismo  
Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

*Pareceristas brasileiros*

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Drnd. Bruno de Freitas

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Profa. Cláudia Neu

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Dr. Ricardo Lanzarini

*Pareceristas internacionais*

Dr. José Carpio Martin - Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa - Benin

Dra. Diamiry Cabrera Nazco - Cuba

Sucel Noemi Alejandre Jimenez - Cuba

---

Sustentabilidade e turismo em comunidades. Anderson Pereira Portuguez / Luiz Gonzaga Godoi Trigo (organizadores). Ituiutaba: Barlavento, 2021, p.272

ISBN: 978-65-87563-22-0

**1. Sustentabilidade. 2. Turismo. 3. Comunidades. 4. Planejamento. 5. Região.**

**I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. II. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi.**

Data de publicação e postagem: 27/05/2021.

---

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

## **AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
– CAMPUS PONTAL**



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO  
PONTAL**



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO - UFU**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA DO PONTAL – ICH/UFU**



**EDITORA BARLAVENTO**

## SUMÁRIO

A resiliência no turismo de base comunitária na acolhida na Colônia-SC <i>Marinês da Conceição Walkowski, Daniele Lima Gelbcke e Luciene Assing</i> .....	9
Turismo comunitário no e do Brasil e o trabalho educativo. <i>Luzia Neide Coriolano</i> .....	38
Turismo com base comunitária – oportunidade para o desenvolvimento local em Pacatuba/CE <i>Gheysa Mara Carneiro Paiva e Jefferson de Sousa Brito</i> .....	61
O turismo e o patrimônio material e imaterial da cultura italiana nas regiões da Serra Gaúcha e Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, Brasil <i>Vanessa Manfio e Vinício Luís Pierozan</i> .....	89
Estâncias Hidrominerais Paulistas de Águas da Prata, Águas de Lindóia e Águas de São Pedro: história, turismo e a multifuncionalidade da paisagem <i>Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira</i> .....	118
Projeto de turismo em área rural e a paisagem natural da cuesta no interior paulista <i>Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Matheus Sanaïotti Marconi e João Carlos Geraldo</i> .....	152

Ciudad de Manzanillo, una visión desde su contexto local <i>Diamiry Cabrera Nazco, Anderson Pereira Portuguez, Senia Pérez Torres e Yulianne Pérez Escalona</i> .....	173
Ilha Grande dos Paulinos/MA: memórias e ecoturismo de base local <i>José Pedro Da Ros e Denise dos Santos Soares</i> .....	206
Turismo, desenvolvimento e redes: reflexões sobre a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais - APACC (Alagoas-Pernambuco) <i>Celso C. Gomes e Fernando Luiz Araújo Sobrinho</i> .....	234
Sobre os organizadores e autores.....	262



# A RESILIÊNCIA NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ACOLHIDA NA COLÔNIA- SC

*Marinês da Conceição Walkowski*

*Daniele Lima Gelbcke*

*Luciene Assing*

## **Introdução**

O turismo é um setor que não está diretamente ligado às necessidades básicas do ser humano como a alimentação, a moradia, a saúde e a educação. Ao mesmo tempo, depende enormemente dos recursos naturais, culturais, sociais, patrimoniais e humanos que estão na base do seu desenvolvimento. Por esta razão, acaba sendo fortemente afetado por crises de diversas naturezas como econômica, política (guerras, terrorismo), ambiental (ciclones, terremotos, etc.), sanitária, climática, entre outras.

A pandemia do coronavírus Sars-Cov-2 (Covid-19) é testemunha dessa afirmação, e mostra claramente a vulnerabilidade do setor turístico, o quanto a crise atual vem afetando o comportamento dos consumidores e exigindo uma nova postura dos destinos enquanto produtos (PANOSSO NETTO, OLIVEIRA, SEVERINI, 2020). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o número de turistas estrangeiros caiu 65% entre janeiro e junho de 2020, com 440 milhões de turistas a menos em comparação com o mesmo período de 2019. O setor que mais sofreu foi o agenciamento e a

organização de viagens, seguido de transportes rodoviário e aéreo, e depois pelos setores de bares e restaurantes, que tiveram uma queda média significativa de quase 60% na produção. A projeção das perdas econômicas do turismo, em comparação ao PIB de 2019, totalizaram R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020/2021, uma queda de 21,5% na produção total do período. O número de empregos eliminados durante a pandemia também mostra a gravidade do problema, sendo estimado pela WTTC (World Travel & Tourism Council), em 100 milhões (TRIGO, 2020).

Diferente de outras situações - como atos de terrorismo, que atingiram o Oriente Médio, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos ou a Espanha; desastres naturais, como furacões no Caribe, tsunamis na Indonésia e na Tailândia, vulcões na Argentina ou na Islândia; doenças contagiosas como o SARS e a gripe aviária que castigaram a Ásia, ou a Ebola na África ocidental – que impactaram a economia e o turismo, sobretudo das regiões atingidas, a COVID-19 vem causando impactos no mundo inteiro. A Organização Mundial do Turismo relatou que 100% dos destinos do mundo sofreram alguma restrição de viagens em resposta à pandemia (OMT, 2020). Galvani, Lew e Perez (2020) argumentam que, a pandemia do novo coronavírus é um resultado direto da globalização, e o turismo internacional, um dos responsáveis pela sua rápida disseminação por todo o planeta. Isto explica porque o turismo foi um dos setores econômicos mais afetados pelos bloqueios e restrições de viagens.

Com esse impacto, o setor passou a refletir sobre estratégias para se adaptar à nova realidade, entre elas a adoção de protocolos de segurança sanitária, redução do atendimento e organização dos destinos. A mobilidade reduzida, sobretudo entre países, o receio em utilizar meios de transporte coletivos, redes

hoteleiras e conviver com grande fluxo de pessoas tem mudado o hábito dos consumidores. A tendência, principalmente no curto prazo, é que as pessoas procurem destinos mais próximos, onde possam se deslocar com veículo próprio, obtenham um atendimento mais exclusivo e atividades ao ar livre.

Neste cenário, alguns segmentos ou mesmo formas de pensar e desenvolver o turismo ganham visibilidade, sobretudo aquelas antagônicas ao turismo de massa, que disponibilizam atividades e serviços em pequena escala, estão localizados em sítios mais remotos e oferecem atividades voltadas à experiências mais autênticas e autóctones. O turismo de base comunitária (TBC) se encaixa nesta forma diferenciada de promover o turismo, pois tem como premissas: o protagonismo das comunidades na gestão e oferta de bens e serviços; o uso de recursos culturais, naturais, patrimoniais e estruturais endógenos de cada localidade; a sua associação com a sustentabilidade e o desenvolvimento local (FABRINO, NASCIMENTO, COSTA, 2016; ICMBIO, 2018; MANZANARES, MATEOS, 2017; SAMPAIO, ZAMIGNAN, 2012, MORAES, 2017; VERA, 2016). Dentre os princípios que regem o TBC estão: conservação da biodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum, transparência, partilha cultural, estímulo à reflexão e ao aprendizado, dinamismo cultural e, complementaridade a outras atividades econômicas (ICMBIO, 2020).

Ainda que a busca por experiências mais autênticas seja crescente, as iniciativas de TBC são bastante tímidas quando comparadas ao turismo convencional, recebem pouco incentivo de políticas públicas e, geralmente são invisíveis aos olhos do trade turístico. Neste momento, todavia, alguns dos princípios defendidos pelo TBC ganham visibilidade nas reflexões e no

desenvolvimento de estratégias para fazer frente à crise gerada pelo COVID 19, entre eles, o turismo de baixa escala e o contato com a natureza como uma forma de romper com a rotina das cidades, e buscar o convívio sem correr riscos. Nesse sentido, acredita-se que a ênfase na biodiversidade, na conservação do patrimônio e no localismo, além da segurança sanitária, será fundamental para atrair visitantes desconfiados (LENCASTRE, 2020).

Viajar mais lentamente, o *slow tourism*, aprofundando a interação com as comunidades e suas culturas, tem se mostrado uma tendência contrária ao turismo de massa. É precipitado afirmar que estamos diante de um novo paradigma do turismo, mas as consequências da pandemia sobre o setor, tem promovido reflexões e mudanças de comportamento, que tendem a se perpetuar no período pós-crise. Ao mesmo tempo, analisar as experiências de turismo mais autóctones, de pequena escala e desenvolvidas em ambientes naturais pode trazer elementos importantes, sobretudo com relação à sua capacidade de resiliência frente às crises, como esta que estamos enfrentando na atualidade.

Sendo assim, foi realizada uma análise da bibliografia referente ao turismo comunitário e de dados secundários nos temas resiliência, turismo de base comunitária e COVID 19, e a observação participante junto à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, uma experiência desenvolvida no sul do Brasil. O objetivo é discutir o tema, tomando como base a crise gerada pela COVID 19 no setor, e as estratégias de resiliência encontradas pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, a partir dos preceitos do turismo de base comunitária.

## **O movimento *slow* e o Turismo de Base Comunitária**

O *Slow Travel* é um conceito atrelado a ideia de lazer, diversão e de aprendizado, pautado na ideia de valorização do modo tradicional de se fazer e vivenciar turismo, e que incentiva uma crescente mudança de comportamento de viajantes. Tal temática surge a partir das críticas ao turismo de massa, também apontadas por Jafari (1994), como parte de uma plataforma de advertência às práticas de turismo. A partir de então, discutiu-se propostas alternativas de se conceber viagens, tais como: ecoturismo, turismo verde, turismo sustentável, turismo responsável, turismo leve, turismo alternativo, turismo de nichos, turismo rural, turismo comunitário, novo turismo, turismo brando, entre outros (BAUER, PANOSSO NETTO, 2014). Outro tema anterior ao COVID-19 e que reforça o debate atual, é o fenômeno chamado de “*overtourism*”, que ocorre em destinos turísticos onde anfitriões e convidados, moradores ou visitantes, se deparam com um número massivo de visitantes, ocasionando impactos negativos (PANOSSO NETTO, OLIVEIRA, SEVERINI, 2020). Outro tema vem ganhando destaque neste período, a monocultura do turismo, ou seja, a forte dependência econômica sobre um mesmo setor, que no turismo é agravada pela sobrecarga na infraestrutura urbana e na população local.

O impacto que o turismo mundial sofreu, somado a mudança de comportamento dos consumidores fomenta a discussão sobre possíveis alternativas para o turismo do presente e do futuro. Tais alternativas vêm apontando para a diversificação, e para o estímulo às potencialidades locais e regionais. Fatores como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar os ativos endógenos

regionais. Neste sentido, afirma Damo (2006) que para um processo de desenvolvimento regional, além das transformações sociais, é necessário aproveitar as vantagens comparativas e a diversificação da economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região.

É nesta pauta que o Turismo de Base Comunitária (TBC) pode mostrar pistas. Criado a partir da necessidade de dinamizar as atividades no campo e frear o processo de especulação imobiliária e do turismo de massa em áreas litorâneas, o TBC surge como proposta para resgatar a estima das comunidades e a defesa do território (VERA, 2016). O TBC pode ser definido como uma modalidade composta por empreendimentos sociais que oferecem aos seus visitantes, atividades que por seu caráter de compartilhamento, são chamadas de vivências ou convívios. Essas vivências ocorrem, em sua maioria, durante as visitas em unidades de conservação, onde também ocorre uma maior

intimidade dos anfitriões com a natureza, nas hospedagens em casas de famílias onde as relações se tornam mais próximas, íntimas e autênticas, como também na participação em festas populares e folclóricas locais onde se vivencia a cultura local (GRIMM, SAMPAIO, 2011, p. 8).

Guzzatti (2018), pondera que o TBC é projetado necessariamente com a comunidade, ou seja, nunca “para” a comunidade e dificilmente somente “pela” comunidade. No caso de TBC no meio rural, estas iniciativas mobilizam parte da população local, valorizam as produções agrícolas e artesanais, gerando renda apta a contribuir ao financiamento de novos projetos (educação, cultura, saúde, meio ambiente, produção). O TBC é também (e sobretudo) um elemento de dinâmica social, fator de abertura, de respeito, de escuta e de trocas culturais. Por

este encontro de culturas, ele coloca em perspectiva a evolução das sociedades, criando também as condições de novas solidariedades entre pessoas de culturas diferentes.

Enquanto “nova concepção de turismo, o TBC é também influenciado pelas mudanças no perfil do turista contemporâneo, o qual busca por experiências turísticas com valores naturais e culturais, que primam pela autenticidade e originalidade dos lugares e pela responsabilidade e preocupação com a biodiversidade, por meio da interação com a comunidade visitada” (MORAES, MENDONÇA, PINHEIRO, 2017).

Sob esta ótica, observa-se que o turismo pode levar ao desenvolvimento de um processo de transformação social que supõe uma acumulação e interação do capital humano, institucional e físico. As iniciativas que levam em conta essas proposições se configuram como um turismo responsável que reforça e valoriza a identidade e as culturas locais, fortalece a participação da comunidade e incita o conhecimento e a mútua aprendizagem entre turistas e residentes, gerando um intercâmbio solidário entre as partes (MORALEDA, MAZÓN, IZQUIERDO, 2016; ONYX, EDWARDS, BULLEN, 2017; BRUSADIN, PANOSSO NETTO, 2016). Cabe destacar ainda, que no TBC o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais praticadas pela comunidade (BURSZTYN, 2009), que são justamente compartilhadas com os turistas para mostrar o modo de vida dos comunitários.

Embora cada conceito aborda algumas especificidades, existem princípios comuns entre as diversas definições, quais sejam: autogestão; associativismo/cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios.

## **Resiliência no Turismo**

De forma bastante genérica, a resiliência é compreendida como a capacidade de resistir ou de se recuperar de adversidades e interrupções (JONES, COMFORT, 2020). O conceito de resiliência vem sendo incorporado nas diversas áreas do conhecimento, desde a física até as ciências humanas (LEW, et al, 2020; COSTA, 2017; JONES, COMFORT, 2020). No turismo, a sua adoção é relativamente recente, e surge diante na necessidade de pensar estratégias para enfrentar às inúmeras questões que afetam o setor, tais como: crises econômicas; crises políticas; aumento da incidência de eventos climáticos extremos; contribuições do tráfego aéreo e de cruzeiros na emissão de gases de efeito estufa; impactos ambientais gerados pelo próprio turismo em áreas frágeis, e/ou sociais em comunidades tradicionais e remotas; crises sanitárias; entre outros (LEW, et al, 2020; COSTA, 2017).

Para alguns acadêmicos, o conceito de resiliência tem sido usado como sinônimo de sustentabilidade, afirma Jones e Comfort (2020). Mais recentemente, esse conceito foi reconhecido como capaz de apreender aspectos importantes da sustentabilidade e, ao mesmo tempo reconhecer que a capacidade das comunidades de se adaptarem e, em última análise sustentarem seus empreendimentos turísticos, é consideravelmente influenciada por diversos contextos (ESPINER, ORCHISON, HIGHAM, 2017).

Algumas organizações internacionais adotaram tal conceito como estratégia para superar crises e dar respostas às mesmas. A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), por exemplo, criou a Campanha Cidades Resilientes para a Redução

de Desastres (UNISDR), e inseriu o conceito no Objetivo 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), qual seja “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (BRASIL, 2020).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) também incorporou o tema da resiliência para pensar o turismo, estabelecendo o Comitê de Resiliência no Turismo (TRC), durante a 84ª Conferência do Conselho Executivo da OMT realizada em 2008, em Madri, Espanha. Tal comitê foi acordado à época para fazer frente aos impactos da recessão econômica (COSTA, 2017).

Ainda, vale destacar que adotar uma abordagem de resiliência no turismo requer trabalhar esse conceito junto aos atores envolvidos na atividade, elaborar as medidas necessárias que conduzam o desenvolvimento desta perspectiva, mas também adaptar as metodologias já existentes, como a de análise do comportamento resiliente da Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE) e aquelas da Construção de Cidades Resilientes da ONU (COSTA, 2017).

Costa e Sonaglia (2020), destacam que a atividade turística envolve a gestão pública, a privada e as diversas instâncias sociais para seu pleno desenvolvimento, ainda que haja poucas experiências de inclusão efetiva da população local na tomada de decisões. Para Beni (2012), a ausência de atenção e consideração com relação a inclusão da população local nos processos produtivos, gera um grande vazio na participação efetiva da comunidade, devido a falta de sensibilidade, conhecimento e apreensão mental das lideranças públicas e empresariais com relação ao que é desenvolvimento endógeno. Para tanto, se faz necessário criar um ambiente institucional

envolvendo os diversos segmentos envolvidos como a esfera pública e privada, da sociedade civil e demais setores.

A resiliência deve, portanto, ser incorporada na gestão e no planejamento do turismo, e isto só pode ser alcançado mediante uma mudança de comportamento dos gestores do turismo, “estando essa voltada, sobretudo, para o entendimento da importância de suas ações, da sua capacidade enquanto agente articulador de mudanças e da promoção do equilíbrio entre a gestão e as necessidades das localidades” (COSTA, 2017, p. 31).

O conceito de resiliência tem várias interpretações. Na área do desenvolvimento humano, o seu estudo busca compreender como pessoas expostas a situações de estresse e adversidades conseguem superá-las, e até se sair fortalecidas (INFANTE, 2005). No turismo, Cher e Lew (2017 apud JONES, COMFORT, 2020), alegam que está ocorrendo uma mudança paradigmática no planejamento do turismo à longo prazo, em que o foco na sustentabilidade está sendo aprimorado pela aplicação da resiliência. Costa (2017), vai além e defende a ideia de que a resiliência deve estar presente não apenas no planejamento, mas depende da atitude resiliente dos agentes envolvidos na atividade, sobretudo os gestores.

Segundo Jones e Comfort (2020), a resiliência não está sendo adotada apenas no campo das pesquisas, mas há um interesse emergente de planos mais amplos de desenvolvimento do turismo resiliente, que envolvem vários desafios para o setor do turismo, como os riscos naturais e mudanças demográficas, embora a resiliência às mudanças climáticas ainda seja o foco principal.

Existe um vasto campo para investigações sobre o tema, e algumas propostas metodológicas já foram apresentadas por alguns pesquisadores.

## **Procedimentos metodológicos**

No presente artigo se adotou como procedimento metodológico as etapas de pesquisa bibliográfica e de dados secundários nos temas resiliência, turismo de base comunitária e COVID 19, e a observação participante junto à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, uma experiência desenvolvida no sul do Brasil.

A observação participante se justifica, pois as autoras deste trabalho assessoram a organização Acolhida na Colônia e acompanham de perto a iniciativa que será aqui descrita. Destaca-se que essa abordagem qualitativa requer abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo, para a realização da coleta de dados (CARDOSO, 1988). A observação permite coletar dados que mesmo sendo de natureza subjetiva, fornece a possibilidade de melhor avaliar a veracidade das informações obtidas de outras fontes (MINAYO, 2000). Neste sentido, as observações realizadas durante as reuniões, encontros, conversas informais e a própria convivência com os agricultores e outros atores locais trazem ricos subsídios e dados importantes sobre o objeto de pesquisa, além de considerar a experiência prática das autoras da pesquisa (GELBCKE, 2006).

## Acolhida na Colônia, protagonismo e resiliência

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC) foi fundada em 1999, no território das Encostas da Serra Geral - Santa Catarina, com base na Associação francesa Accueil Paysan<sup>1</sup>, com o intuito de oportunizar qualidade de vida e alternativa de renda para os agricultores familiares daquele território.

Figura 01: Território Encostas da Serra Geral.



Fonte: Walkowski (2013).

<sup>1</sup> Accueil Paysan é uma rede internacional que está presente em 31 países, tendo como objetivo a manutenção da agricultura familiar (<https://www.accueil-paysan.com/fr/que-faisons-nous/international/>).

Destaca-se que, nas Encostas da Serra Geral, àquela época, se iniciava um processo de reflexão bastante amplo sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável daquele território, eminentemente rural. O agroturismo despontava, junto com a produção orgânica e as agroindústrias familiares, como uma das bases do tripé de atividades capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável. É por esta razão que a AAAC foi criada com a participação efetiva dos agricultores familiares, que refletiram muito sobre o tipo de turismo que desejavam desenvolver, e elaboraram uma carta de princípios que norteia o trabalho da organização em todas as regiões em que atua. Desta carta de princípios, destaca-se o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, o compartilhamento de experiências e o trabalho em rede. Esses princípios seguem sendo fundamentais para o trabalho desenvolvido e contribuíram muito para o processo de resiliência dos associados frente à COVID 19.

A clareza da AAAC com relação aos seus objetivos, a construção de uma metodologia própria para desenvolver o agroturismo em pequenos municípios rurais, e os benefícios alcançados pelos agricultores protagonistas despertaram o interesse de outros agricultores e do poder público de vários municípios catarinenses. É assim que, com apoio do governo do Estado de Santa Catarina, e posteriormente dos Ministérios do Turismo (MTur) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), a AAAC desenvolveu uma primeira fase de expansão para outras regiões do estado, culminando em três novas associações em 2007 e uma em 2009.

Figura 02 e 03: Sinalização e pousada Assing.



Fonte: Acolhida na Colônia, 2018.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido e dos resultados positivos da experiência veio através de vários prêmios<sup>1</sup>, aumentando a sua visibilidade e credibilidade, e gerando interesse por parte de outros municípios, regiões e mesmo estados. O resultado é uma organização que hoje conta com aproximadamente 150 famílias associadas em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, com potencial para expandir para outras realidades e contextos.

Vale ainda ressaltar a incidência política da Acolhida na Colônia, para o reconhecimento e legalização da atividade turística na agricultura no estado de Santa Catarina. Foi através da sua articulação com outros parceiros que foi criada a Lei de

Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) nº 14.361 de 25 de janeiro de 2008, e mais recentemente, o decreto nº 1.559 de 03 de abril de 2018 do Microprodutor Rural. A Lei TRAF reconhece o agroturismo como uma atividade da propriedade agrícola e, o decreto, a emissão de documento fiscal - nota eletrônica de microprodutor - para os serviços de hospedagem, alimentação, venda de produtos, etc. sem que o agricultor perca sua condição de agricultor familiar e os benefícios de seguridade social vinculados à esta categoria.

O reconhecimento da Acolhida na Colônia, e o interesse conquistado ao longo desses 20 anos se deve, em grande parte: ao trabalho em rede; à capacidade da entidade em estabelecer parcerias (no âmbito local, regional, estadual, nacional e mesmo internacional); à carta de princípios que orientam a organização; ao protagonismo dos agricultores e; ao desenvolvimento do turismo enquanto atividade complementar e vinculada à produção agrícola.

Esses fatores têm contribuído muito para o processo de resiliência da associação frente a crise gerada pela COVID 19, cujo alerta se deu em meados de março do presente ano. No estado de Santa Catarina, o governo agiu rapidamente, baixando decretos para o fechamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços (com exceção da venda de produtos alimentícios, farmacêuticos e de primeira necessidade). Na Acolhida na Colônia 100% das propriedades associadas fecharam suas portas, sofrendo duas perdas importantes de renda, aquela proveniente dos serviços turísticos (alimentação, hospedagem, atividades pedagógicas e de lazer, etc.), e da venda direta dos produtos agrícolas nas propriedades. Destaca-se que para vários associados, a venda diretamente aos turistas responde por uma parcela significativa da renda familiar. Ao mesmo tempo, canais

de comercialização como as feiras e as compras institucionais como PNAE (Programa nacional de Alimentação Escolar) também foram afetadas pela suspensão das feiras e fechamento das escolas.

A primeira reação à crise veio da parte de um grupo de associados das Encostas da Serra Geral, que com apoio da equipe técnica e dos próprios turistas habituais e amigos, rapidamente se organizou para comercializar produtos orgânicos e artesanais diretamente para grupos de consumidores em Florianópolis e municípios vizinhos. Algumas regras foram estabelecidas internamente e divulgadas aos consumidores, entre elas: entregas quinzenais; comercialização de produtos orgânicos e artesanais produzidos pelos associados; utilização de o máximo de ingredientes orgânicos nos produtos artesanais; interdição de ingredientes transgênicos; entrega para grupos de consumidores organizados (com um único ponto de entrega por grupo); pedidos mínimos de R\$ 500,00 por grupo de consumidores.

Figura 03: Produção e cesta orgânica.



Fonte: Acolhida na Colônia, 2020.

Com base em tais regras, foi realizada a mobilização de uma rede de potenciais consumidores, sendo os turistas mais conhecidos e amigos, os primeiros a serem contactados. Os laços afetivos dos associados com seus clientes, e as relações de confiança pré-estabelecidas incentivaram essas pessoas à prontamente mobilizarem amigos, vizinhos e familiares para constituir seus pequenos grupos de consumidores. Além de uma compra mínima de R\$ 500,00/grupo, os produtos são entregues em um único local, e cabe aos integrantes do grupo se organizarem para fazer a distribuição.

No início foram 5 famílias agricultoras envolvidas nesta iniciativa, alcançando um valor total de venda próximo a R\$ 3.000,00/entrega. Mediante um trabalho de divulgação através das redes sociais, mas também do “boca à boca”, o número de clientes e o valor das compras foi se ampliando, e hoje atinge aproximadamente R\$ 9.000,00/entrega. Essa experiência, que a Acolhida na Colônia nomeou de Campanha da Horta à Mesa vem se expandindo. Primeiro envolvendo os associados das Encostas da Serra Geral, depois associados da Serra Catarinense que se juntaram aos primeiros para diversificar a oferta e escoar a produção reprimida pela COVID 19. Mais recentemente, experiência semelhante vem sendo desenvolvidas por outro grupo de agricultores associados, desta vez com entregas no norte do estado de Santa Catarina, municípios de Campo Alegre, Corupá e São Bento do Sul, onde estes agricultores vivem. Entre as duas experiências são mais de 30 famílias envolvidas.

Apesar de a venda direta aos consumidores através de entregas à domicílio não ser uma novidade, visto que é uma alternativa adotada por outros agricultores, a rapidez com que esse grupo reagiu à crise que afetou o agroturismo é o que nos interessa discutir neste trabalho. A resiliência da Acolhida na

Colônia também pode ser verificada na forma como as atividades do agroturismo estão sendo retomadas, a partir da liberação parcial dos estabelecimentos de hospedagem e alimentação no estado de Santa Catarina. Em ambos os casos - comercialização direta e retomada das atividades agroturísticas - os princípios adotados pela organização, que vão ao encontro dos preceitos do turismo de base comunitária, trazem elementos importantes para configurar o processo de resiliência e podem contribuir para este debate, como veremos a seguir.

### **Turismo como atividade complementar à agricultura**

O turismo como atividade complementar à outras atividades econômicas é um dos princípios defendidos por pesquisadores e debatedores do turismo de base comunitária. No caso da Acolhida na Colônia, que encontrou no turismo uma forma de valorizar a agricultura familiar através do compartilhamento do dia a dia no campo, de atividades educativas e pedagógicas, essa questão sempre esteve presente. Afinal, é a interação com a agricultura familiar que diferencia o agroturismo de outras experiências de turismo no espaço rural. Ao mesmo tempo, essa reflexão é realizada desde os primórdios da organização, pois a intenção nunca foi substituir a produção agrícola pelo turismo, visto ser este último, o primeiro setor a ser atingido por crises econômicas.

Para Costa e Sonaglio (2020), trabalhar o turismo com uma abordagem resiliente, requer inicialmente trabalhar esse conceito e sua forma de atuação com os atores envolvidos na atividade. Ao mesmo tempo levar em consideração o contexto em que estão inseridos, e sua capacidade de adaptação às crises. Embora, na época, o conceito de resiliência não fosse adotado,

muito menos conhecido, o tema foi abordado nas reflexões realizadas por associados e equipe técnica. O fomento ao agroturismo sempre levou em consideração o menor investimento possível, a adaptação de estruturas já existentes, a mão de obra disponível nas propriedades e a capacidade de os agricultores conciliarem o turismo com a produção agrícola. Tais cuidados surgiram à época, como precaução às possíveis adversidades, tais como: as famílias não se adaptarem a nova atividade; o turismo não decolar em determinadas localidades, visto que grande parte dos municípios rurais têm pouca ou nenhuma infraestrutura para receber os turistas; e principalmente, não apostar todas as fichas no turismo, visto que geralmente é uma atividade que sofre bastante com as crises econômicas.

Com relação ao contexto, a Acolhida na Colônia, ela mesma surge de uma crise econômica, ambiental e de saúde gerada pela cultura do tabaco, que predominava no território das Encostas da Serra Geral na década de 1990. A produção orgânica, as agroindústrias familiares e o agroturismo foram as alternativas desenvolvidas para combater o êxodo rural, principalmente dos jovens, e propor um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Os agricultores, culturalmente em virtude do próprio histórico de ocupação daquele território já haviam enfrentado diversas crises e buscado soluções.

Na fase inicial da pandemia, quando as propriedades foram obrigadas a fechar as suas portas aos visitantes, essa questão ficou muito evidente. Aquelas famílias que priorizam o turismo em detrimento da produção agrícola foram as mais afetadas economicamente, e também as primeiras que se viram obrigadas a retomar as atividades turísticas, mesmo em período de incertezas.

Aqueles que mantêm a produção agrícola ativa tiveram duas vantagens nesse período. A segurança alimentar e nutricional das famílias em período de escassez econômica, visto que a maioria dos agricultores têm uma produção diversificada para atender o consumo familiar e dos turistas. Também a opção pela produção orgânica, incentivada dentro da Acolhida na Colônia, facilitou a comercialização dos produtos, num momento em que a preocupação dos consumidores com a saúde e à alimentação saudável é crescente, facilitando a adesão à Campanha da Horta à Mesa.

### **Trabalho em rede e fortalecimentos dos laços associativos**

A opção da Acolhida por trabalhar em rede e de forma associada é um importante elemento para a rápida resposta dos agricultores frente à COVID 19. A interrelação entre as famílias, e as relações de confiança estabelecidas ao longo dos vinte anos de existência facilitaram a organização da iniciativa das cestas. Alguns princípios adotados pelos associados no desenvolvimento do agroturismo, foram naturalmente mobilizados na organização da iniciativa, com destaque para a complementaridade de produtos, visando a ampliação da oferta, sem criar concorrência; a solidariedade entre as famílias participantes priorizando, em caso de produtos semelhantes, aquelas mais necessitadas ou que estão comercializando menos; a qualidade dos produtos ofertados, com foco nos orgânicos in natura, em artesanais com o máximo possível de ingredientes orgânicos e a proibição de produtos transgênicos; a tomada horizontalizada de decisão sobre as regras e forma de funcionamento das cestas, através de reuniões periódicas de avaliação com todos os integrantes do grupo.

Destaca-se que, cada um desses princípios foi discutido para fortalecer o trabalho associativo dentro da Acolhida na Colônia, e serve para nortear a atuação individual e coletiva dos associados. A clareza com respeito a tais princípios orientou o estabelecimento das regras, sem conflitos de interesse.

O espírito inovador também se fez presente com o objetivo de diversificar a oferta. Aqueles produtos que eram feitos apenas para servir à mesa para os turistas como pães, bolos, bolachas, manteiga ghee, pestos, macarrão caseiro, molhos de pimenta, etc, passaram a ser produzidos para compor as cestas. A oferta de tais produtos é analisada pelo grupo antes de ser adicionada à lista, para avaliar se não fere as regras pré-estabelecidas. A prioridade por ingredientes orgânicos, também gerou uma organização para compras coletivas de determinados ingredientes, como farinha de trigo orgânica, farinha de milho orgânica, etc. além de fomentar a própria comercialização entre as famílias envolvidas.

### **Relação de confiança e solidariedade e turismo de baixo impacto no meio rural**

O desenvolvimento da Acolhida na Colônia sempre esteve alicerçado nas relações de transparência e confiança entre os agricultores e turistas. A forma como ocorre o atendimento na propriedade, e o contato direto entre visitantes e proprietários possibilita uma relação de trocas de experiência e vínculos de amizade e solidariedade.

Destaca-se que o turismo solidário é entendido como uma forma de viajar que se baseia no respeito dos viajantes em relação às pessoas e lugares que são visitados, por meio da inserção e do intercâmbio cultural entre ambas as partes. Além de contribuir

para o desenvolvimento econômico da área, através de hospedagens e atividades administradas pela comunidade, consumo dos produtos locais através do comércio justo e da colaboração aos projetos solidários que acontecem no local. Em suma, o turismo solidário é uma maneira de viajar com impacto positivo nas comunidades visitadas e nos viajantes (REDE TURISOL, 2012).

Neste momento, os impactos da pandemia mostram que a tendência, principalmente no curto prazo, é que as pessoas procurem destinos mais próximos, onde possam se deslocar com veículo próprio, obtenham um atendimento mais exclusivo e atividades ao ar livre. A Acolhida na Colônia responde bem a essa demanda, visto que as propriedades estão inseridas em espaços rurais, de municípios pequenos em sua maioria, e menos atingidos pelo COVID 19. Ao mesmo tempo, a Acolhida na Colônia se enquadra no segmento de turismo rural, o qual engloba a atividade de agroturismo e é entendido como um "segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos" (GUZZATTI, 2010, p. 53).

A associação é um exemplo de turismo de baixo impacto ambiental, visto que é impossível não ocorrer nenhuma alteração no ambiente durante o trânsito de pessoas e veículos em um determinado local, no entanto, sua prática é bem menos agressiva ao meio ambiente, além de ter parte dos recursos financeiros destinados à gestão da associação. Além disso, o próprio planejamento da atividade turística, pensada como uma complementação à atividade agrícola, torna-se uma estratégia de

valorizar e fortalecer a produção agropecuária. Dentre os principais diferenciais estão: o trabalho em rede, a opção pela agroecologia, pelo bem-estar e qualidade de vida da família empreendedora em primeiro lugar e a segurança alimentar. Os mecanismos socioculturais (identidade do grupo por serem agricultores), a necessidade de buscar alternativas de renda para a manutenção no campo, o histórico de viver adversidades com relação à produção convencional, fazem dela um modelo de resiliência e inovação diante do presente contexto de crise provocada pela pandemia.

O público que busca esse tipo de turismo visa estar em contato com a natureza, sair da rotina de estresse do dia a dia, satisfazer necessidades de repouso, lazer e recreação, conhecer os hábitos e costumes dos agricultores, a culinária típica regional, entre outros. Dentre as atividades desenvolvidas estão: trilhas ecológicas, cavalgada, cicloturismo, turismo pedagógico, oficinas de roscas, bolachas e pães, colha e pague.

### **Considerações finais**

O percurso metodológico de coleta de dados, adotado nesta pesquisa, possibilitou a realização de pesquisa bibliográfica referente ao turismo de base comunitária e de dados secundários nos temas resiliência, turismo de base comunitária e COVID 19 e a observação participante junto à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Catarina.

O TBC aparece como uma nova oportunidade de trabalho para estes agricultores, por meio da prestação de serviços de hospedagem, alimentação ou lazer. Assim, a atividade turística no espaço rural, ocorre como uma fonte de renda complementar para

as famílias de agricultores, mantendo sua originalidade e preservando o patrimônio cultural e a melhoria nas condições de vida no campo.

Os princípios da cooperação e do trabalho em rede, ocorrem com a troca de experiência entre os membros, o convívio e a parceria com entidades, permitem a potencialização das ações comercialização de cestas de produtos orgânicos e artesanais. Ou seja, a partir da mobilização de uma rede de potenciais consumidores (turistas mais conhecidos e amigos), favorecido pelos laços afetivos dos associados com seus clientes, e as relações de confiança pré-estabelecidas, ocasionaram o surgimento de pequenos grupos de consumidores. O conceito de resiliência fica evidente a partir do reconhecimento dos princípios da Acolhida na Colônia, por meio de uma ação de articulação e mobilização interna, visando escoar os produtos e manter uma fonte de renda para as famílias de agricultores.

Além disso, o planejamento da Acolhida na Colônia é interno, não depende de gestores de municípios, estado, região. Embora micro, existe um trabalho em rede e uma preocupação com a capacitação e formação que contribuem ao enfrentamento de crises (manutenção da agricultura, princípios de agroecologia, produção diversificada, melhoria de estruturas em primeiro lugar para família, segurança alimentar, sistemas agroecológicos resilientes a mudanças climáticas, entre outros). Neste sentido, o planejamento ou adoção interna de princípios de sustentabilidade, favorecem a realização de um turismo de baixo impacto ambiental, fazendo com que os associados não dependam do planejamento da gestão pública. Esta também é uma forma de resiliência, ou seja, de se adaptar e superar as faltas que políticas e gestão pública podem provocar.

Apesar das dificuldades ocasionadas pelo contexto atual, o TBC e a Acolhida na Colônia, têm se mantido no território devido a forte articulação entre as lideranças, parcerias com as instituições de ensino e a manutenção da metodologia realizada pela equipe técnica do projeto. Em termos de perspectivas e desafios futuros, está em promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a diversificação da oferta turística e a ampliação dos canais de comercialização dos produtos orgânicos e artesanais.

Neste sentido, o TBC compre sua função por meio de um melhor aproveitamento dos aspectos produtivos e de fortalecimento da agricultura familiar, da pesca, do extrativismo, entre outros, contribuindo com a geração de renda e melhoria na qualidade de vida das comunidades tradicionais.

## **Referências**

BAUER, R. C.; PANOSSO NETTO, A. *Princípios do slow travel aplicados ao lazer turístico contemporâneo*. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2014. p.23-38.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2020). *Coronavírus: informações para o setor de viagens/medidas do governo federal* [online]. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13422-cartilha\\_doministC3%A9rio-do-turismo-lista-a%C3%A7%C3%B5es-de-apoio-contracoronav%C3%ADrus.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13422-cartilha_doministC3%A9rio-do-turismo-lista-a%C3%A7%C3%B5es-de-apoio-contracoronav%C3%ADrus.html)>. Acesso em 27 de maio de 2020.

BENI, M. C. *Cluster de turismo*. In: Beni, M. C. (Org.) Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento

regional, rede de produção e clusters”. Manole, Barueri, 2012. p. 517-546.

BURSZTYN, I. et al. *Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil*. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p. 76 - 91.

BRUSADIN, L. B.; PANOSSO Netto, A. *La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas*. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25, 2016. p. 520-538.

CARDOSO, R. C. L. *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*. In: *A aventura antropológica*. Org. Ruth Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COSTA, S. P.; SONAGLIO, K. *Análisis del comportamiento resiliente de los gestores de turismo*. *Estudios y Perspectivas en Turismo - 30º Aniversario*, v. 29, n. 2, p.331-348,

abr. 2020. Disponível em: <<https://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V29/N02/v29n2a01.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

COSTA, H.A., NASCIMENTO, E.P., HOFFMANN, V.E., & BOUÇAS DA SILVA, D.L. *¿Por qué cooperan las micro y pequeñas empresas turísticas?*. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26(4), 2017. p. 781-803

DAMO, M. R. S. *Análise da descentralização administrativa do governo do estado e os efeitos da fragmentação territorial no oeste catarinense*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em engenharia civil, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ESPINER, S.; ORCHISON, C.; HIGHAM, J. *Resilience and sustainability: a complementary relationship?* Towards a practical

conceptual model for the sustainability –resilience nexus in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 26, n. 10, 2017. p. 1385-14008.

FABRINO, N.; NASCIMENTO, E.; COSTA, H. *Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas*. Caderno Virtual de Turismo. v.16, n.3. 2017.

GALVANI, A.; LEW, A.; PEREZ, M. *COVID-19 is expanding global consciousness and the sustainability of travel and tourism*, *Tourism Geographies*. 2020. p. 1-10.

GELBCKE, D. L. *Agroturismo e produção do espaço nas encostas da serra geral: entre a ideia e a prática*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GUZZATTI, T. *Experiências criativas no turismo de base local*. Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Recife, 2018.

GUZZATTI, T. *O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)*. Florianópolis. Tese doutorado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Turismo de base comunitária*. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2018.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2018.pdf)>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

INFANTE, F. *A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente*. In: Melillo, A. & Ojeda, E. N. S. (Eds.) *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Artmed, São Paulo, 2005. p. 22-38.

JAFARI, J. *Cientificación del turismo*. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v.3, n.1, 1994. p. 7-36.

JONES, P.; COMFORT, D. *The Role of Resilience in Research and Planning in the Tourism Industry*. Athens Journal of Tourism, v. 7, n. 1. 2020. p. 1-16.

LENCASTRE, C. *O futuro do turismo na era pós-covid-19*. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods12/o-futuro-do-turismo-na-era-pos-covid-19/>>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

LEW, A.; CHEER, J.; HAYWOOD, M.; BROUDER, P.; SALAZAR, N. *Visions of travel and tourism after the global COVID-19 transformation of 2020*, *Tourism Geographies*. 2020. p. 1-12.

MANZANARES, A. F. A.; MATEOS, H. M. S. *El acceso a los destinos rurales: una perspectiva para la planificación territorial del turismo em uma região de interior (Castilla-la Mancha)*. *Cuadernos de Turismo*, n.40, 2017, p. 251-272.

MINAYO, M. C. de S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social*. In: Org. Minayo, M. C. de S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 09- 29

MORAES, E. A.; MENDONÇA, T. C.; PINHEIRO, C. V. *Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das gerais*. *CULTUR*, v. 11, n. 01, 2017.

MORALEDA, L. F.; MAZÓN, A. M.; IZQUIERDO, S. R. *El turismo solidário como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas*. *Cuadernos de Turismo*, v. 37, 2016. p. 227-242.

ONYX, J.; EDWARDS, M.; BULLEN, P. *The Intersection of Social Capital and Power: an application to rural communities*. *Rural Society*, v.17, n.3, 2017. p. 215-230.

PANOSSO NETTO, A.; OLIVEIRA, J. L. S.; SEVERINI, V. F. *Do overtourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do*

*Coronavírus e o turismo*. CENÁRIO. Brasília. v.8, n.14, 2020. p. 17 – 34.

REDE TURISOL. *Turismo de base comunitária*. Disponível em: <[https://issuu.com/raizesds/docs/livro\\_turisol\\_final\\_web](https://issuu.com/raizesds/docs/livro_turisol_final_web)>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, A, G. *Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do rio sagrado, Morretes (PR)*. CULTUR, ano 06, n. 01, 2012. p. 25-39.

TRIGO, L. *Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas*. RBTUR, São Paulo, v. 14, n. 3, 2020. p. 1-13.

VERA, M. P. *El Turismo comunitário como uma estratégia de supervivência: Resistencia y reivindicación cultural indígena de comunidades mapuche en la Región de los Ríos (Chile)*. Estudios y Perspectivas en Turismo. v. 25, 2016. p. 439 – 459.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). *Impact Assessment of the COVID-19 Outbreak on International Tourism* [online]. Disponível em: <https://www.unwto.org/impactassessment-of-the-covid-19-outbreak-on-internationaltourism>>. Acesso em 22 de junho de 2020.

# TURISMO COMUNITÁRIO NO E DO BRASIL E O TRABALHO EDUCATIVO.

*Luzia Neide Coriolano*

## **Introdução**

O texto analisa o turismo como oportunidade de afinar a educação, ampliar conhecimentos e trabalho educativo em comunidades brasileiras. Examina formas de ampliação de conhecimentos culturais e de aprendizagem sobre costumes humanos e comportamento de pessoas em lugares diferentes daqueles de quem viaja. Investiga a forma como o turismo propicia trabalho educativo a famílias e comunidades que produzem serviços turísticos, aprimoram o acolhimento e hospitalidade no turismo comunitário.

A relevância do tema está em se compreender a contribuição do turismo no acréscimo de conhecimentos inovadores e informais na promoção de trabalhos educativos em comunidades, de pequenas cidades brasileiras. No turismo participam dois grupos distintos, o dos que viajam para o lazer, ou por diferentes motivos, mas fazem lazer e se deleitam, e o grupo dos residentes ou anfitriões, que oferecem serviços turísticos, na diversificada cadeia produtiva do turismo. Sendo esses os que oferecem os serviços de acolhimento hoteleiro.

A atividade turística se estrutura em eixos: o convencional e o comunitário. O convencional é o turismo dos megaempreendimentos, das redes hoteleiras de bandeiras internacionais, *resorts* e cruzeiros que privilegia ações típicas da sociedade do consumo, à medida que lugares e equipamentos são

transformados em produtos turísticos a serem demandados, para acumulação do lucro das empresas de turismo. Em contraponto ao turismo hegemônico, está o turismo comunitário com comercialização de serviços mais populares e desprezíveis, com organização de trabalho solidário, de base local, agregando comunidades na tentativa de reduzir desigualdades sociais. Tentando superar a ordem capitalista, mercantilista e da acumulação em direção a uma sociedade que volte interesse para o atendimento às necessidades humanas, como sugere Max-Neef (2012). E que promova o desenvolvimento como prática convivencial, incentivando pessoas a agirem de forma menos egoísta e competitiva, centrada no ser e não no ter, que promova a convivencialidade, conceito criado por Ivan Illich (1976).

Pousadas, micronegócios têm feito crescer a demanda de turistas por pequenas cidades, bairros, comunidades onde ao invés do consumo exacerbado, procura-se experiências enriquecedoras, apreciação do trabalho educativo, realizado de forma solidária, costumes tracionais e modo de vida simples que aprimoram e dão qualidade à vida. O turismo se apresenta em cadeia de serviços e um dos elos impactantes é a hospedagem. Convencionalmente, os meios de hospedagem são padronizados, mas em pequenas cidades e comunidades acontece a hospedagem familiar.

Sabe-se que muitas famílias não admitem receber estranhos em suas residências tirando privacidade, mas no turismo comunitário, famílias abrem lares para o acolhimento a turistas, pessoas desconhecidas, oferecendo-lhes hospedagem diferenciada do serviço convencional do *Airbnb*. Nesse serviço o hospedeiro busca maximizar lucros, cede espaços ociosos da residência para hospedar turistas de forma menos convencional que em hotéis, mas na hospedagem familiar do turismo

comunitário o que o casal oferece é em especial a convivencialidade.

Na hospedagem familiar diferente das experiências do *Airbnb* as famílias sentem prazer em receber estranhos em suas casas para transformá-los em amigos, com oportunidade de privarem dos costumes da família, comerem a comida simples, tradicional, feita com o básico da culinária local, mas, com zelo, cuidado e a preocupação de quem se dedica a alguém. Usando ingredientes facilmente encontrados na região, que representam o que a maioria das pessoas come diariamente. Acolher é oferecer lugar para a dormida e em especial a alimentação para a promoção da saúde e do prazer. Cozinhar para pessoas que passam a privar da amizade da família é ato de amor.

Viajar é ação que implica aprendizagem, pois aquele que viaja é levado a descobrir, conhecer, vivenciar emoções, sentimentos e experiências que introspectadas promovem mudanças pessoais, ampliam visões de mundo, conhecimentos e saberes. Na viagem turística importa também, deleitar, degustar, relatar fatos e fotografar momentos, perpetuando lembranças. O turismo faz do viajante um colecionador de lugares, fotografias, suvenires e amizades. O ato de aprender sobre coisas e realidades, adquirir informação em experiências da aprendizagem a posteriori, ou a introspecção a priori, promove conhecimento. O processamento subjetivo das informações adquiridas gera conhecimento, em especial pela percepção sensorial, seguida do entendimento e razão, ocorrendo assim, relação saudável entre residentes e turistas. Ambos aprendem nessa relação objeto sujeito, considerando que o objeto é o lugar ou comunidade visitada constituída de pessoas que se tornam anfitriões. Foca-se o turismo como atividade sustentável, educativa, desejável, colaborativa ao crescimento da riqueza, ao invés de combatida e

acusada, que cria turismofobia ou reação de ódio e rejeição ao turismo, que passa ser visto como gerador de males e perturbador do modo de vida local.

Nas viagens o conhecimento sobre lugares, costumes e modo de vida é adquirido sem preocupação com rigor lógico e método, portanto, desprezioso, perceptivo, de discernimento lúcido, de profundidade e sabedoria. A viagem expressa formas de compreensão na apreensão de lugares, fazeres e saberes adquirido no contato entre pessoas com costumes e forma de viver diferenciados, sobretudo, ensina que a vida deve ser bem vivida, fora do trabalho e da luta pela subsistência. Os conhecimentos adquiridos em viagem ajudam a compreender o que os filósofos gregos chamaram de eudaimonia ou estado de felicidade e do bem-estar, mostrando que viajar encanta, daí ser considerado uma arte.

A problemática investigada nesse texto remete a amplitude dimensional da atividade turística, que envolve viagem, lazer, consumo e divisas, mas também conhecimento e aprendizagem, leva turistas à aprendizagem e autoeducação, o que implica em transformações educativas das pessoas envolvidas, turistas e residentes. Objetiva-se assim, analisar o trabalho educativo do turismo comunitário em comunidades brasileiras, na produção e oferta de serviços turísticos, em especial na hospedagem familiar do turismo comunitário no Brasil.

## **A etnografia política como caminho teórico metodológico**

Adota-se a etnografia política como método renovado de pesquisa que se baseia em direcionar o estudo considerado apenas cultural, para a visão política, entendendo que a investigação realizada em tempo real, da vida de pessoas em atividades econômicas e sociais, é também atividade política. Analisa variadas táticas e estratégias utilizadas por grupos sociais e identifica distintas tentativas de resolução de problemas de forma ordenada, para encontrar soluções, ou seja, situação complicada, na qual a comunidade não sabe como solucioná-la.

Apesar de não ser o método preferido por cientistas políticos para quem as pesquisas revelam dados secundários, modelos formais e abordagens estatísticas, com adoção de caminhos metodológicos padrões (AUYERO, 2006), a etnografia política tem sido apontada por alguns autores um “renascimento” da pesquisa etnográfica, nas ciências sociais, tanto no Brasil, como no exterior como afirmam Oliveira (2010, 2013a, 2013b); Baiocchi e Connor (2008); Pechú (2007); Auyero (2006); Fretel (2011).

Na maioria das vezes as ações humanas voltadas a educação e trabalho envolvem o Estado com políticas públicas, em paralelo às políticas alternativas de comunidades, como estratégias de subsistência. O desafio de investigar pessoas e práticas sociais exige a adoção de um método que possa ir além das falas explícitas, entender às subjacentes que envolvem discussões de perspectivas sócio antropológica e política. Acepção essa, vista como fenômeno relacional manifesto em diferentes espaços de trabalho e lazer, permitindo responder a questionamentos não acessíveis a outros métodos. Dessa forma,

a etnografia política se insere no paradigma do turismo comunitário.

Assegura Genzuk (1993) que os princípios metodológicos ou o *rationale* do método etnográfico partem da compreensão do comportamento humano, conseguido no contato natural e direto, para compreender o modo como as pessoas se comportam, como agem nos ambientes onde vivem, com o propósito de generalizar explicações para situações semelhantes. A compreensão das ações humanas passa pela noção de território, ou espaço ocupado, explicado por Santos (2012) aquele usado pela sociedade com as perspectivas culturais em que vivem, sendo esse o argumento mais forte, admitindo-se também, o que aponta Alaoui (2002) que se deve tornar estranho o que se admite ser familiar, para maior compreensão. Sabe-se que pequenos grupos desenvolvem maneiras distintas de se posicionarem em realidades semelhantes e isso precisa ser admitido por quem pretende explicar o comportamento humano. Há que se estudar o lugar e compreender a cultura da comunidade, para melhor compreensão do que ali se passa.

A análise etnográfica sugere que a investigação seja processo indutivo, baseado na descoberta, e não em hipóteses verificáveis. Portanto, o caminho etnográfico sugere que se entre em contato com o universo dos pesquisados e se compartilhe conhecimentos, não para atestar a lógica de visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, em relação de troca, comparar teorias e empirias, e assim encontrar entendimentos sobre a realidade analisada. É o *insight* a forma de aproximação da abordagem etnográfica que produz conhecimentos, descobertas, quando os fragmentos se ordenam produzindo significados inesperados, sobretudo em estudo de comunidades (MAGNANI, 2009).

Fundamentado na teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003) explica-se a “tríplice obrigação do dar, receber e retribuir” e como ocorre em comunidades vinculadas ao turismo comunitário, no Brasil, onde grupos interagem de forma consciente, espontânea e despojada. O ensaio sobre a dádiva do antropólogo embasa questões atinentes à sociabilidade, aprendizagem e comunicação da humanidade, em diferentes sociedades.

Ao comparar sistemas de dádivas em sociedades da Polinésia, Melanésia e Noroeste americano, chega o pensador ao princípio comum que regula as trocas: a obrigação de dar, receber e retribuir. Assim, apresenta o estudioso da dádiva, formas arcaicas do contrato em sistemas de trocas econômicas, quando a dádiva mediante argumentações inseridas no ensaio produz alianças desde as matrimoniais, as políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas incluindo-se relações pessoais e de hospitalidade. Mostra que as sociedades ao longo dos anos têm mantido relações de reciprocidade ao afirmar:

Um presente dado espera sempre um presente de volta. O enfoque no caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações. Princípio gerador dessa forma necessária de troca é, que: ‘força existe, na coisa dada, que faz que o donatário a retribua’. A arqueologia das transações humanas em sociedades leva a investigação dos indícios ou vestígios. Existe um mercado econômico, mas o regime de troca é diferente do nosso: moral e economia regem essas transações (MAUSS, 2003, p. 190).

O paradigma da dádiva elucidava questões relativas ao comportamento de comunidades que tentam se afastar do exacerbado consumo capitalista. Mauss fez reunir teóricos representantes do “*Mouvement Anti Utilitariste em Sciences Sociales* (M.A.U.S.S.)” – movimento antiutilitarista, sendo Alain Caillé, o precursor que garante ser a dádiva um desafio aos grandes paradigmas propostos pelo mercado e por isso merece atenção, pois se contrapõe ao contrato da dívida mercantil. A dádiva é o que circula na sociedade e não está ligado ao mercado, nem ao Estado, na redistribuição. É o que circula entre grupos e comunidades vinculado ao laço social, entre amigos, vizinhos, parentes, sob a forma de presentes, hospitalidade e serviços colaborativos.

A dádiva é uma lógica organizativa da sociedade, que tem caráter universalizante e não pode ser reduzida a aspectos particulares como os religiosos ou econômicos, e deixa de se constituir em crítica anti-utilitarista difusa e defensiva, para aparecer como uma crítica ativa e orientada que revela a complexidade dos sistemas de troca e de constituição de alianças. (MARTINS, 2005, 28).

Essa teoria chega à sociedade moderna e “se mantém com tanta força que circula também entre desconhecidos com doações de sangue, órgãos, ações filantrópicas, humanitárias e benevolentes” (GODBOUT, 1998, p. 43). Em inúmeras situações no contexto interativo, seres humanos se inserem em práticas de trocas, consideradas obrigatórias, bem como em formas de retribuições. Dentre essas práticas está o acolhimento como dádiva oferecida, aceita e retribuída, e nesse entendimento, mas que as regras escritas, vale a praxe e os costumes. “Práticas tradicionais de hospitalidade se consolidam em relações harmoniosa e

respeitosa, fatos que ocorrem ao longo dos anos, nas mais diversificadas civilizações” (MAUSS, 2003, p. 187).

Assim, a economia da dádiva ou economia do dom é uma forma de organização social na qual os membros fazem doações de bens e serviços, sem que haja expectativa de reciprocidade. Dádivas trocadas, obrigações e retribuições se inserem no contexto da hospitalidade, que também é definida “como ato humano exercido em contexto doméstico ou na circunstância encontrada por pessoas que se deslocam do lugar habitacional e passam fazer parte de outros grupos e costumes” (SALES; SALLES 2010, p.170). O visitante ou turista recebe tratamento excepcional, e como retribuição honra o anfitrião. Nesse encontro entre anfitrião e hóspede há relação humana com traços acentuados de generosidade nas trocas e relações.

Portanto, “as dádivas são, ao mesmo tempo, voluntárias e obrigatórias, são incondicionalmente condicionadas. Não se exige nada em troca, desde que haja troca!” (BRAGA, 2016, p. 7). Afastam-se, assim do modelo de mercado, que estimula a dívida. Uma das marcas na dádiva é o fato de os doadores não se preocuparem com o valor equivalente ao que será doado, nem com quitação de dívidas anteriores. Não é movimento unilateral, nem a retribuição é o foco no sistema da dádiva, muitas vezes é maior do que a dádiva inicial. Induz-se que a moral e a ética são inerentes ao processo de obrigação de retribuir o que é dado. Acrescenta Mauss (2003) que o compromisso interno, de ser humano e de esperar gratidão, está ligado ao doar-se, ajudar e receber, assim como ao respeito entre as pessoas, à solidariedade e à cordialidade reproduzidas no “fenômeno social total”. Era a origem social do direito e dos contratos.

Complementa Godbout (1998, p. 43) que “enquanto o mercado se baseia na liquidação da dívida, a dádiva baseia-se, ao

contrário, na dívida”, fato observado nos laços primários, nas relações de parentesco, na doação de órgão a um desconhecido. Na dádiva valoriza-se o prazer envolvido na relação. Para esse autor quando a dádiva é feita por obrigação é considerada de qualidade inferior e que, a moral do dever não se aplica à dádiva, senão deixa de ser dádiva. Acrescenta Godbout (1998, p. 44) “por isso, é de muito mau gosto deixar o preço no presente, ou aludir a ele”. O doador chega a negar a importância da dádiva e faz questão de responder após o obrigado, “de nada”, exatamente para diminuir a obrigação de retribuir, tornando o outro livre para dar ou não, sem obrigação, se resolver doar fará uma verdadeira dádiva (GODBOUT, 1999). Afastam-se assim do contrato do mercado e também da regra do dever, porque essas obrigam, pressionam, independentemente do sentimento do bom e bem e do elo existente entre o outro e eu.

A dádiva não se resume em mero ritual, pelo contrário, pauta-se em relação que envolve à vontade de doar, com sentimentos de generosidade, gratidão e espontaneidade (CAILLÉ, 1998). Assim, as formas de liberdade e dívida descritas no sistema da dádiva são diferentes das contraídas pelo sistema mercantil, parecendo um jogo entre liberdade e obrigação, porque de fato não se liga, a nenhum dos dois paradigmas dominantes. Essa teoria que explica comportamento de comunidades antigas adequa-se também a explicação das hospitalidades de comunidades que promovem turismo comunitário contemporaneamente, como se verifica em estudos e pesquisas em comunidades do turismo comunitário.

## **Significado de Comunidade, turismo comunitário e trabalho educativo na hospedagem familiar.**

No mundo antigo destacavam-se formações de pequenos grupos sociais com estreitos laços de dependência e amizade, chamados comunidades, como forma de enfrentamento as duras condições de vida no modo comunal primitivo. Com o desenvolvimento da vida moderna e com o aumento da população perde-se o valor de comunidade e se assume o de sociedade, forma diferente de organização social, pautada no Estado, instituições, controle sociopolítico, individualismo, domínio das técnicas, normas e ascensão e hegemonização de cultura de massa.

Comunidade vem da palavra comum e na Antiguidade significava que a terra e os recursos existentes eram usufruídos por todos, de acordo com necessidades de cada um. No conviver comunitário primitivo tudo era comum a todos, não existia propriedade privada, a apropriação decorria da necessidade, a dádiva primeira é da natureza para a humanidade, quando se passa a imitá-la. Doar, partilhar passa a ser praxe, comum a todos. Na organização societária, mesmo perseguindo a ideia de que todas as pessoas são iguais e livres, emergem diferentes práticas resultantes do entendimento dessa ideia.

Produziu-se uma sociedade voltada à acumulação e consumismo e que não atende às necessidades de todos, sendo, portanto, questionável. No contraponto à essa sociedade mercantil, capitalista, pequenos lugares de baixa densidade populacional, resistem, fazendo voltar a ideia de comunidade. E Max-Neef (2012, p.13) analisando essa realidade mostra que: “da comunidade como elemento dominante, à constituição da sociedade, há mudança humana da maior transcendência”. O

estilo econômico dominante, na versão neoliberal estimula e fortalece o individualismo, e a conseqüente destruição de comunidades, assim como acarreta mudanças nas pessoas e nos comportamentos, elegendo outros valores. E essa concepção estende-se para o processo educativo. Portanto, falar de comunidade, na modernidade, significa ir à contramão do modo de vida da sociedade hegemônica.

Quanto à emergência de comunidades, há que se identificar as circunstâncias que fazem ressurgir comunidades de forma tão contundente, na moderna, sociedade globalizada. As comunidades atuais expressam organização coletiva de reivindicações para a busca de melhores condições de vida, e promoção da sociedade pautada na justiça e na igualdade de direitos. O pensador chileno Max-Neef (2012) aprofunda o tema mostrando que comunidades são redes de relações com profundo significado entre os que as compõem, com divergências das relações sociais societárias, contratuais, excessivamente difusas e aceleradas. Mostra que a variedade de redes de comunidades constitui elemento fundamental da vitalidade e diversidade da sociedade.

Comunidade, portanto, é um grupo social alocado em pequeno espaço geográfico, com integração de pessoas entre si e dessas com o lugar, criando forte identidade que assemelha habitante e lugar com comunidade. Esse pequeno grupo de pessoas com modo próprio de ser e sentir, vivenciando tradições religiosas, culturais, histórico de vida, costumes típicos, estilo de vida sócio familiar, atividades produtivas tradicionais, problemas, necessidade e aspirações tendo consciência da vida comum, forma a essência de comunidade. A solidariedade é elemento central da comunidade, diferente de sociedade que prima pelo não envolvimento com o problema do outro. (Coriolano, 1999, 2003). Admite Bauman (2003, p13)

dificuldades da vida em comunidade, na atualidade, dado aos avanços da sociedade moderna, mas afirma “que é este o caminho que se deve reencontrar”. O autor mostra “tensão entre comunidade e individualidade”. O fato de a comunidade priorizar grupo, coletividade, trabalho compartilhado, conhecimento tácito leva alguns a acreditarem que há falta de liberdade individual, e o avanço civilizatório leva “a comunidade antiga entrar em colapso, sendo inventado a identidade (YOUNG, 1999; HOBBSAWM, 1995; BAUMAN, 2003, p. 32).

Individualidade é a essência de cada um de nós, portanto diferente de individualismo que é atitude egocêntrica, personalista. Não se pode anular a individualidade humana, e em comunidade isso não é negado. Na vivência comunitária o que é combatido é o individualismo. A concepção em comunidade é de que a felicidade de cada indivíduo depende da felicidade do outro, portanto, a individualidade pode ser pensada coletivamente. Este sentimento negado na vida societária é confundido com perda de liberdade, levando pessoas a se isolarem, para não serem incomodadas. Mas há os que ainda sentem prazer em ajudar o outro e vivem plenamente o dar, agradecer e retribuir. No turismo comunitário, as pessoas guardam valores da vida em comum, buscam soluções para problemas do dia-a-dia de forma coletiva, se preocupam com a convivência humana mais do que com a busca do lucro, resistem às mudanças do consumismo mercadológico, preservam valores tradicionais e questionam o modelo de sociedade hegemônica, daí serem consideradas grupos de resistências.

O turismo comunitário apoia-se no trabalho familiar com base na ética e solidariedade estabelecendo relações comerciais e de intercâmbio entre comunidade e turistas. Os serviços turísticos são realizados em redes colaborativas, estabelecidas a partir de

vínculos sociais espontâneos, com gestão administrativa solidária, realizada à base do esforço de cada um, para fazer os serviços oferecidos, crescerem como grupo solidário e não simplesmente como empresa.

Nas comunidades estudadas em vários estados brasileiros, como no Ceará, Paraíba, Bahia, Amazonas, Santa Catarina, onde há o turismo comunitário constata-se que se voltam a trabalhos rurais de plantação de legumes, cereais, hortas e pomares, criação de animais, serviços domésticos, confecção de artesanatos, gostosa culinária, tendo como princípio o bem-estar coletivo e a troca de saberes por meio da aprendizagem e cooperação do trabalho. Isso fortalece os vínculos de pertencimento ao lugar, dar proximidades às famílias para a promoção do trabalho produtivo, havendo cumplicidade entre as pessoas da comunidade.

O turismo comunitário baseia-se em princípios que configuram as estratégias do turismo de comunidade, tais como: princípio das necessidades sentidas: significa dizer que a iniciativa de oferecer o turismo tem que ser da comunidade e não de lideranças externas e orientações técnicas. Princípio da participação: requer envolvimento profundo da comunidade em processo que leva ao crescimento pessoal, comunitário e solidário. Princípio da cooperação: o trabalho comunitário exige cooperação e parcerias; princípio da autossustentação: o trabalho de transformações econômicas e socioespaciais passa a ser susceptível de gestão comunitária, manutenção e controle com práticas que previnam efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos. Princípio da universalidade: o êxito esperado é para a comunidade, não para Ongs e líderes externos, sobretudo com mudanças na economia das famílias da comunidade, e não apenas da liderança comunitária (CORIOLANO, 2009).

Sabe-se que o turismo comunitário virou moda, perdeu a essência em muitos lugares, havendo variâncias do e no turismo comunitário. Surgindo o de base comunitário e há casos em que, quem menos se beneficia é a comunidade. Constata-se dispersão e afastamento da essência do turismo comunitário, indicando quão longe estão dos valores essenciais de comunidade e solidariedade, requerendo revisões teóricas.

A hospedagem familiar é um dos elos da cadeia produtiva do turismo, e no turismo comunitário, destacam-se as hospedagens familiares, onde o turista se hospeda em casas de famílias, sendo o acolhimento uma dádiva. Os turistas são acolhidos por famílias, como quem recebe um familiar, mas de fato é um desconhecido. Para as famílias, trata-se de algo precioso receber um hóspede, compartilhar a habitação, refeição, conversas, criar vínculo de amizade, algo pelo qual não devia ser cobrado. Explica uma senhora que oferece hospedagem em sua casa, em uma das comunidades pesquisadas, a de Nova Olinda no Ceará: “Não se pode negar um prato de comida, um banho, uma dormida a quem chega em nossa casa, isso eu aprendi com meu pai”. A ideia do dar, receber e retribuir é vivenciada, aprendida de geração em geração em comunidades.

Reuniões e aprofundamento sobre desenvolvimento de comunidades levam famílias a entenderem que os fluxos de hospedagens aumentam os ganhos para melhorar a renda familiar e assim, famílias passam a ser produtoras de serviços e produtos turísticos. A hospedagem familiar acontece em algumas comunidades do turismo comunitário do Brasil, mas na quase maioria as hospedagens ocorrem em pousadas, com serviços padronizados. A hospedagem em casas de família é diferenciada das de pousadas, coloca em evidencia o casal, como anfitrião, e o turista aguarda o dono da casa chegar ao meio dia e sentar-se à

mesa familiar para o almoço ser servido. Alguns agradecem a Deus a comida e a presença do visitante que ali se hospeda.

Em algumas comunidades cria-se a rede de hospedagens familiares, como acontece em Nova Olinda, na região do Cariri cearense, com o programa de geração de renda familiar, inspirados nos princípios do turismo comunitário da Fundação Casa Grande, Ong que desenvolve trabalho educativo de convivencialidade com grupos de jovens em pesquisas arqueológicas, produção audiovisual, radiofônico, gibiteca, educação artística e ambiental. Trata-se de uma fundação cultural e filantrópica, de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com autonomia administrativa e financeira, fundada em dezembro de 1992. Trabalha na educação de jovens, capacitação para o trabalho, descoberta de aptidões. A educação encaminha-os para serem empreendedor social em microempresas de: filmagem e edição de vídeo, georreferenciamento e mapeamento topográfico, produção de eventos, publicidade, agenciamento de turismo. Trabalho esse que integra a hospedagem familiar onde turistas aprendem com famílias.

O programa conta com 12 hospedagens familiares, 10 urbanas e 2 rurais. As doze unidades habitacionais totalizam quarenta e dois leitos, em casas das famílias que têm crianças vinculadas ao trabalho educativo e turístico da Fundação Casa Grande. As hospedagens familiares recebem turistas que chegam a Nova Olinda por intermédio da Fundação.

A hospedagem está balizada no âmbito da troca, ora vista como comércio, ora como dádiva. Em pequenas cidades e comunidades, as famílias estabelecem sistema de parceria com vizinhos e praticamente convivem com o que Mauss (2003) chama sistema de dádiva, com o dar, agradecer e retribuir, que

faz parte da hospitalidade, não é vista com finalidade de trocas comerciais do sistema capitalista, mas como encontro e partilha. Em relação estritamente comercial, não se estabelece o processo de dádivas, não há encontro, nem doação. Pimentel *et al.* (2007), afirmam que após diálogo padrão em uma recepção de hotel, dificilmente os interlocutores serão recordados futuramente. O que permanece é a lembrança do produto ou serviço comprado. No sistema de dádivas a troca não é apenas material, mas, simbólica. É a memória do contato, que fica, da conversa travada, da refeição compartilhada, a criação do vínculo que pressupõe dádiva.

Em Nova Olinda, a hospitalidade e acolhimento de visitantes nas pousadas familiares vão além das relações econômicas estabelecidas. As famílias sentem prazer em receber hóspedes e os visitantes valorizam o modo de vida simples da família, entendendo a dádiva da família que acolhe e presta serviços a um visitante, sendo a residência espaço propício a encontros e criação de vínculos. As casas que hospedam são identificadas por placas com desenho da Casa Grande, na parede ao lado da porta de entrada da casa, identificando assim, o vínculo da hospedagem com o trabalho da Fundação Casa Grande.

Casas simples alocadas nas principais ruas na pequena cidade que não possui hotéis de luxo. O interior dos quartos segue o padrão de cores do museu orgânico da Fundação, branco com a barra do rodapé vermelha. As famílias relatam que hospedam muitas pessoas quase sempre pesquisadores, estudantes, turistas nacionais e de outros países que mandam filhos para vivenciar a experiência da Casa Grande. Saem do turismo convencional e na pequena cidade conhecem a oferta turística do lugar o trabalho educativo dos jovens da Fundação Casa Grande. As hospedagens são narradas em livro de registro e oferecem camas, frigobar, ar-

condicionado, televisão, pequeno acervo de livros e gibis produzidos na Fundação além de mesa, cadeira e rede, sendo aconchegos que cativam turistas.

O turismo comunitário inicia em sistema de rodízio de hóspedes direcionados às famílias, pela Fundação, o hóspede não escolhia a família para ficar como o passar do tempo os hospedes passam a escolher a casa para hospedagem, destruindo o sistema de rodízio, e permitindo que o hóspede volte para mesma família, já conquistada pela amizade.

## **Conclusão**

Encerra-se o texto, não as reflexões, afirmando que o turismo proporciona conhecimentos, aprendizagens e oportunidades ao aprimoramento aos valores humanos, éticos, sociais e morais e interfere na convivência entre turistas e anfitriões. O turismo põe em evidencia atitudes e costumes, modo de viver e recepcionar, importando o compromisso e o respeito às necessidades de turistas e anfitriões. Trata-se de uma atividade intrinsecamente experiencial, sai-se do lugar onde se mora para vivenciar o lugar de outro, e sai-se de si para conhecer pessoas.

O turismo comunitário conduz turistas a formas de relações e de intervenções com desconhecidos e realidades muitas vezes distintas, promove experiências autênticas e diferenciadas, no encontro com famílias, sendo assim um aprendizado experiencial que foge a qualquer nicho de mercado, não sendo, portanto, um segmento de turismo. É fazer turismo de forma emocional, interativa e educacional. Ouvir histórias reais de pessoas e lugares, como a da casa mal-assombrada dos antigos donos da Casa Grande, em papo amigável conhecer a vida da

família hospedeira, que ajuda criar vínculo de amizade e afetividade com o visitante. E nada tem a ver com a técnica de *storytelling* que inventa história um tanto artificializadas, para forjar encontros e emoções.

Na hospedagem familiar há autenticidade e a emoção maior e do anfitrião. Não há normas, regras e foge-se do que orientam cartilhas do *tour* de experiências das políticas oficiais de turismo. Turismo é em essência encontro e em comunidades ocorrem exatamente como é a realidade, sem disfarces, maquiagens e cenários artificiais. O visitante conhece pequenas cidades, campo, a vida diária dos habitantes do lugar, passa a fazer parte do que vivencia, respeita as diferenças, recebe, agradece e retribuir. A demanda de turistas para essas comunidades está relacionada à bagagem cultural e ao nível de consciência humana e sociopolítica dos que as procuram.

A essência do turismo comunitário é a dimensão humana e cultural, a promoção do diálogo entre iguais, para que aconteçam encontros interculturais de anfitriões e moradores do lugar com turistas, portanto não é realizado por pessoas que procuram o turismo de massa, de luxo e consumo. O costume de colocar cadeiras na calçada, após o jantar e conversar com o visitante sobre o lugar, contar causos é experiência enriquecedora nesse encontro.

Conclui-se que emergem dos processos convivenciais do turismo comunitário, das atividades realizadas, afetivas e cognitivas aprendizagens, diversidades epistemológicas, ontológicas e culturais. Saberes assimilados no contato com o espaço e tempo desacelerado da casa simples, com o conviver com pessoas desconhecidas, mas verdadeiras que leva a construção de éticas e estéticas a ser prioridade, da promoção da construção de vínculos sociais se reproduzem em gestos de

solidariedade, e de encantamento além de turismo comunitário é enriquecimento pessoal. Momentos capazes de gerar novas processualizações de formas de lazer, de vivência do ócio descomprometido, de práticas cotidianas que promovem qualidade de vida.

As práticas comunitárias produzem, também, formas alternativas de permanência e transformação de padrões, indicando que para além da geração de processos convivenciais ocorrerem aprendizagem de saberes, lazeres e modos de vida que promovem formas novas de comportamento dos que viajam e das relações sociais. Significa ressignificar o conhecer, o aprender, o viver a vida e o modo de fazer turismo passando a olhar de dentro para fora, entendendo que as pessoas e as coisas mudam. O turismo muda e essa compreensão ensina-nos a liga-lo ao novo, perceber que a presença humana está em tudo que se faz e dá sentido a educação e ao turismo em autoconhecimento. E que o ato de viver, pensar, trabalhar, viajar é uma sucessão de dádivas, agradecimentos e retribuições.

## **Referencias**

ALAOUI, D. Regard ethnographique sur la médiation scolaire. *Revista Europeia de Etnografia da Educação*, n.2, p. 75-79, 2002.

AUYERO, J. Introductory note to politics under the microscope: special issue on political ethnography. *Qualitative Sociology*, v.29, n.3, p. 257-259, set. 2006.

BAIOCCHI, G.; CONNOR, B. T. The ethnos in the polis: political ethnography as a mode of inquiry. *Sociology Compass*, v.2, n.1, p.139-155, jan.2008.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRAGA, E. O. A dádiva de Mauss: revisitando o conceito e suas perspectivas teóricas contemporâneas. *Áltera - Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n.2, p. 7-23, jan./jun.2016.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 8, p. 5-38, out. 1998.

CORIOLOANO, L. N. M. T. et al. *Arranjos Produtivos Locais: atores e cenários em mudança*. Fortaleza EdUECE, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação e o turismo no Nordeste: uma forma de rebatê à crise. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 3, n.14, 1999.

FRETEL, J. Habiter l'institution: habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisans. In: LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Orgs.). *Sociologie de l'institution*. Paris: Berlin, 2011. p.195-217.

GENZUK, M. *A Synthesis of Ethnographic Research*. Occasional Papers Series. Los Angeles: University of Southern California. 1993.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n. 38, p. 39-52, out. 1998.

GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ILLICH, I. *A convivencialidade*. Mem-Martins, Sintra: Europa-América, 1976.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 73, p. 45-66, 2005.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAX-NEEF, M. A. *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Blumenau: Edifurb, 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. Antropologia, Política e Etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos (no prelo). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. *Metodologia do Estudo de Elites*. [S.l.]: [s.n.] 2013a.

\_\_\_\_\_. A arte de resistir às palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: GRILL, I. G.; SEIDL, E. *A política como objeto de estudo das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2013b. p. 141-178,

\_\_\_\_\_. O antropólogo como um “espião”: quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, MA, v.7, n.14, p.123-142, jul./dez. 2010.

PECHU, C. Laissez parler les objets! In: FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBARD, F. *L’atelier du politiste*. Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte, 2007. p.59-78.

PIMENTEL, A. B.; BARBOSA, R.; SANSOLO, D. G.; IRVING, M. A. Dádiva e hospitalidade. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 26-34, 2007. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/206/162>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SALES, G. A. F.; SALLES, M. R. R. A dádiva no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 162-184, out. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/19629/12826>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

YOUNG, J. *The exclusive society*. Londres: Sage, 1999.

# **TURISMO COM BASE COMUNITÁRIA – OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PACATUBA/CE**

*Gheysa Mara Carneiro Paiva  
Jefferson de Sousa Brito*

## **Introdução**

Diversos lugares no mundo vêm refletindo sobre desenvolvimento local sustentável, procurando adotar novas práticas que se harmonizem ao meio ambiente e não descaracterizem a cultura local. Hoje, se assiste ao aumento de uma consciência que desperta para o turismo, conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades sobre seu patrimônio cultural. O valor dessa conscientização é indispensável ao processo de conservação da natureza, assim como para o fortalecimento dos pertencimentos, identidades e cidadania das comunidades locais.

Esses fortalecimentos garantem o direito à memória, que é possível quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio, passando então a impedir a degradação e a destruição do meio ambiente, imóveis e objetos culturais, numa ação de salvaguarda preventiva.

A proteção oficial do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas, exerce papel fundamental

no momento presente e projeta-se para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singular, que jamais serão revividos, mas revisitados.

Uma eficiente política de preservação deve ser integrada à comunidade atingindo a educação em todos os níveis sensibilizando crianças, jovens e adultos da necessidade de manter viva a herança cultural.

No desenvolvimento local o primordial é a busca por atender às necessidades sociais de uma determinada população, em que o foco principal passa a ser homem e não apenas o lucro.

É necessário conhecer as realidades locais, há que se ter cuidado com a homogeneização dos produtos ofertados ao turista, para que essa atividade não seja depredatória a ponto de alterar manifestações culturais locais em meros produtos de consumo descartável, a exemplo de diversas experiências de turismo cultural massificador em algumas cidades no Brasil e no mundo (PAIVA, 2015).

Como afirmou Murphy (1895, p.156), “planejar tem a ver com prever e regular a mudança em um sistema e promover um crescimento ordenado a fim de aumentar os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo de desenvolvimento”.

O estudo proposto foi realizado no município de Pacatuba que, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui a população estimada em 84.554 pessoas (BRASIL, 2019). O estudo concentrou especificamente nos distritos onde existe a prática da atividade turística, a sede do município e o distrito de Monguba, com enfoque em alguns segmentos turísticos que são desenvolvidos: o turismo religioso, o turismo histórico, cultural e o ecoturismo.

## Referencial teórico

Pacatuba vem de paca<sup>2</sup> + tuba, palavra de origem indígena que significa *lugar abundante de pacas* – paca (animal, mamífero roedor) e tuba (lugar abundante). Essa foi a primeira denominação dada ao município e permanece até os dias atuais (AMORA, 1972).

O município localiza-se na região nordeste do estado do Ceará, fazendo fronteira ao sul com os municípios de Guaiuba e Itaitinga e a oeste com os municípios de Maracanaú e Maranguape, e finalmente a leste com Fortaleza, a capital. Localiza-se na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo ligado à capital do Ceará pela rodovia CE – 060, com 31 km de distância, segundo últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a área territorial é em torno de 133,236 km<sup>2</sup>.

Pacatuba está situado em parte sobre a Serra da Aratanha, que possui um importante mosaico de unidades de proteção ambiental como a Área de Proteção Ambiental - APA da Serra da Aratanha (6.448,29 ha) e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Monte Alegre (263,17 ha) (figura 1), além de parte dos 1.737 ha reivindicados pelos indígenas da tribo Pitaguary que estão estabelecidos na região. Pacatuba é dividida em quatro distritos: Pacatuba (sede), Monguba, Pavuna e Senador

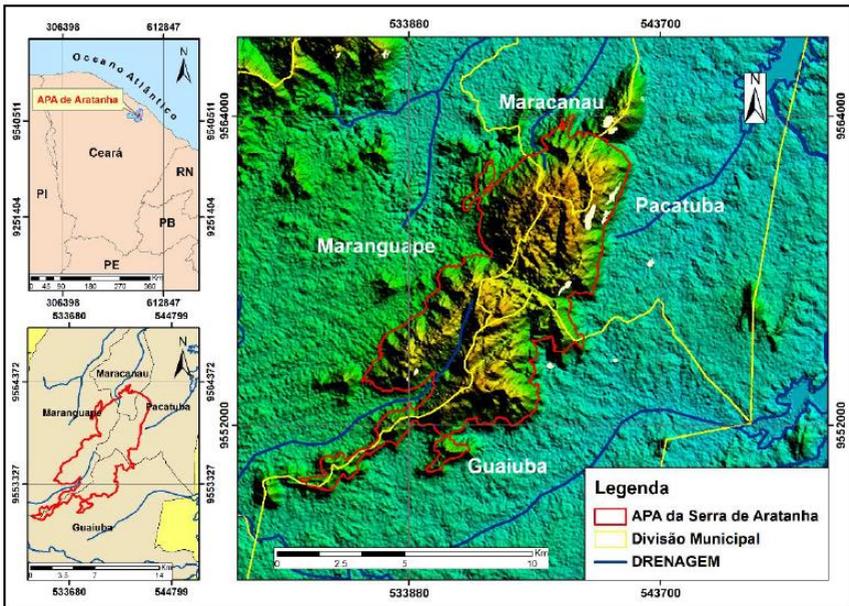
---

<sup>2</sup>Paca: animal de quase dois pés de comprimento, olhos pardos e a ponta do focinho anegrada. É de um ruivo alourado no lombo e ilhargas. A carne é muito saborosa, assemelha-se ao leitão no gosto e, no tamanho, à lebre. Vive nos bosques, nos covis, sua voz parece com o grunido de um porco. (AMORA, 1972, p. 27).

Carlos Jereissati (distrito que é dividido com o município do Maracanaú).

A cidade apresenta um grande potencial turístico, voltado para os segmentos do Turismo Religioso, Cultural, Histórico, Aventura e Ecológico. Na sede do município existem dois grandes parques ecológicos: a Estação Ecoturística Parque das Andréias que fica localizada na base da APA – Serra da Aratanha, está sob responsabilidade do poder público municipal, e o Apoená Eco Park – Terra da Aventura, empreendimento privado.

Figura 1: Localização APA da Aratanha.



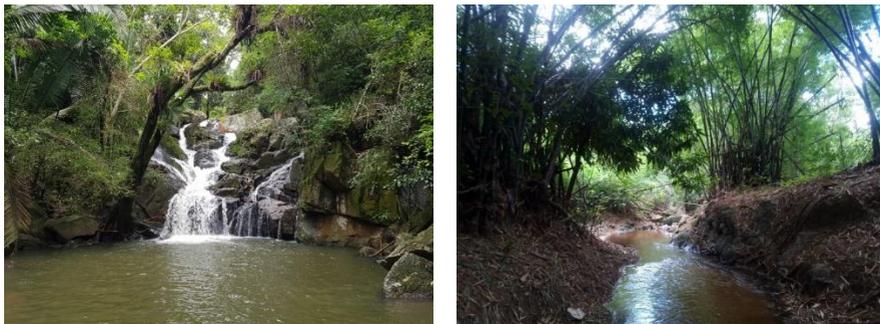
Fonte: FREIRE *et al* (2017).

Na serra da Aratanha temos várias opções de trilhas ecológicas (figura 2), de vários níveis de dificuldades, algumas são realizadas em sua maioria na sede do município, onde possui uma maior variedade, a serra é visitada durante todo o ano, em sua maioria são visitantes de localidades próximas ou da capital cearense (BRITO & PAIVA, 2020a, p.27-29). O distrito da Monguba, além de possuir algumas trilhas que fazem parte também da Serra da Aratanha, há a realização de várias modalidades esportivas como o parapente, asa-delta, motociclismo e ciclismo.

Além das belezas naturais e dos equipamentos turísticos o município possui um centro histórico com casarões datados de 1791, além de engenhos e edificações que fazem parte da história do estado do Ceará.

No âmbito religioso a cidade é muito procurada na Semana Santa, além das novenas e procissões realizadas nessa época, pois há a realização do Espetáculo Teatral Paixão de Cristo (realizado há mais de 40 anos) composto por cerca de 200 pessoas, entre corpo técnico e produção, em sua maioria nativa. As festas católicas do município se dão por meio das homenagens aos santos nos dias 16 de julho, data comemorativa de Nossa Senhora do Carmo, e dia 8 de dezembro, data comemorativa de Nossa Senhora da Conceição (padroeira) (PAIVA, 2015).

Figura 2: Trilha em comunidade Pitaguary. Monguba – CE.



Fonte: Elaboração própria dos autores.

No ano de 2020 a partir do mês de março, devido à pandemia (COVID -19) as pessoas ficaram isoladas em suas casas, em decorrência do isolamento e da proibição de funcionamento de muitos equipamentos, o trade turístico foi bastante afetado.

No município os estabelecimentos turísticos e culturais ficaram fechados por quase seis meses. No mês de agosto começou a flexibilização com horários estabelecidos e controle de pessoas nos estabelecimentos, um desses estabelecimentos foi o Museu Histórico de Pacatuba (Museu Municipal) ficou funcionando internamente, sem visitação.

Outro equipamento o Portal de Artesanato e Turismo, fechou durante a pandemia, e não tem previsão para ser aberto ao público. O Portal de Turismo e Artesanato fica localizado em uma das entradas da cidade, funciona como centro de informações para visitantes, além de ser local de exposição de artesanatos,

obras de arte e comercialização das peças dos artesãos locais. Eventualmente é utilizado para a realização de eventos municipais que movimentam a economia criativa de todo o município.

No mês de setembro os parques e pousadas começaram a receber visitantes, os centros culturais (localizados na SEDE, Jereissati e Pavuna), também abriram para funcionários públicos trabalharem internamente. Os centros culturais são equipamentos vinculados a Prefeitura Municipal de Pacatuba através da Secretaria de Cultura, oferecem cursos, ações educativas e realizam eventos sempre de forma gratuita para a população, um serviço sócio pedagógico que é oferecido a toda comunidade local.

## **Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**

Com a difusão do conceito do desenvolvimento sustentável, reconhece-se, agora, que uma economia sadia não se sustenta sem um meio ambiente também sadio. Reciprocamente, entretanto, a proteção ambiental não pode ser alcançada à custa da inviabilização econômica da atividade produtiva. É necessário, portanto, internalizar os custos ambientais nos custos de produtos e serviços, mas, ao mesmo tempo, compensar, mediante uma adequada gestão ambiental, esses acréscimos pela eficiência e racionalização da produção. Afirmar que a proteção ambiental implica necessariamente aumento de custos dos produtos e serviços é uma falácia na maioria dos casos. (VALLE, 2002).

Durante muitas décadas, nosso modelo de desenvolvimento baseou-se em intervenções macroeconômicas. Regiões inteiras, muitas delas longe dos centros urbanos mais

dinâmicos, não se beneficiaram desse “desenvolvimento”. Isso aconteceu com o Nordeste brasileiro, notadamente no Ceará, fazendo crescer a distância que o separava das regiões mais ricas, e, com ele, o Estado e as comunidades. Essa discrepância materializa a falha das políticas federais e estaduais. (CORIOLANO, 1998).

O conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas, com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas (BUARQUE, 2002).

A mobilização das comunidades, em torno de um interesse comum, fornece a base para uma coesão fortalecedora do sentido de comunidade. Segundo Bauman (2003, p.91), “o mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder [...]”.

Na visão de Cruz (2009, p. 100), o conceito de desenvolvimento local parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>:

[...] embora os mesmos não sejam sinônimos, a literatura que consagra ambos aponta para

---

<sup>3</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável refere-se ao atendimento das necessidades das populações atuais sem que esse resultasse no comprometimento das gerações futuras em atenderem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, 1991).

indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social.

Bursztyn *et. al.* (2009) ao afirmarem que o turismo comunitário é enraizado em um processo situado de desenvolvimento, o consideram como uma modalidade do turismo sustentável, focado principalmente no bem estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora.

A Organização Mundial de Turismo - OMT (OMT, 2003, p.24), define o turismo sustentável como aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Diante de realidades ímpares - constituídas por grupos com identidades e dinâmicas próprias - é difícil definir um padrão do que vem a ser sustentável. Não obstante, Mielke (2009) ressalta a necessidade imediata de se trabalhar o turismo de forma sistêmica, integrando os recursos naturais a uma dinâmica desenvolvimentista sob a égide da organização comunitária. O autor considera como um dos pilares da sustentabilidade a autonomia política da comunidade e a sua legitimidade. Elementos como grau de cooperação, nível de organização e

histórico de ações coletivas empreendidas pela comunidade são indicadores importantes de desenvolvimento turístico.

## **Contextualização do Turismo de Base Comunitária**

O turismo de base comunitária é uma nova modalidade do turismo que surge em contraponto ao turismo convencional (massificado), como alternativa para a exploração das potencialidades e valorização das especificidades do local, por meio da inclusão da comunidade no desenvolvimento do turismo como geradora de renda e qualidade de vida (MORAES & NOVO, 2014).

Segundo Sampaio (2008), no Brasil, essa nova modalidade do turismo surge a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. E, somente aparece em discussões no Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, 2003 (COSTA NOVO, 2011). Porém, só foi reconhecido institucionalmente pelo Ministério do Turismo em 2008, que o definiu como:

[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

Desta forma, o Ministério do Turismo considera que o turismo de base comunitária - TBC deve ser desenvolvido

baseado nos princípios da economia solidária e organizado por associações ou cooperativas formadas por um grupo de residentes, objetivando o fortalecimento e a inclusão da comunidade nos benefícios com a atividade, além de contribuir para a valorização da cultura local.

Para Henríquez, Mansur e Sampaio (2011, p. 27):

[...] O turismo comunitário, solidário e sustentável apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.

De acordo com Maldonado entende-se:

Um sujeito coletivo, com direitos e obrigações, constituído com base na adesão voluntária de seus membros (indivíduos ou famílias), com ou sem sustento institucional no direito consuetudinário ou de viver em uma territorialidade comum (MALDONADO, 2005).

Embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais. Segundo o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da COPPE/UFRJ (2011, p. 07):

A extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e

diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.

Segundo Sansolo e Bursztyl (2009) a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras são os componentes sustentadores desta proposta de turismo. Para os autores, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. O potencial da atividade não se restringe aos benefícios econômicos, contribuindo também para o processo de revalorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> As comunidades tradicionais, segundo Diegues (2004), estão relacionadas com uma forma de organização econômica e social baseada na reduzida acumulação de capital. Caracteriza-se por produtores independentes envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a pesca, a agricultura, a coleta e o artesanato.

## Redes

Uma alternativa para alcançar o TBC é a adoção de redes de apoio e integração de comunidades. A organização em rede se caracteriza pela união de várias comunidades que pretendem difundir a atividade turística local, através da troca de experiência, da valorização de seus aspectos culturais e ambientais, e atender as necessidades dos comunitários e aos anseios dos visitantes, assim seguindo os princípios da economia solidária e do código de ética do turismo. Segundo Barbosa (2011, p. 21):

Comunidades em rede trocam experiências, opiniões, informações de trabalhos e serviços turísticos diferenciados, formas de preservação da cultura, das especificidades locais e do meio ambiente, além do modo de transformação das próprias residências em hospedagens domiciliares, o que permite aos visitantes conhecimento da realidade local e experiências vivenciais.

Uma pesquisa coordenada por Sansolo e Bursztyn (2009) com 25 representantes de iniciativas de turismo de base comunitária brasileiras, realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, possibilitou o levantamento e sistematização de algumas informações acerca do desenvolvimento do TBC no Brasil. A maior parte das experiências localiza-se na região nordeste do Brasil, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

No Brasil são em torno de 200 iniciativas parecidas, a descoberta veio por meio da *Rede Brasileira de Turismo*

*Solidário e Comunitário (TURISOL)*<sup>5</sup>. A TURISOL é a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Ela surgiu em 2003 da articulação de um pequeno grupo de 07 iniciativas de turismo comunitário brasileiras que, com apoio da Embaixada da França no Brasil, participaram do FITS (Fórum Internacional de Turismo Solidário) em Marselha.

Os representantes da Rede Brasileira de Turismo Comunitário – TURISOL (MENDONÇA, 2009, p.300) reforçaram esse *approach* do TBC, afirmando que:

Não se deve ver a atividade do turismo comunitário somente como a geração de renda e riqueza com uma visão empresarial, mas também como uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.

O Estado do Ceará desenvolveu essa atividade em alguns municípios, uma das localidades é a praia de ponta grossa, no município de Icapuí, a localidade impediu que empresários que não fossem da comunidade comprassem terras para a construção de hotéis (FERNANDES, 2005).

Outro município cearense é Nova Olinda, na região do Sertão cearense, pode ser encontrado o projeto Kariri, desenvolvido pela Fundação Casa Grande. A Fundação é uma ONG que tem como missão educar crianças e jovens sertanejos em gestão cultural por meio de seus programas de memória, comunicação, artes e turismo, envolvendo seus familiares pela

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em: 16 de setembro de 2020

Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande (COOPAGRAN) que administra o receptivo.

A Comunidade Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, foi uma das comunidades pioneiras no turismo de base comunitária, situada no litoral leste do Ceará, iniciou a atividade turística como forma de fortalecer a relação do grupo para enfrentar os conflitos sociais. Então, a inclusão dos moradores nas tomadas de decisões sobre qualquer atividade a ser desenvolvida no local só foi possível após a sua organização e criação do projeto de turismo comunitário que buscava principalmente a valorização de suas especificidades. Desta forma, a comunidade tornou-se um modelo para outras comunidades litorâneas cearenses que desejam difundir o turismo de base comunitária e passou a liderar a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM).

A Rede Tucum foi lançada em 2008, durante a realização do 2º Seminário Internacional de Turismo Sustentável, em Fortaleza. No início era formada por 12 comunidades hoje são em torno de 15, todas articuladas no processo de construção coletiva, na concepção e na estruturação de estratégias de gestão e promoção<sup>6</sup>. O movimento começou com a ampliação da atividade turística na costa do Ceará, como forma de mobilização pela garantia dos territórios tradicionais das populações costeiras, buscando garantir autonomia econômica e justiça socioambiental.

As comunidades vivem da pesca, mariscagem, artesanato e agricultura e, entre os grupos, há assentamentos, comunidades indígenas e remanescentes quilombolas. Os roteiros fogem do padrão tradicional das agências turísticas.

---

<sup>6</sup> <https://conexaoplaneta.com.br/blog/rede-tucum-o-turismo-sob-uma-nova-perspectiva/>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

Diante de realidades locais as quais persistem ausências importantes de cidadania, de identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança, a criação de condições para que a comunidade efetivamente exerça seu protagonismo constitui o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça. Buarque acrescenta (1999, p.10):

[...] as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores da comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

O município de Pacatuba tem um grande potencial para desenvolver o turismo de base comunitária com o trabalho em equipe dos pequenos produtores que trabalham diretamente com agricultura familiar, artesanato, comidas típicas, guiamento, além dos empresários de todo o trade turístico que podem apoiar esse novo eixo de mercado beneficiando todos os pacatubanos. Como foi dito acima por Buarque (1999, p.10), além do ambiente social favorável, deve existir interesse no ambiente político também. O poder público pode oferecer cursos e ações sócio educativas para a sociedade e empresários, fazendo com que os mesmos possam se sensibilizar e se interessar em trabalhar de forma conjunta. Os cursos podem ser sobre conservação de recursos naturais e culturais, economia criativa, arranjos produtivos, educação ambiental, planejamento turístico, entre outros que possam contribuir para a conscientização e o desenvolvimento dessa atividade turística.

No entendimento de Hiwasaki (2006), o turismo comunitário se traduz em quatro objetivos: (i) qualificação e

posse, refere-se à participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (ii) conservação dos recursos, ou seja, o turismo deve impactar positivamente na conservação dos recursos naturais e/ou culturais; (iii) desenvolvimento econômico e social, concerne na geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local; (iv) qualidade na experiência do visitante, focado no compromisso de assegurar ao visitante uma experiência de qualidade e comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

## **Materiais e métodos**

De início observou-se que em Pacatuba há as seguintes segmentações turísticas: turismo religioso, ecoturismo (turismo de aventura) e turismo histórico-cultural. O maior objetivo da pesquisa foi analisar os segmentos turísticos desenvolvidos, e a possibilidade de introduzir o turismo de base comunitária, interligando esses segmentos, de forma que a comunidade possa gerir e cuidar do patrimônio ambiental e histórico, gerando renda onde toda a cadeia produtiva seja beneficiada de forma sustentável.

Foi analisado o perfil da oferta no município que conta com uma diversificada oferta concentrada em seu Distrito Sede, com exceção das práticas de turismo de aventura, que ocorrem no Distrito de Monguba.

Nos procedimentos metodológicos foi utilizada a pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva com o apoio da Prefeitura Municipal de Pacatuba, além de observação direta, e pesquisa de campo.

Neste caso, pode-se dizer que o presente estudo é do tipo descritivo explicativo.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nesta classificação. A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno (VERGARA, 2004, p. 47).

As descrições do meio físico, bem como os processos históricos e antropológicos que deram origem e identidade ao município de Pacatuba, representam bem esse aspecto descritivo explicativo da pesquisa. Tratam de temas e cenários que, embora não sejam o foco da pesquisa, lhes atribuem contexto e significado socioespacial.

Quanto aos meios, ou seja, quanto aos procedimentos metodológicos elaborados para a geração dos dados primários, pode-se considerar esta pesquisa como sendo de base bibliográfica e documental, com coleta de dados em campo. A pesquisa bibliográfica é “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2004, p. 46).

Para atingir o objetivo de estudo proposto neste trabalho, visou-se ao contraste entre a pesquisa documental do município

de Pacatuba e a revisão bibliográfica de diversos autores os quais tratam as questões de natureza, cultura, patrimônio e turismo, além de outros temas relacionados com desenvolvimento, planejamento e gestão.

O estudo em campo é muito enriquecedor no sentido de produzir mais informações onde ainda não tenham sido produzidas. É o caso de Pacatuba, município de estudo desta pesquisa, onde o volume de estudos já realizados no local não chega a constituir um banco de dados suficiente para dar corpo a um trabalho (PAIVA, 2015).

## **Resultados e discussão**

As vantagens para os turistas em realizar o turismo comunitário começam com uma nova forma de relação ou de interação com realidades tão distantes da sua, favorecendo o que se pode chamar de experiências autênticas.

Do ponto de vista ambiental, o turismo comunitário proporciona o contato com a natureza em lugares pouco explorados e, assim, pode se entender a dinâmica de preservação de regiões que muitas vezes sofrem ameaças pela exploração de atividades extrativistas.

Em suma, o turismo comunitário é dirigido pelos habitantes da comunidade e a participação de todos é uma regra, minimizando impactos ao meio ambiente e não gerando problemas de exclusão, marginalidade e miséria.

Os produtos e serviços ofertados por uma comunidade local são denominados "Turismo de Base Comunitária" TBC, caracterizando-se como um segmento do turismo que se apropria

de outros segmentos, como o turismo étnico/indígena ou ecoturismo por serem convenientes ao controle da comunidade, é uma alternativa ao modelo de turismo convencional, além de estimular o desenvolvimento econômico local<sup>7</sup>.

A comunidade deve estar sempre buscando soluções sustentáveis, respeitando as normas de conservação da região, e tentando gerar o menor impacto possível no meio ambiente. Além da Implantação de projetos voltado para arranjos produtivos locais (APL), buscar envolver todos os elos da cadeia do turismo no benefício das comunidades, importante criar parceria com redes que trabalhem com roteiros turísticos sustentáveis.

Um dos maiores desafios para a comunidade é equilibrar o desenvolvimento local juntamente com a conservação do patrimônio material e imaterial do município, pode se afirmar que é verdadeiramente a grande riqueza de um povo, sua cultura e identidade (MORAES & NOVO, 2014).

Diante da análise do potencial instalado no município de Pacatuba para apoio ao turismo comunitário, identificamos que a comunidade indígena *Pitaguary* localizada no distrito da Monguba já recebe alguns turistas que vão para a comunidade, conhecer sua cultura, comida, belezas naturais e ficam hospedados em casas domiciliares. Essa afirmação decorre do histórico de utilização da área por parte dos indígenas para a realização de trilhas e atividades culturais. A receptividade dos indígenas e a cultura diferenciada permitem que moradores da região quanto turistas, grande parte estrangeiros, que buscam uma atividade turística diferenciada interajam com as práticas culturais (e.g Dança do Toré), além da realização de trilhas ecológicas (figura 3).

---

<sup>7</sup> <https://www.projetobagagem.org/>. Acesso em: 19 maio 2020

Contudo, é possível observar que é rudimentar a atividade turística indígena, pois ocorre de forma esparsa e sem a construção de um modelo econômico. A atividade de ecoturismo nas terras indígenas é vista como um complemento à renda.

Os outros distritos do município (Pavuna e Senador Carlos Jereisati) não apresentam a mesma vocação, pois não oferecem ao turista um conjunto de experiências que permitam sua pernoite em Pacatuba. Diante dessa realidade e a falta de planejamento turístico, normalmente os visitantes fazem parte de excursões onde os turistas se deslocam para o município e retornam para seu local de origem (BRITO & PAIVA, 2020b). Há falta de interesse em pernoitar é identificada pela ausência de uma maior oferta de hospedagens, tendo hoje duas pousadas da sede do município.

Figura 3: Corpos lânticos rasos e de baixa velocidade ao longo do percurso; Trilha usada por crianças.



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Ainda há muito a ser feito por parte do poder público, empresários e por parte da sociedade do município para o desenvolvimento do turístico de base comunitária. Pretendeu-se com esta pesquisa abrir novos caminhos a ser trilhado pelos pacatubanos, de forma a contribuir para novas discussões sobre o funcionamento da atividade turística, respeitando o patrimônio ambiental, histórico, e imaterial, buscando ética empregada na atividade turística.

## **Conclusão**

O turismo comunitário é um novo paradigma de desenvolvimento local para muitas comunidades que entendem que abrir suas casas e sua forma de vida a visitantes para que estes desfrutem seus serviços, suas manifestações culturais, sua gastronomia e seu cotidiano, bem como a natureza do entorno destas áreas, é uma forma de se conectar ao mundo urbano e diferente.

As relações de intercâmbio que ocorrem com o turismo proporcionam enriquecimento e conhecimento, assim como estabelecem pautas de convívio baseadas no respeito de ambas as partes, tanto daqueles que chegam ao destino, como dos anfitriões, fazendo parte da soma de contatos entre estes e seus convidados. (RIBEIRO, 2009, p. 117).

A atividade turística planejada e controlada pelos moradores locais das comunidades é bastante benéfica para os moradores e visitantes, o turismo possibilita que a comunidade trabalhe em rede com pequenos produtores, fortalecendo a economia criativa e desenvolvendo a comunidade, de forma sustentável, que não agrida o meio ambiente e nem a cultura local,

ou seja, atividade turística de baixo impacto (número reduzido de turistas).

Advoga-se que o turismo composto por fluxos controlados pode ser uma importante ferramenta de proteção e valorização da natureza local, pois presume a manutenção dos aspectos paisagísticos considerados atraentes.

Há grandes dificuldades no município que vai desde a escassez de verba pública, à falta de consciência e de interesse da população e dos gestores públicos sobre a importância de conservar seu patrimônio ambiental, preservar a história e o patrimônio histórico arquitetônico.

O trade turístico concentra-se na sede do município e sua oferta turística ainda necessita de um grande desenvolvimento, pois as opções de hospedagem e restaurantes ainda são em poucas quantidades, em consequência disso, muitas vezes os turistas que visitam a cidade durante os grandes eventos que o município realiza, ficam hospedados em cidades vizinhas (PAIVA, 2015).

O conhecimento e a apropriação pelas comunidades é um fator indispensável ao processo de preservação sustentável do patrimônio como um todo, uma vez que só conhecendo é que podemos, verdadeiramente, compreender o significado do que se analisa, e é apenas pela compreensão que surge a valorização. Esse processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de conhecimentos num continuar de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

A ideia é a de que a mesma possa se autogerir desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e cultural, além de buscar a superação de suas limitações na procura contínua da qualidade de vida de seus indivíduos (RIBEIRO, 2009, p.107).

Concluímos, diante da pesquisa, que é necessário estudar novos conceitos e explorar novos caminhos diante da área turística, que é bastante ampla, com todos seus segmentos. É imprescindível que o poder público juntamente com a população e os empresários locais tenham um olhar mais sensível com o patrimônio da cidade, um cuidado maior pensando nas gerações futuras, evitando o empobrecimento da biodiversidade, conservando o espaço natural a partir da compreensão do diálogo histórico-social, desenvolvendo de forma sustentável, beneficiando todos os pacatubanos.

## Referências

AMORA, Albano. *Pacatuba: geografia sentimental*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE. *A Reserva Extrativista (RESEX) da Prainha do Canto Verde: 30 anos de luta para a conquista do direito ao território*. Prainha do Canto Verde: Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, 2011.

BARBOSA, L. M. *Redes de Territórios Solidários do Turismo Comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará*. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2011.

BARTHOLO, R. SAN SOLO, D, G. BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária – Diversidade de Olhares e experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRITO, J. S.; PAIVA, G. M. C. Valoração contingente como instrumento para análise socioambiental do valor de acesso: o caso do Parque das Andreas em Pacatuba, Ceará. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 13, n.1. pp 240-254.

2020a. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/10212/7718>. Acesso em: 13 out. 2020.

\_\_\_\_\_. *Avaliação da Aplicabilidade da Educação Ambiental Crítica nas Principais Trilhas da Serra de Aratanha em Pacatuba/CE*. *Revista Brasileira de Educação Ambiental – REVBEA*, São Paulo, v 15, n.3. pp 18-35. 2020b. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10193/7734>. Acesso em: 13 out. 2020.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

\_\_\_\_\_. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília: PCT-INCRA/IICA, 1999.

BURSZTYN, I; *et al.* *Benchmarking: Prainha do Canto Verde*. Caderno Virtual de Turismo. V. 3, Nº 3, p. 18-32, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *Turismo com ética*. 2. ed. Fortaleza: FUNECE; UECE, 1998.

COSTA NOVO, C. B. M. *Turismo de Base Comunitária na Região Metropolitana de Manaus (RMM): considerações preliminares*. In: NUNES, F. CRUZ, R.; TODESCO, C. Pesquisa

Geográfica em Portugal e no Brasil. Portugal: Universidade do Minho, 2011.

CRUZ, R.C.A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

BRASIL. Cidades e Estados. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/pacatuba.html>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

FABRINO, H, N. *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

FERNANDES, K. No Ceará, paraísos resistem aos complexos turísticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2005.

HIWASAKI, L. *Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas*. Society and Natural Resources, vol. 19, p.133-143, 2006.

MALDONADO, C. *Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario in SEED*: documento de trabajo número 73, OIT; 2005. Disponível em: <http://www.redturs.org>. Acesso em: 3 ago. 2007.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MIELKE, E.J.C. *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas: Alínea, 2009.

MORAES, A, P; NOVO, C, B, C. *Turismo de Base Comunitária: Um estudo na comunidade Vila da Felicidade em Manaus/AM*. MESTRADO EM TURISMO. Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS: 2014.

MURPHY, P.E. *Tourism a community approach*. Nova York: Methuen, 1985.

NETTO, A, P; ANSARAH, M, G, R. *Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2009.

OMT - ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO. *Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAIVA, G.M.C. *A Natureza, a Cultura e o Patrimônio como pilares da dinâmica turística de Pacatuba, Ce*. Fortaleza – CE. Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. 2015.

PRAINHA DO CANTO VERDE. TURISMO COMUNITÁRIO. <https://prainhadocantoverde.org/turismo/turismocomunitario/>. Acesso em: 25 maio. 2020.

PROJETO BAGAGEM. BRASIL. Disponível em: <https://www.projetobagem.org/> Acesso em: 19 maio. 2020.

REDE TUCUM. *Relatório da VI Assembleia da Rede Tucum*. 2012.

RIBEIRO, M. Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, produtos e perspectivas. *Turismo comunitário: Relações entre anfitriões e convidados*. Barueri, SP: Manole, 2009.

SAMPAIO, C. A. C. *Pensando o conceito de turismo comunitário*. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.

SAMPAIO, C; HENRÍQUEZ, C; MANSUR, C. *Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável: Da crítica às ideias à prática*. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

VALLE, Cyro Eyer. *Qualidade ambiental: ISO 14000*. São Paulo: Senac, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

# **O TURISMO E O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA CULTURA ITALIANA NAS REGIÕES DA SERRA GAÚCHA E QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

*Vanessa Manfio  
Vinício Luís Pierozan*

## **Introdução**

A cultura materializa formas no espaço e constitui memórias individuais e coletivas. Estas se cristalizam no tempo e algumas delas estão se tornando patrimônio cultural, pois elas indicam à vivência, à história, à luta e expressam a identidade de um povo. A criação de patrimônios culturais tem a iniciativa de buscar a preservação dos bens importantes para o registro cultural e histórico de uma sociedade, a fim de não se esvaziar e/ou perder a riqueza material e imaterial frente às rápidas mudanças impostas pela sociedade pós-moderna.

A discussão patrimonial é antiga, mas adquire expressividade com as propostas da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco), a partir da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em 1972, que propõe a criação dos Patrimônios Mundiais ou da Humanidade, em prol da preservação e conservação (IPHAN, 2020). Segundo a UNESCO, o Patrimônio Cultural é formado por diversos elementos, entre eles estão os monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor simbólico e histórico, representando uma importância singular para a humanidade. No Brasil, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan) também instiga as regiões e espaços culturais a manterem seus bens conservados, por meio de registros, tombamentos e atividades ligadas a educação patrimonial.

O Brasil possui em seu território muitos acervos culturais dignos de reconhecimento patrimonial e de preservação cultural, que fortalecem o turismo. Nesse sentido, a colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul criou regiões culturais com artefatos tangíveis e intangíveis que são importantes agentes demarcadores da cultura italiana, das paisagens e do saber-fazer, herdados por descendentes de imigrantes italianos. Hoje, estas regiões estão salvaguardando seu acervo cultural e criando roteiros/passeios a partir de propostas centradas no turismo, que visam contribuir com o desenvolvimento local/regional e buscam também conscientizar a população local sobre a importância e o valor da sua cultura.

Partindo disso, este trabalho busca discutir acerca do patrimônio cultural nas regiões de cultura italiana do Rio Grande do Sul, Serra Gaúcha e Quarta Colônia de Imigração Italiana (Mapa 1), dialogando a partir da cultura, patrimônio e turismo, procurando demonstrar a importância da preservação cultural e das iniciativas voltadas à preservação.



sentimento de pertencer a um grupo social presente nos descendentes de imigrantes italianos. Estes aspectos despertaram a vontade de pesquisar e entender a cultura como sendo um bem patrimonial.

Para isto, utilizou-se o método empírico com a pesquisa bibliográfica. O método empírico *analisa dados reais, previamente conhecidos pelo pesquisador, partindo da observação e do registro de dados. De acordo com Demo (2000, p. 21), a "[...] face empírica e fatural da realidade produz e analisa dados[...]"*, existindo uma aproximação entre observador e o problema que motiva o estudo. Enquanto a pesquisa bibliográfica tem caráter de análise em materiais já publicados. Para Neves e Conejero (2012, p.701), “A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como: livros, periódicos, ensaios teóricos e demais artigos científicos [...]”, onde se estabelece uma revisão de literaturas importantes para alcançar os resultados da pesquisa. Assim, “A revisão da literatura lhe permitirá familiarizar-se, em profundidade, com o assunto que lhe interessa” (TRIVIÑOS, 1987, p.99).

Destarte, o presente texto está estruturado em três partes, a primeira, seção teórica sobre patrimônio cultural e turismo; a segunda sobre o patrimônio e turismo na área de colonização italiana na Serra Gaúcha; por fim, a terceira parte, que completa a discussão com a análise da temática presente na Quarta Colônia de Imigração italiana, constituindo assim os subsídios para tecer as considerações finais do capítulo.

## **O patrimônio cultural no caminho do turismo**

Atualmente, a Geografia se adentra nas discussões que contemplam a temática do patrimônio cultural, buscando entender as formas de preservação de espaços históricos, naturais e identitários de um povo, contribuindo para a reformulação do conceito de patrimônio, bem como, conduzindo o avanço de novas pesquisas na área. Mas, é importante destacar que o patrimônio cultural é um conceito que permeia vários outros campos do saber, além da Geografia, como a História, a Antropologia, a Arquitetura, entre outros. Segundo Zanirato e Ribeiro (2006, p.251),

Nos últimos anos, o conceito "patrimônio cultural" adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas.

No entanto, a preocupação em proteger os bens que conformam o patrimônio cultural de um povo ou nação remonta ao final do século XVIII, particularmente à Revolução Francesa, quando foram realizadas políticas voltadas a preservação e, ocorreram interesses mais acentuados nesse sentido, e que por meio delas se espalhou a vontade de preservar os bens históricos e culturais por outros espaços mundiais (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Desde então, diferentes eventos e iniciativas pontuais de países já tinham demonstrado a necessidade de se preservar a história e a cultura, que muitas vezes era posta no chão pelo processo de urbanização e modernização das cidades.

Para Zanirato e Ribeiro (2006), a internacionalização da preocupação com os bens patrimoniais acarretou a constituição de vários eventos e a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro da Sociedade das Nações, esta última com o objetivo de potencializar as relações culturais entre os países, dos quais surgiu a “Conferência Internacional de Atenas, em 1931, cujo resultado foi à elaboração da Carta de Atenas, o primeiro documento de caráter internacional que dispõe sobre a proteção dos bens de interesse histórico e artístico” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.254).

Neste caminho, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 1972 veio dar subsídios as propostas e políticas já existentes sobre o patrimônio cultural, ampliando o olhar sobre elas e criando medidas e conceitos mais claros, principalmente com a criação de bens tombados como patrimônios da humanidade. O *Patrimônio Cultural* é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que apresentam um valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico, que seja um diferencial cultural (Unesco, 2020).

No Brasil, entretanto, “A conceitualização de patrimônio cultural, [...] é de data mais recente” (BRUSADIN, 2015, p.67). Tendo o seu desenvolvimento ligado aos fatos políticos e culturais marcantes da História do Brasil, tais como, a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (Sphan) em 1937 (BRUSADIN, 2015). Ainda, a Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe uma nova abordagem acerca das questões relacionadas aos direitos culturais, à conservação do meio ambiente e à proteção da biodiversidade nacional (PEREIRA, 2012), contribuindo para o fortalecimento da preservação cultural via caráter patrimonial.

Esses eventos foram fundamentais para a aprovação, em 2000, de uma lei nacional de registro de bens de natureza intangível (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p.47). A chancela de reconhecimento da paisagem do Rio de Janeiro, em 2012, como patrimônio da Humanidade pela Unesco também abriu as portas para se pensar e dialogar sobre este contexto no Brasil. Pode-se dizer que estas foram às principais articulações que desencadearam o sentido de preservação material e imaterial de povos originários e culturais no Brasil.

Partindo disso, o patrimônio cultural é um retrato do presente, um registro das diferentes possibilidades políticas dos grupos sociais, uma herança cultural, dos bens que materializam e documentam a presença de um povo no fazer histórico de uma determinada sociedade (RODRIGUES, 1996). Para Funari (2006, p.8, grifos do autor), “[...] patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família”. Logo, o patrimônio remete a algo deixado pelos antepassados, bens herdados por um povo, ganhando ênfase como a materialidade da cultura no espaço e a memória. No passar do tempo a expressão patrimônio passou a ganhar novos sentidos e usos. Segundo Brusadin (2015, p.66),

A palavra patrimônio tem vários usos e significados. O mais comum é o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem, mas que, transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que está dentro de seus limites de competência administrativa. Em outro sentido, o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura.

Destarte, o patrimônio cultural para Barreto (2000, p.11) é compreendido pelos:

[...] bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

Os bens materiais ou tangíveis são aqueles que podem ser tocados fisicamente, como prédios, construções, obras de arte, monumentos, igrejas e os imateriais ou intangíveis são aqueles ocultos, invisíveis, mas que compõem a cultura de um povo, como as festas, a arte do saber-fazer, os saberes, as músicas, crenças. Nesta linha,

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade deste povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas e quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo [...]. A ideia de patrimônio não está limitada apenas ao conjunto dos bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso nas pessoas, mesmo que isto não tenha valor para outros grupos sociais ou valor de mercado (IPHAN, 2007, p.12).

Seguindo, nesta perspectiva de entendimento, o patrimônio cultural de uma sociedade é uma escolha desta sobre o que lhe é mais representativo, e esta escolha depende das relações sociais constituídas no interior da sociedade, o que significa relações de força e de hegemonia, a capacidade que um determinado grupo tem de mobilizar e preservar o seu patrimônio (GRAMSCI, 2001). Pois, o patrimônio esbarra num jogo político, principalmente de prédios e bens privados que precisam ser preservados e que nem sempre o são pela falta de interesse, recursos financeiros e de políticas públicas. Portanto, Melo e Cardozo (2015,p.1070), afirmam que “Apesar da relevância em tornar o patrimônio disponível para todos, as formas de fazer isso põe em jogo muitos interesses, especialmente os que envolvem a propriedade particular e os interesses políticos”. Assim, cada sociedade estreita a reivindicação e a fiscalização dos bens patrimoniais. Há a necessidade de salvaguardar e preservar estes bens, a fim de não se perder no tempo a cultura e a história de um determinado povo, por ser uma marca do passado incrustada no presente.

Juntamente com a organização e o tombamento público dos bens materiais e imateriais, o turismo vem se aproveitando destes recursos protegidos para conferir visibilidade e renda econômica. Dessa forma, o turismo passa a articular-se com o patrimônio cultural. Porém, Funari e Pinsky (2009) destacam que a aproximação do patrimônio com o turismo teve origem no século XVII, quando as famílias mandavam seus filhos para estudar fora e com as viagens aprendiam outros idiomas e costumes de outros povos, compravam obras de arte e visitavam monumentos antigos e depois instalavam o turismo.

Conceitualizando, o turismo cultural “[...] é o acesso ao patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de

viver de uma comunidade, sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida” (MOLETTA, 2000, p.09). O turismo pode ser uma forma de manter um bem preservado e/ou uma oportunidade de restauração dos bens culturais, já que a atividade gera riqueza e traz a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção/desenvolvimento do setor. Melo e Cardozo (2015, p.1064), complementam destacando que,

A atividade turística, ao colocar frente a frente turistas e o legado cultural na forma de patrimônio, propicia o intercâmbio e, logo, a apropriação deste legado, que está objetivado em diferentes formas, que, direta ou indiretamente são expressões das diferentes formas humanas de ser e existir no tempo e no espaço.

O turismo pode trazer aspectos positivos à dinâmica patrimonial, mas também negativos, é uma “faca de dois gumes”. Como dizem Carvalho e Simões (2011), o turismo cultural pode conferir maior visibilidade ao patrimônio, reforçando as singularidades dos elementos integradores do espaço, como monumentos, edificações históricas, logradouros, práticas e manifestações socioculturais, amplia a percepção sobre a cultura e o lugar. Porém, a revitalização dos espaços e bens pode descaracterizar o patrimônio cultural. Assim, como aborda a descaracterização das manifestações populares dos bens, dos valores e tradições locais na perspectiva de atender às necessidades do consumo visual e estético dos visitantes, a acessibilidade do turista provoca o remanejamento da população residente das áreas de interesse turístico e, ainda, alterações na sociabilidade dos moradores e na paisagem cultural (SOTRATTI, 2010). Nesta linha de pensamento, Medeiros, Valduga e Lindner

(2017) trazem esta discussão para o âmbito da paisagem patrimonial dos vinhedos da Serra Gaúcha, onde o turismo tem gerado ações desastrosas para a manutenção da identidade cultural e também do acervo da história italiana que deu forma ao espaço.

Em síntese, o patrimônio é essencial na manutenção da história, da vida, da cultura e riqueza do espaço. Este precisa ser pensando no sentido de revelar a realidade local e tecer condições para a sua perpetuação na relação tempo-espaço. E, nesse sentido, o turismo pode ser uma ferramenta para isto se for bem articulada entre os diferentes atores e não desconsiderar a conservação e preservação do que é uma riqueza socioespacial ou humana, os bens materiais e imateriais, ou seja, tangíveis e intangíveis. Além de preservar os hábitos e costumes da população local e primar por um desenvolvimento sustentável mais saudável e viável.

### **A região da Serra Gaúcha e o seu patrimônio difundido pelo turismo**

A região onde atualmente se encontra delimitada a Serra Gaúcha começou a ser constituída a partir de 20 de maio de 1875 com a chegada dos primeiros colonos italianos ao lugar, que foram assentados em três colônias: Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), Colônia Conde d' Eu (Garibaldi) e Colônia Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul) (MANFIO; PIEROZAN, 2019). A partir dessas três colônias e de novas levas de italianos que foram chegando para ao estado e se instalaram nas proximidades, com o passar dos anos novas colônias foram sendo criadas. Posteriormente, em decorrência de sucessivos desmembramentos, as colônias foram dando origem a dezenas de

munícipios, sendo 55 deles de colonização italiana, etnia mais representativa na Serra Gaúcha(MANFIO; PIEROZAN, 2019).

Se durante o século XIX a Europa passava por uma grave crise econômica, social, política e principalmente agrária, visto que a Itália havia finalizado o processo de unificação somente em 1870, apenas cinco anos antes da vinda dos primeiros colonos ao Brasil, tendo o Rio de Janeiro como porta de entrada dos imigrantes no país e a Serra Gaúcha como destino final para milhares deles (MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL, 2020, *on-line*). A pobreza em que se encontravam em seu país de origem e a possibilidade de ter a sua própria terra a um preço barato em outro país fez com que milhares de agricultores e desempregados italianos migrassem para Serra Gaúcha.

Porém, ao chegarem na nova pátria (Serra Gaúcha) os italianos se depararam com uma dura realidade, tinham de recomeçar a vida do nada, ou seja, começar do zero, num local que não tinha civilização alguma, o que existia lugar onde iam ter de criar seus filhos e sustentar sua família era uma mata fechada e povos primitivos, que viviam na/da floresta. O Império, por sua vez, ajudava os italianos com um *kit*, que era composto por “[...] um lote de terra, sementes e ferramentas agrárias (machado, facão curvo, faca, enxada e pá)” (MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL, 2020, *on-line*). A terra, os italianos tinham um prazo de até cinco anos para realizar o pagamento.

Entre os poucos pertences pessoais trazidos pelos italianos estavam dois que moldaram a cultura de toda a região e das demais colônias italianas demarcadas no estado gaúcho, o hábito de consumir vinho durante as refeições e a fé no cristianismo (MANFIO; PIEROZAN, 2019). “O elemento religioso era o

centro da vida dessas comunidades católicas fervorosas. Por meio da religião, os italianos exerceram grande influência sobre a cultura rio-grandense” (MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL, 2020, *on-line*). A religião pode ser percebida na grande quantidade de igrejas, capitéis e capelas construídas nos locais onde os imigrantes iam se instalando e impondo o seu modo de vida baseado na policultura, na criação de animais e na pequena propriedade rural. A socialização, encontro com os parentes, amigos e demais conhecidos ocorria nos finais de semana, depois da missa e tinha como ponto de encontro a igreja da comunidade.

As lembranças do país (lugar) de origem dos imigrantes eram sempre preservadas e, no Brasil, serviam também para dar nome a localidades, comunidades, ruas, praças, mercados e prédios comerciais como forma de identificação do imigrante com o novo território, mas ao mesmo tempo estendendo a sua relação com a sua identidade, como pode ser visto na Figura 1. Com o passar dos anos o modo de vida dos descendentes de imigrantes italianos, presente nos seus hábitos, costumes e tradições, ou seja, a cultura, por eles preservada de seus antepassados, passou a ser explorada também pelo turismo e inúmeros eventos foram sendo organizados para atender a esta demanda.

Figura 1: Salão paroquial em Cotiporã, RS



Fonte: Pierozan, V. L. (2020).

As festividades realizadas na Serra Gaúcha são de diferentes tipos, mas as mais procuradas pelos turistas são principalmente as com experiências gastronômicas “[...] por fazerem parte de uma das rotas mais visitadas pelos turistas nacionalmente” (FLORES; BOCH, 2010, p.3169) e religiosas. Podemos destacar como exemplo: A Festa Nacional da Uva, realizada em Caxias do Sul; a Festa Nacional do Vinho, em Bento Gonçalves; a Festa do Espumante Brasileiro (Fenachamp), que ocorre em Garibaldi; a Vindima<sup>8</sup>; a FestiQueijo de Carlos

---

<sup>8</sup>Consiste na época de colheita da uva, que na Serra Gaúcha tem início no final de novembro e se estende até final do mês de março do ano seguinte, sendo realizada uma única safra ao ano. Durante a vindima é realizada uma programação intensa de atividades voltadas ao enoturismo como piqueniques em meio aos vinhedos, pisa da uva, almoços harmonizados com vinhos locais. Os municípios de Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Monte Belo do Sul concentram as principais atividades.

Barbosa e a Romaria de Nossa Senhora de Caravaggio, realizada em Farroupilha, entre outras.

Nesse sentido, “Alimentos e festivais são efêmeras expressões culturais, mas, como produtos culturais tangíveis, os efeitos de festivais gastronômicos se estendem para além da sua presença física” (BORTNOWSKA; ALBERTON; MARINHO, 2012. p.375). Na Serra Gaúcha a uva e o vinho são os alimentos, que se tornaram o principal atrativo turístico para os viajantes que visitam o lugar, pois se transformaram no patrimônio material da cultura local, se constituíram num símbolo associado à localidade, um produto turístico-cultural, que remete a colonização italiana. Na região,

[...] o turismo e o hiperconsumo são responsáveis por gerir a grande parte da sua economia, uma vez que os turistas, na busca pela “felicidade”, procuram nestas cidades saciar seus diversos desejos pessoais, psicológicos... que lhes proporcionarão a priori sensação de conquista, status, felicidade e prazer, fazendo com que retornem a estas cidades, sempre que sentirem necessidade de renovar essas sensações de bem-estar (FLORES; BOCH, 2010, p.3169).

Assim, “É evidente que há uma estreita ligação entre o patrimônio cultural e o turismo. É tão importante para atrair turistas à existência de exuberante patrimônio cultural quanto à exuberância natural” (FLORES; BOCH, 2010, p.3169). E, nesse sentido, a Serra Gaúcha se constitui num dos destinos que mais proporcionam essa experiência ao turista no Rio Grande do Sul.

## **O patrimônio da Quarta Colônia de Imigração Italiana: um cenário cultural tangível e intangível**

A Quarta Colônia é uma região localizada na porção central do estado do Rio Grande do Sul, antiga Colônia Silveira Martins, fundada em 1877. Segundo Pazuch (2019, p.2),

Os imigrantes que formaram a Colônia de Silveira Martins são oriundos do Vêneto, região situada no Norte da Itália, os quais vieram para o Brasil no final do século XIX para trabalhar na agricultura. Silveira Martins foi a Quarta Colônia Imperial criada no Rio Grande do Sul e foi organizada no centro do estado pelo Império Brasileiro para receber agricultores italianos oriundos do Vêneto. A Colônia iniciou seus trabalhos de demarcação a 19 de maio de 1877 [...].

Os imigrantes enviados inicialmente para a Colônia Silveira Martins eram abrigados em barracões, e aí permaneciam até a demarcação de suas terras, por parte do governo Imperial, ocupando terras devolutas de mata virgem, onde os primeiros anos foram de muito trabalho para organizar as propriedades, plantações e residências (MANFIO, 2012). Dentro da colônia foram construídos vários núcleos: Soturno, Arroio Grande, Nova Treviso, Vale Vêneto (SAQUET, 2003). Manfio (2019, p.107), acrescenta, que “Nestes núcleos estabeleceram-se os imigrantes em pequenas propriedades rurais baseadas na policultura e no trabalho familiar”. Assim, se formou um território socialmente construído e identificado fortemente com a tradição e cultura italiana.

A partir do desmembramento da colônia de Silveira Martins se constituíram sete municípios: Dona Francisca, Faxinal

do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins, ambos originários do processo de colonização italiana. Posteriormente, por questões políticas e de desenvolvimento rural foram incorporados outros dois municípios à região: Agudo e Restinga Seca, formando a Quarta Colônia de Integração.

Esta região se constitui materializada na cultura italiana que compõe e modela a identidade territorial do lugar. Conforme destaca Figueiredo (2014, p.163),

[...] percebe-se que a colonização italiana propiciou o desenvolvimento dos municípios pertencentes à Região da Quarta Colônia de Imigração a formação étnica cultural da região, além de contribuir com o sucesso do território rio-grandense.

A herança da colonização italiana, ainda está fortemente “enraizada” no modo de vida e no espaço regional, constituindo dessa forma um patrimônio cultural. O patrimônio cultural está presente tanto no campo como na cidade, e existem diferentes bens da colonização italiana, uns vem sendo preservados para mostrar uma história viva da região e utilizados para a promoção e desenvolvimento do turismo regional.

Os bens imateriais (intangíveis) estão presentes no modo de vida, nas histórias, na memória, nas lembranças familiares e, sobretudo nos acervos, tais como o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG). Estes bens envolvem o saber-fazer, a religiosidade católica, a tradição. O saber-fazer, passado de geração em geração, destaca-se na gastronomia como o fazer do pão, da cuca, do agnoline, do ravioli, do nhoque, na maneira de elaborar o vinho e no desenvolvimento do artesanato - artefatos do imaginário patrimonial.

Dentro dos bens tangíveis estão as moradias da colonização italiana. Para Figueiredo (2014, p.164), “Não raras vezes, encontram-se propriedades com edificações históricas de grande valor como testemunhos arquitetônicos”. O mesmo autor explica que:

[...] os exemplares arquitetônicos que sobreviveram, acrescidos dos discutíveis produtos arquitetônicos resultantes dos incentivos à reutilização das características regionais italianas, têm criado um cenário que distingue diversas cidades de outras cidades de origens luso e teuto-brasileiras (FIGUEIREDO, 2014, p.164).

Nem todas as casas coloniais foram preservadas, porém se observa que algumas ainda são habitadas por descendentes de imigrantes (filhos, netos e demais parentes) e foram reformadas, guardando a estrutura original, enquanto outras foram abandonadas mas permanecem na paisagem da região como patrimônio cultural valorizando um tempo e uma história de vida (MANFIO; BENADUCE, 2017).

As moradas guardam a arquitetura, os materiais utilizados na época da colonização como a pedra de basalto e a madeira da Mata Atlântica, além da presença de anjos desenhados nas janelas, a cozinha era separada do restante da casa, e de porões ou despensa também separados da residência com entrada pela parte de fora da construção. Estes são alguns elementos visíveis na arquitetura das casas de origem italiana presentes no Sul do Brasil.

De acordo com Posenato (1983), a arquitetura das áreas de colonização italiana segue três fases evolutivas seguindo o desenvolvimento dos materiais: a) no primeiro período a cozinha

era separada, porão semi-escava e sótão para guardar os alimentos. b) no segundo período, as residências possuíam de três a quatro pavimentos, e telhado em quatro ou duas águas e coberta com tabuinhas, telhas de barro ou aço galvanizado. Têm a cozinha em anexo ou separada. c) e no terceiro período, as casas já aparecem com janelas envidraçadas, com porão, geralmente semi-escavado, com paredes de pedra de basalto e um pavimento residencial, sótão era destinado para o dormitório e não mais para armazém de grãos e por fim, telhas de barro ou aço galvanizado, cobriam as casas de duas águas.

Assim, as casas com diferentes materiais e formas que compõe o espaço regional ainda estão presentes nos dias de hoje. A Figura 2 é de um casarão construído por imigrantes italianos em São João do Polêsine que foi preservado e hoje abriga a pousada Recanto. Existe também em São João do Polêsine a residência onde viveu o diácono João Pozzobon, que possui processo aberto de Canonização em Roma, e que hoje foi transformada em uma casa-museu e reforça o turismo religioso na Quarta Colônia, já que recebe visitantes de vários lugares em diferentes épocas do ano.

Outras residências localizadas nas áreas urbanas como os presentes na Figura 3 foram criadas posteriormente ao período inicial da colonização italiana na região, mas marcam a história e a cultura dos municípios. Elas dividem o espaço com as novas construções e prédios que vem sendo erguidos. Algumas dessas casas mais antigas sofrem pressão do setor imobiliário e acabam sendo demolidas para dar lugar a construções modernas.

Figura 2: Casarão da colonização italiana em São João do Polêsine, RS



Fonte: Pousada do Recanto (2019).

Figura 3: Casa antiga na cidade de Nova Palma, RS



Fonte: Manfio, V. (2018).

Outra questão marcante na região que pertence ao patrimônio histórico e cultural italiano é a religiosidade onde foram construídos capitéis, grutas, capelas e Igrejas para marcar

a fé deste povo e que se constituem em bens tangíveis e intangíveis, pois os ensinamentos de rezar o terço, a devoção nos santos padroeiros é repassada de geração em geração entre os membros das famílias. Em Manfio e Pierozan (2019, p.155), temos que, “Os italianos que chegaram a Colônia Silveira Martins edificaram igrejas e capitéis no seu território, demonstrando a forte religiosidade católica deste povo”.

A fé em seus santos, servia de estímulo a estes imigrantes nos difíceis tempos de colonização e se manteve perpetuada no tempo-espaço da região. A Figura 4 é do capital da Santa Polônia localizado no interior de Nova Palma. Este município, em 2020, está construindo um roteiro turístico, envolvendo todos os capitéis construídos município, numa parceria que envolve a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Prefeitura municipal de Nova Palma, juntamente com a realização de obras de revitalização.

Figura 4: Capitel Santa Polônia em Nova Palma, RS



Fonte: Manfio, J. M. (2015).

As festas em honra aos santos padroeiros e as romarias religiosas também são marcas do patrimônio cultural da região. Segundo Piccin (2009), a romaria de Nossa Senhora da Saúde é tradicional na Quarta Colônia, ela acontece em Silveira Martins, junto com ela há a tradição da imagem de Nossa Senhora em percorrer todos os municípios da região com procissão e missa. Nesta perspectiva, os cemitérios também são um legado dos imigrantes italianos, eles cultuam os seus mortos, pois acreditam em vida após a morte, na ressurreição (PICCIN, 2009).

Deste modo, as festividades ligadas à cultura italiana, os almoços típicos italianos, com risoto, sopa de agnoline, bife à milanesa, fortaia, entre outros pratos e os filós culturais marcam os bens intangíveis que são fonte de turismo. Na região existem parreirais ainda centenários construídos pelos imigrantes e seus descendentes, assim como moinhos de vento e, fornos de barro usados para fazer pães e biscoitos.

A constituição de uma rota gastronômica com destaque para Quarta Colônia, a chamada Rota Turística e Gastronômica de Santa Maria-Silveira Martins, com pousadas, cantinas, restaurantes, espaços turísticos tem sido uma maneira de conservar e preservar o “lugar-cultura” através da culinária italiana e instigar o turismo para região. A Rota junto com um cenário criado permite ao visitante uma nostalgia de estar em um pedacinho da Itália sem sair do Brasil, assim como acontece na região da Serra Gaúcha. Logo, “Com a valorização do patrimônio, através de suas faces seja ela cultural, religiosa, arquitetônica, gastronômica, rural ou ambiental, tem-se a rota um exemplo de planejamento de produto turístico” (STECKER, 2010,p.77). A Rota permite uma sensibilidade nos moradores

regionais em preservar a cultura e os espaços patrimoniais para o turismo (STECKER, 2010).

Dentro da Quarta Colônia, “Pode-se dizer que o Distrito de Vale Vêneto é o local do município onde as tradições dos antepassados que colonizaram a região são mais preservadas e difundidas através das festividades, almoços e jantares típicos” (LINDNER; WANDSCHEER; FERREIRA, 2011, p.252). Sem dúvida, neste distrito a cultura é mais intensa tendo em vista a preservação dos costumes e a ruralidade que dificultou a inserção de novas formas de vida e demais culturas, é um distrito onde a maioria da população é mais velha, e a expectativa de vida é maior, são poucos jovens, isto também coloca a área como um reduto cultural preservado.

O turismo rural também se completa na região, pois a colonização italiana impregnou a vida rural, as pequenas propriedades baseadas na policultura que no início utilizavam materiais rústicos e desenvolvidos pelos próprios agricultores e que hoje compõem museus e memórias familiares, despertando a curiosidade de visitantes em conhecer o mundo rural da região. Assim, o rural é visto como um diferencial também no lugar.

Além disso, a região guarda uma riqueza natural e de fósseis do período Triássico. No dia 22 de junho de 2020, por meio de um projeto liderado pela UFSM em parceria com os municípios locais através do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS Quarta Colônia), foi assinada a carta de intenção ao reconhecimento da UNESCO do Geoparque da Quarta Colônia como patrimônio cultural. O Geoparque é um projeto de geoconservação pautado em iniciativas brasileiras e datado de 2006 com alto valor patrimonial (GODOY, *et al.*, 2012). Esse geoparque será um diferencial atrativo importante para a região juntamente com o patrimônio da

colonização italiana, instigando ainda mais o desenvolvimento turístico.

Dessa forma, o patrimônio cultural é um legado para a região que deve saber preservar a sua história e cultura, bem como, os bens culturais, a fim de impulsionar o turismo e o desenvolvimento local-regional. Existem várias formas de turismo que se desenvolvem neste cenário, o turismo religioso, o cultural, o natural, mas, sem dúvida, a criação de uma rota gastronômica na região e novos roteiros turísticos têm sido o ponto pé fundamental para salvaguardar as memórias da etnia italiana.

### **Considerações finais**

As regiões da Serra Gaúcha e Quarta Colônia de Imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul possuem um legado cultural muito presente, que remetem a colonização italiana e se constituíram com o passar dos anos em patrimônio cultural.

A Serra Gaúcha, hoje se constitui no principal destino turístico no estado gaúcho, nessa região os visitantes buscam principalmente conhecer como eram vividos os antepassados dos imigrantes italianos, que com o tempo foram constituindo a região. As memórias e a cultura são vistas pela religião, na gastronomia, nas construções e principalmente nos afazeres dedicados a vitivinicultura, que nessa região tem no imigrante italiano o seu maior valor e legado.

A região da Quarta Colônia, por sua vez, tem a cultura material e imaterial italiana bastante presente, mas ainda não se consolidou como um destino turístico, como a Serra Gaúcha. O

turismo na Quarta Colônia se encontra em um processo ainda em desenvolvimento e conta com apoio de diferentes instituições para se fortalecer.

Enquanto, a Serra Gaúcha tem materializado a cultura no seio do turismo, através da tradição da vitivinicultura, das festividades, da culinária e dos bens intangíveis e tangíveis. A Serra Gaúcha é destino de muitos brasileiros e o turismo ajuda na preservação cultural, mas necessita sempre pensar no patrimônio para não cair na destituição patrimonial frente a complexos turísticos modernos.

## Referências

BORTNOWSKA, K.; ALBERTON, A.; MARINHO, S. V. Cultura e alimentação: análise das festas gastronômicas na Serra Gaúcha-RS. *Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 4, n. 3, p. 369-383, 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Patrimônio Mundial*, 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. de L. N. Turismo e patrimônio cultural sob o olhar do sujeito-morador: Uma leitura do bairro da Praia Grande, São Luís, Maranhão (Brasil). *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v.4, n.1, p. 12-31,2011.

DEMO, P. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana na região central do Rio Grande do Sul: os sítios históricos na

construção do patrimônio e da paisagem cultural. *Revista Ra'eGa*, Curitiba, v.31, p.147-183, 2014.

FLORES, A.; BOCH, Q. M. Políticas públicas e patrimônio cultural, resgate da história e da afirmação da identidade de um povo: estudo de caso em cidades turísticas da Serra Gaúcha. In: XIX Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza, Ceará. *Anais...* Fortaleza, Ceará: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010. p. 3161-3175.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). *Turismo e Patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2009.

GODOY, M. M. *et al. Geoparque Quarta Colônia (RS) - proposta*. 2012. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/17170>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LINDNER, M.; WANDSCHEER, E. A. R.; FERREIRA, E.R. Ruralidades e Turismo: a cultura rural no município de São João do Polêsine/RS. *Rosa dos ventos*. Caxias do Sul, v. 3, n.2, p. 247-254, 2011.

MANFIO, V. A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma, RS, Brasil. *Revista Equador (UFPI)*, Teresina, v. 8, n. 3, p. 199-213.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 260-273, 2017.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 144-162, 2019.

MEDEIROS, R. M. V.; VALDUGA, V.; LINDNER, M. Território, identidade e turismo: a Borgonha turística e o Vale dos Vinhedos. In: X Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 10., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Anais... Santa Maria, Rio Grande do Sul: Análise Crítica e Tendências do Turismo Rural no Brasil*, 2017, p. 96-100.

MELO, A. de.; CARDOZO, F. P. Patrimônio, turismo cultural educação patrimonial. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015.

MOLETTA, V. F. *Turismo Cultural*. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE, 2000.

MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/imigracao-italiana-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. Uma contribuição empírica para geração de métodos de planejamento e gestão. *Revista de Administração*, São Paulo, v.47, n.4, p.699-714, 2012.

PAZUCH, G. Imigração italiana na colônia de Silveira Martins - RS: deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920). In: XXX Simpósio Nacional de História, 30., 2019, Recife, Pernambuco. *Anais.... Recife, Pernambuco: ANPUH*, 2019. p. 1-15.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, E. da S. *Patrimônio Cultural Imaterial: uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação*. 2012. 23f. Monografia de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos

Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PICCIN, E. *O código cultural religião como uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana-RS*. 2009. 147f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

POSENATO, J. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio: Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.195-203, 1996.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST, 2003.

SOTRATTI, M. A. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador-Pelourinho. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p.139-155.

STECKER, D. T. *A rota turística e gastronômica de Santa Maria-Silveira Martins: o desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia de Imigração Italiana*. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em 22 de set. de 2020.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n.51, p. 251-262, 2006.

# **ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS PAULISTAS DE ÁGUAS DA PRATA, ÁGUAS DE LINDÓIA E ÁGUAS DE SÃO PEDRO: HISTÓRIA, TURISMO E A MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM**

*Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira*

## **Introdução**

A denominação de estância adotada no Brasil está relacionada às estações na milenar Europa, que no referido continente eram classificadas como termais ou hidrominerais, climáticas e balneárias (PUPO, 1974). No estado de São Paulo, adotou-se a mesma classificação, incluindo a de estância turística. As estâncias são locais privilegiados, dotados de recursos naturais específicos, clima benéfico, paisagens notáveis, oferecendo atrativos históricos, artísticos ou religiosos (AULICINO, 2001).

O termo estância está associado a um local de permanência, parada, pouso ou estação, com o objetivo de desfrutar dos recursos naturais, principalmente a água e o clima, para o restabelecimento da saúde (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). Em algumas das estâncias hidrominerais paulistas ocorre o desenvolvimento de atividades termais, segundo o Ministério do Turismo (2010a, p. 21):

O termalismo compreende as diferentes maneiras de utilização da água mineral e sua aplicação em tratamento de saúde. Refere-se a banhos quentes e é usado de maneira genérica para designar o emprego das águas minero–medicinais com finalidades terapêuticas. O termalismo moderno engloba, além dos tratamentos de saúde, a estética, relaxamento, alimentação saudável, exercícios, clima, ar puro, ambiente agradável, contato com a natureza, boa hospedagem, infraestrutura turística e cultural, proporcionando também lazer e bem-estar.

O Estado de São Paulo possui 12 Estâncias Turísticas que também são Estâncias Hidrominerais<sup>9</sup>: Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Amparo, Atibaia, Ibirá, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Poá, Serra Negra e Socorro, constituídas pela Lei nº 5.091/1986<sup>10</sup> (RAIMUNDO et al. 2010; PEREIRA, 2016). Destes municípios, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Ibirá,

---

<sup>9</sup> A partir de 2015 foi criada a Lei Complementar de nº 1.261, que estabeleceu condições e requisitos para a classificação de Estância e Municípios de Interesse Turístico, determinando que todas as Estâncias, independentemente da sua natureza ou vocação, passassem a ser classificadas como Estâncias Turísticas. Entretanto, o artigo 7º desta mesma lei estabelece que as Estâncias podem continuar usando a terminologia anteriormente adotada, de maneira a prosseguir com a divulgação dos seus principais atrativos, produtos e peculiaridades. Atualmente o Estado de São Paulo apresenta 70 Municípios Estância e 140 Municípios de Interesse Turístico.

<sup>10</sup> Na Lei nº 5.091/1986 o município de Campos do Jordão também constava como Estância Hidromineral, entretanto atualmente ele se apresenta como Estância Turística e Climática.

Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro oferecem tratamentos termais. O Dadetur, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos do Estado de São Paulo, é o órgão responsável por fornecer subsídios para manutenção e criação de infraestruturas turísticas aos municípios estância.

Pela historicidade e desenvolvimento das atividades turísticas nos meios urbano e rural escolhemos realizar o estudo sobre as Estâncias Hidrominerais de Águas da Prata e Águas de Lindóia. Já pela sua singularidade, dada a sua constituição enquanto cidade-termal, escolhemos a Estância Hidromineral de Águas de São Pedro (Fig. 1)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Águas da Prata e Águas de Lindóia foram visitados pela pesquisadora em 2019, já a Estância Hidromineral de Águas de São Pedro foi tema de Dissertação de Mestrado da mesma.

Figura 1. Mapa indicando a localização dos municípios estância de Águas de São Pedro, Águas de Prata e Águas de Lindóia no Estado de São Paulo



Nota: Modificado pela autora. Fonte: *Google Maps*, 2020

## **Divisão territorial dos municípios: rural e urbano**

Os municípios são territórios divididos em áreas urbanas e rurais, divisão instituída no Brasil através do Decreto Lei nº 311/1938. Entre estudiosos da temática há discussão se os espaços rurais e urbanos são contínuos ou não (IBGE, 2017). Defenderemos aqui que, independente da continuidade, cada lugar tem a sua especificidade, sendo incontestável a relação de interdependência entre os mesmos. O espaço rural depende de produtos produzidos no espaço urbano e vice-versa. O abastecimento de frutas, verduras e legumes feitos nas cidades provém principalmente de produtos provenientes de pequenos e médios agricultores e da agricultura familiar.

Desde o êxodo rural concentrações populacionais, atividades econômicas, interações socioculturais, impactos ambientais e sociais tornaram-se cada vez mais concentrados nos núcleos urbanos, no entanto, novos elementos têm sido ressaltados trazendo novas perspectivas ao meio rural (IBGE, 2017). Além das atividades primárias do campo, outras atividades têm destacado a recente valorização das áreas interioranas, no que tange aspectos da biodiversidade, patrimônio paisagístico e estilo de vida. Em contrapartida a urbanização acelerada modificou e continua modificando o campo pela inserção de novas tecnologias e a demanda crescente por alimento e recursos naturais (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010).

Dentro dessa dinâmica dicotômica entre rural e urbano é preciso compreender que paisagem é um produto cultural, não

apenas um lugar físico, mas um conjunto de ideias, sensações e sentimentos, elaborados a partir de um lugar e de elementos que o constituem (MATOS, 2010), é também uma realidade material, objetiva, produto dos homens, pois todas as paisagens são culturais, visto que são construídas segundo valores temporais e geográficos (JACKSON, 2003).

## **Multifuncionalidade da Paisagem**

De acordo com Laurent (1999), o conceito de multifuncionalidade desenvolvido na França, ao final do século XX, tem como proposição que as paisagens rurais possam produzir externalidades remuneradas (*commodities*) ou não remuneradas (*não-commodities*). Funções ecológicas como sequestro de carbono, a biodiversidade e a ciclagem e nutrientes, bem como funções culturais, tais como entretenimento, preservação histórica e qualidade visual, são externalidades não remuneradas (LOVELL et al., 2010). Assim, a multifuncionalidade da paisagem é o resultado de uma complexa interação natureza e cultura ou sociedade e ambiente (NAVEH, 2001; HAINES-YOUNG, POTSCHIN, 2000).

A multifuncionalidade da paisagem está conectada à uma nova função que as propriedades agrícolas adotam, não sendo apenas produtora de alimentos, mas também como possível área de proteção ambiental (OLIVEIRA et al., 2007). Sustentabilidade, agricultura familiar e políticas públicas estão correlacionadas intrinsecamente, favorecendo ações

multifuncionais que visam o desenvolvimento sustentável nas propriedades. Com a necessidade do homem em se manter no meio rural e conservar recursos naturais, ocorreu a busca de funções e alternativas para a propriedade (MIRANDA; ADIB, 2006; CAZELLA et al., 2009). Dentro desse prisma, salientaremos que o Turismo Rural<sup>12</sup> tem sido uma das práticas realizadas nos espaços rurais, uma das possibilidades da multifuncionalidade da paisagem, a exemplo dos municípios estância de Águas da Prata, Águas de Lindóia e Águas de São Pedro, como veremos adiante.

## **Três Estâncias Turísticas e Hidrominerais: história, turismo e a multifuncionalidade da paisagem**

### *Águas da Prata*

O município de Águas da Prata localiza-se no leste paulista, na Serra da Mantiqueira, fazendo divisa com outros municípios, entre eles São João da Boa Vista-SP e Poços de Caldas-MG. Seu nome tem origem do tupi-guarani “Pay tâ”, tornando-se “Prata” por causa da pronúncia portuguesa. “Pay tâ” significa “água dependurada”, em referência à formação de estalactites, em virtude da alta mineralização das águas locais (CÂMARA

---

<sup>12</sup> “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010b, p.18).

## MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA, 2019).

Em 1866 o local despertou o interesse de cafeicultores devido a inauguração de um ramal da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que ligava Cascavel (atual Aguai) a Poços de Caldas, para a estação de embarque da ferrovia. Residências passaram a ser construídas nos arredores do vale banhado pelo Ribeirão da Prata e o Córrego da Platina, onde nasceu um povoado. Dez anos depois, em 1876, a primeira fonte de Águas da Prata foi descoberta por Rufino Luiz Castro Gavião<sup>13</sup>, ao notar um veio d'água às beiras do Ribeirão da Prata, situado em uma das fazendas do município de São João da Boa Vista, era bastante procurado por animais que buscavam matar a sede. Tratava-se de uma água mineral bicarbonatada (CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA [s.d.] apud IBGE, 2019).

A vocação da estância atraiu químicos do Departamento Geográfico e Geológico do Estado, que pesquisaram a região, realizando prospecção das fontes, comprovando a viabilidade da exploração econômica. Assim, ainda em 1876 instalou-se a primeira engarrafadora de água no então bairro de São João da Boa Vista. Em 1913, uma empresa foi criada com a finalidade de gerir as águas, fazendo com que surgisse uma rede hoteleira e infraestrutura turística. Tornou-se Distrito em 1926 sob a denominação de estância hidromineral, obtendo emancipação

---

<sup>13</sup> Rufino Luiz Castro Gavião era dentista do secretário da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, e descobriu as águas enquanto realizava uma caçada de macucos (aves tinamídeas sul-americanas de grande porte) pelas matas da Fazenda Alegre, de propriedade do Coronel Gabriel José Ferreira. Ao ingerir as águas, Rufino melhorou de pronto as dores que tinha no estômago (IBGE, 1965).

político administrativa no ano 1935 (CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA [s.d.] apud IBGE, 2019).

O município possui três tipos de águas com propriedades minero-medicinais, sendo estas radioativas, alcalinas ou bicabornatadas, distribuídas em 10 fontes: Fonte do Padre, Fonte da Pedra do Boi, Fonte da Juventude, Fonte Vitória, Fonte Vilela<sup>14</sup>, Fonte Platina, Fonte do Paiol, Fontanário Prata, Fonte Nova e Fonte da Garganta (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA, 2019).

O Balneário Municipal Teotônio Vilela, que estava de portas abertas para munícipes e turistas entre os anos de 1975 e 1998, contando com serviços como banhos, sauna seca e molhada, sala de descanso e massagens, encontra-se fechado e em péssimas condições, devido à falta de investimentos e pendências com a justiça. Na época, haviam clientes que chegavam a passar 15 dias utilizando-se dos serviços termais. Acredita-se que a reabertura do balneário poderia transformar o turismo local (G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA, 2014).

As áreas rurais contam com fazendas históricas do período cafeeiro, a exemplo da Fazenda Santa Maria<sup>15</sup> (fig. 2), pertencente à família Junqueira, que após a Revolução de 1932 a equipou com modernas máquinas de beneficiamento de café, provenientes de Espírito Santo do Pinhal - SP, ampliando o espaço da tulha de café, e na década de 1940 construindo um moinho elétrico e uma casa de força junto ao bloco. Até hoje a fazenda é produtora de café, com estrutura aberta à visitação,

---

<sup>14</sup> A Fonte Vilela é a mais famosa por ser uma das mais radioativas das Américas, de água leve, boa para os rins (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA; 2019; G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA, 2014).

<sup>15</sup> A pesquisadora realizou visita técnica na Fazenda Santa Maria no ano de 2017.

contando com um vandário, uma estufa de orquídeas do tipo vanda, de origem asiática. (LORETTE; ROSALINO, 2017).

Há também no espaço rural pratense cerca de 58 cachoeiras, às quais pode-se praticar atividades como *trekking*, *hiking*, *canyoning*, *cascading*, *rafting*, boia-cross, cavalgadas, cicloturismo, *off-road*, arvorismo, tirolesa, escalada, *mountain bike* e o voo livre no Pico do Gavião, com 1.663 m de altitude (tabela 1) (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA, 2019; APRECESP, 2019).

Figura 2. Fazenda Santa Maria, Águas da Prata – SP



Fonte: Gabriel Correa, 2017

O município conta com uma Unidade de Conservação (UC) da Fundação Florestal. O local deixou de ser um Bosque Municipal, passando a ser denominado legalmente Parque Estadual de Águas da Prata a partir de 2018, onde é possível observar várias espécies de aves e animais silvestres, a exemplo dos macacos-prego. Há uma trilha para a nascente do fontanário e vários chalés com artesanatos e produtos provenientes do milho, como pamonha, curau e bolo (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA, 2018; 2019).

Águas da Prata participa do “Caminho da Fé”, circuito de peregrinação de quase 500km, que inclui 24 cidades localizadas entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, até a cidade paulista de Aparecida. O trajeto dura cerca de 20 dias, passando por vilarejos, bosques, trilhas e trechos de estradas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA, 2019).

O município integra um projeto de turismo regional intitulado “Entre Rios, Serras e Cafés”, contando com a participação de mais 11 municípios: Aguaí, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Vargem Grande do Sul e Tapiratiba. (PREFEITURA DE CASA BRANCA, 2019, [s.p.]).

A ideia central do projeto “Entre Rios, Serras e Cafés” é unir as cidades em uma região turística. Seu objetivo é promover um intercâmbio cultural e também divulgar ao público os roteiros, gastronomia, artesanato, produtos típicos, músicas, entre outros atrativos e empreendimentos turísticos que existem

em cada um dos municípios (PREFEITURA DE CASA BRANCA, 2019, [s.p.]).

E, finalmente, cabe mencionar que Águas da Prata tem realizado mostras de Arte e Cultura, por meio de exposições e eventos promovidos no Espaço Cultural Boca de Leão e no Gloc Villa - local que promoveu o 1º Festival de Imagem de Águas da Prata, fato responsável por inserir a cidade no mapa cultural internacional que engloba outras 18 cidades europeias, fortalecendo por sua vez o patrimônio cultural local, segundo a Prefeitura do Município de Águas da Prata (2019).

### *Águas de Lindóia*

Águas de Lindóia encontra-se no leste paulista, situado na Serra da Mantiqueira, integrando junto com os municípios de Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro o Circuito das Águas Paulistas (CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTAS, 2019)<sup>16</sup>.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal, acredita-se que os tropeiros do século XIX foram os primeiros a utilizarem as águas locais com finalidade de tratamento, descobrindo nelas

---

<sup>16</sup> Seis dos nove municípios que participam do Circuito das Águas Paulista são Estâncias Turísticas e Hidrominerais.

propriedades cicatrizantes. O fundador de Águas de Lindóia foi o Dr. Tozzi<sup>17</sup>, que em 1909 soube de um padre da cidade de Lyndóia (hoje Lindóia), vizinha à Serra Negra e Socorro, que havia se curado de males da pele utilizando águas quentes de um morro que jorrava águas a cerca de 28°C. Assim, o Dr. Tozzi mandou analisar as propriedades das águas, confirmando suas potencialidades curativas. Dessa maneira, adquiriu terras ao redor das fontes e iniciou a construção das “Thermas de Lindóia” no ano de 1910 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019):

As Thermas de Lindóia [...] eram formadas por três grandes casas, cada uma delas com um refeitório e quartos enfileirados unidos por um corredor. Apesar da estrutura simples, as construções receberam nomes pomposos: Hotel Senado, Hotel Catete e Hotel Câmara. O Senado recebia os clientes mais pobres, enquanto que o Catete era o que mais se assemelhava a um hotel, recebendo os clientes de melhor posição. A construção das Thermas de Lindóia, em um local muito distante para as condições de transporte da época (1910), fez com o Dr. Tozzi precisasse prover os operários de condições mínimas de subsistência. Desta forma nasceram as primeiras ruas, armazéns, casas, farmácia, escola e consultório médico. O Dr. Tozzi mudou-se com a família para o novo povoado

---

<sup>17</sup> O Dr. Francisco Tozzi era um médico italiano, nascido em 1870 na cidade de Benevento, província de Nápoles. Foi secretário da Saúde de Milão e aceitou o convite de um amigo italiano, o pároco da cidade de Socorro, para vir morar no Brasil e prestar assistência médica. Chegou em 1900 a Socorro, cidade do interior de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019).

em 1914 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, 2017 apud IBGE, 2019, [s.p.]).

Os estudos dirigidos pelo Dr. Tozzi<sup>18</sup> concluíram que: as águas jorravam diariamente um volume de 2 milhões de litros; eram oligominerais, ou seja, que possuíam microminerais, como lítio, selênio e zinco; sendo na época excelentes alternativas para tratamentos de males como cálculos renais, ácido úrico, eczemas, cefaleias, artrites, reumatismos e problemas circulatórios (BONDE, 2010).

De acordo com os registros históricos da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia (2019), as *Thermas de Lindoya* ganharam notoriedade em nível nacional, atraindo muitas pessoas em busca de cura. O engarrafamento da água mineral iniciou-se em 1916, período no qual parte das águas era enviada à Serra Negra para um produtor de vinho da região.

Em 1929 foi inaugurado o Hotel Glória (atual Grande Hotel Glória), voltado à um público de melhor poder aquisitivo, de maneira a auxiliar no subsídio de hospedagem de curistas menos abastados. O Hotel Glória dispunha de um salão para refeições, salão para refeições dietéticas, salão de diversões,

---

<sup>18</sup> O trabalho realizado pelo Dr. Tozzi chamou atenção de Madame Curie, ganhadora do prêmio Nobel de Química, que na época realizava pesquisas sobre radioatividade, na França. Em 1928 Curie veio ao Brasil e visitou as *Thermas de Lindóia*. A questão da radioatividade das águas termais foi o tema principal das conversas. “[..] Águas de Lindóia possui, comprovadamente, a água mineral de maior radioatividade em todo o planeta” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019, [s.p.]).

cozinha ampla, apartamentos de 2 ou 3 quartos, água corrente, energia elétrica e banheiros independentes. No referido hotel realizavam-se também sofisticados bailes com música ao vivo, que terminavam impreterivelmente as 22 horas, por ordem do Dr. Tozzi, em prol da saúde dos hóspedes (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019).

O Distrito com o nome de Águas de Lindóia foi criado em 1938, e elevado à categoria de município em 1953 (BONDE, 2010). Após o falecimento do Dr. Tozzi, seu genro, o Dr. Vicente Rizzo, conseguiu junto ao Governo do Estado uma lei para a criação da Estância Hidromineral Lindóia, e em 1954 iniciou-se a construção de um novo balneário<sup>19</sup>, inaugurado em 1959. Atualmente, o local é um Balneário Municipal chamado Edison Brasil Tozzi Rizzo, que oferece lazer, relaxamento e mais de 30 serviços, como por exemplo, banhos de imersão, massagens, piscinas de água mineral, ducha escocesa, banho de argila e drenagem linfática (BALNEÁRIO ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019).

Águas de Lindóia está a 945 metros de altitude, em uma bacia cercada por picos e morros que chegam a atingir 1.400 metros de altitude. A Mata Atlântica dos Morros Pelado, Brejal e do Cruzeiro está protegida pelo Decreto Lei 750/1993. As áreas rurais contam com paisagens panorâmicas, banhos de cachoeira, antigas fazendas cafeeiras e construções de pedra do período colonial, passeios a cavalo, contato com a natureza e ar puro da montanha; e o Turismo de Aventura, com circuito pelas montanhas, trilhas de *jeep*, arvorismo, pesca esportiva, *trekking*, voo livre, tirolesa, *rafting* no Rio do Peixe, rapel, mototrilha e

---

<sup>19</sup> O novo balneário lindiense foi projetado por Oswaldo Arthur Bratke, com colaboração de artistas como o paisagista Roberto Burle Marx e o artista plástico Lívio Abramo (BALNEÁRIO ÁGUAS DE LINDÓIA, 2019).

outras modalidades de esporte aventura em áreas de reserva natural com rios e bosques (tabela 1) (BONDE, 2010; APRECESP, 2019; GUIA DO TURISMO BRASIL, 2019).

A cidade dispõe de estrutura para atender às demandas do Turismo de Negócios, de Congressos e Convenções, em nível nacional e internacional pelo aporte hoteleiro, contando com pontos turísticos, como a Praça Adhemar de Barros cujos jardins foram projetados por Roberto Burle Marx (fig. 3) (GUIA DO TURISMO BRASIL, 2019). No âmbito gastronômico, Águas de Lindóia mescla culturas culinárias paulistas, mineiras e europeias. Isso se deve à localização do território, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais e a influência da migração de famílias provenientes da Europa (BONDE, 2010).

Figura 3. Águas de Lindóia, com destaque para a Praça Adhemar de Barros ao centro



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, 2017

## *Águas de São Pedro*

A Estância Hidromineral de Águas de São Pedro é o segundo menor município do Brasil em extensão territorial<sup>20</sup>, com apenas 3,612 km<sup>2</sup>, um enclave dentro de outro município, que por sua vez também é uma estância turística, São Pedro (IBGE, 2019; PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO, 2019; PEREIRA, 2016).

No século XVIII a região era pouso de tropeiros que buscavam ouro rumo às minas de Cuiabá, da paragem iniciou-se um povoado. Os imigrantes, sobretudo de origem italiana, vieram a colonizar o território tempos mais tarde, já no final do século XIX. Nessa época as principais atividades econômicas realizadas eram o plantio de café e a pecuária bovina. Tornou-se Distrito em 1864 e foi elevado à categoria de município em 1881 (QUIARARIA, 2019<sup>21</sup>; SANTOS; 2009).

Na década de 1920, técnicos do Serviço Geológico do Estado de São Paulo estiveram no município são-pedrense realizando prospecção de petróleo, visto que o governo federal estava incentivando a procura pelo “ouro negro”, assim foram instalados alguns poços de extração, entretanto ao invés de petróleo jorraram águas de coloração diferente e cheiro forte. Os

---

<sup>20</sup> O menor município do Brasil em extensão territorial é Santa Cruz de Minas, no Estado de Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO, 2019).

<sup>21</sup> Informação obtida em palestra realizada por Clarissa Quiararia, Secretária de Turismo, Cultura e Esportes de São Pedro e Vice-Presidente da Governança da Serra do Itaqueri, sobre a Gestão Turística do Município de São Pedro, em 19/06/2019, para alunos (as) do curso de Gestão Ambiental da Esalq/USP, na disciplina de Gestão Turística em Ambientes Naturais.

animais que tomaram daquelas águas ficaram com a pelagem mais bonita, o que chamou a atenção do dono das terras, o fazendeiro Ângelo Franzin. O mesmo mandou analisar as águas, comprovando que as mesmas de fato tinham propriedades medicinais. Assim, em 1934, Franzin construiu um rústico balneário de madeira com seis banheiras (CAMARGO, 1990; ANDRADE, 1975, 2013; SAINT-PIERRE, 2007; PEREIRA, 2016).

No mesmo ano esteve em São Pedro um investidor da cidade de Santos, que trabalhava para a empresa “Moura Andrade & Cia”, despachando café para outros países. Conheceu o balneário local, observando o potencial e a oportunidade de criar uma estância hidromineral paulista. De maneira que adquiriu a propriedade, construiu outro balneário e iniciou o projeto de desenvolvimento da cidade (ANDRADE, 1975; SAINT-PIERRE, 2007; PEREIRA, 2016).

Contratou os serviços: de Jorge Macedo de Vieira, urbanista especialista em criar cidades-jardim<sup>22</sup>, seguindo os moldes europeus; do Escritório do Saturnino de Brito para a realização do projeto de saneamento, esgoto, escoamento de águas pluviais e fluviais, retificação do rio Araquá, construção de reservatório de águas, eliminação de brejos e águas paradas; de profissionais dos mais diferentes setores para edificar a cidade, o Grande Hotel, outras infraestruturas hoteleiras e a Companhia de Águas Sulfídricas e Termas de São Pedro; de profissionais das áreas hoteleira, gastronômica e da área termal para trabalhar nas

---

<sup>22</sup> As cidades-jardim seguem um sistema urbanístico cujas ruas são projetadas de acordo com as curvas de nível, bem arborizadas e ao final de cada rua há sempre uma praça ou área verde (BONFATO, 2008).

dependências do Grande Hotel (ANDRADE, 1975; SAINT-PIERRE, 2007; BONFATO, 2008; PEREIRA, 2016).

Águas de São Pedro e Grande Hotel São Pedro<sup>23</sup> foram inaugurados em 1940 com o objetivo de ser uma cidade-saúde, possuindo três fontes de águas com propriedades minero-medicinais: a Fonte da Juventude (clorossulfurosa alcalina), a Fonte Gioconda (clorossulfatada sódica) e a Fonte Almeida Salles, (clorobicarbonatada sódica). Cada uma das águas possui indicações para tratar e prevenir doenças, sendo que apenas as águas sulfurosas são utilizadas para ingestão, banhos e inalação. Algumas das indicações das águas da Fonte da Juventude são para o tratamento de moléstias da pele, artrite, artrose e problemas respiratórios, sendo a segunda melhor em teor de enxofre do mundo, atrás apenas da Fonte Pergoli em Tabiano, na Itália. Emancipou-se de São Pedro em 1948 (CAMARGO, 1990; SAINT-PIERRE, 2007; PEREIRA, 2016).

A estância dispõe de Fontanário e Balneário<sup>24</sup> municipais, alguns hotéis também oferecem serviços de balneário e *spa*. É comum que festivais gastronômicos sejam realizados pelo Grande Hotel Escola Senac, e o município conta com variedade de restaurantes, bares, docerias, sorveterias e cafeterias (PEREIRA, 2019).

Segundo Andrade (2013)<sup>25</sup>, Águas de São Pedro é uma cidade bastante arborizada, um dos fatores a serem considerados

---

<sup>23</sup> O Grande Hotel foi projetado para ser um lugar destinado à cura, repouso e lazer, com salões, balneário, cassino, elevadores, geladeiras, câmaras frigoríficas, e demais dependências (ANDRADE, 1975).

<sup>24</sup> O Balneário Municipal é chamado *Spa Thermal Dr. Octávio Moura Andrade*.

<sup>25</sup> Degravação do relato de Antônio Moura Andrade, filho do fundador da estância de São Pedro, em entrevista a um Programa Especial sobre Águas de

como qualidade de vida, a qual há cerca de 50% de área construída para 50% de área verde. Uma das áreas verdes mais notáveis é o Parque Dr. Octávio Moura Andrade, plantado na década de 1940 com mais de 1.200.000 pés de eucaliptos, além de outras espécies (ANDRADE, 1975; PEREIRA, 2019).

Além das fontes de água mineral, são atrativos da cidade a tranquilidade, natureza e composição paisagística, que criam um ambiente agradável, de acordo com a visão dos turistas. Na Avenida Carlos Mauro, no centro, há serviços de lazer e aventura como trilha no parque (gratuito), tirolesa, arborismo, circuito de bugue, passeios de charrete e a cavalo e pula-pula infantil (PEREIRA, 2016).

Apesar de a estância não ter área rural muitas atividades turísticas realizadas em Águas de São Pedro estão relacionadas com áreas rurais de outros municípios. Um exemplo é o Caminho do Sol, percurso feito por peregrinos que partem de Santana do Parnaíba, interior do estado de São Paulo, passando por onze municípios, que totalizam cerca de 241km, até chegar à Casa de Santiago - espaço ao ar livre, onde encontra-se um altar com as imagens de Santiago de Compostela e de São Francisco de Assis, localizando-se dentro do Mini Horto Municipal (SEMAC TUR, 2019; PEREIRA, 2019).

Outros exemplos são o Balonismo (fig. 4, tabela 1), cujo passeio se inicia e finaliza em áreas verdes de São Pedro, fazendo percurso aéreo por Águas de São Pedro; o Trenzinho da Abelha, partindo do Terminal Turístico Municipal até um apiário da área rural são-pedrense; e o passeio de Bondinho, com ponto de início

---

São Pedro, do Piracicaba em Destaque. Publicado no *youtube* em 10 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xVyd1tRgcms>>. Acesso em: jan. 2019.

na Praça Prefeito Wilson e destino ao Thermas Water Park (Parque Aquático), também localizado em uma área rural do município de São Pedro. Muitos dos visitantes da estância também usufruem das possibilidades turísticas de São Pedro, que incluem Turismo Cultural, de Natureza, Gastronômico, Rural e de Aventura. Os municípios de Águas de São Pedro e São Pedro fazem parte da Região Turística Serra do Itaqueri<sup>26</sup> (PEREIRA, 2019).

De acordo com Rose Massaruto<sup>27</sup> (2019), o município água-pedrense:

[...] apresenta um comércio pujante, e algumas ações têm sido realizadas ou incentivadas pela Secretaria de Turismo para o desenvolvimento da atividade econômica, como incluir o município em alguns roteiros: Roteiro de Casamentos, pois Águas sempre foi procurada para *books* fotográficos de casamento; Roteiro das Primaveras, devido ao fato de que a Avenida Carlos Mauro e outros locais da cidade serem adornados com Primaveras; Guia *Bikers*, roteiro para ciclistas; *Birdwatching*, Roteiro de Observação de Pássaros, que tem sido realizado pela

---

<sup>26</sup> A Região Turística da Serra do Itaqueri abarca um grande conjunto de cenários paisagísticos formado por 13 municípios unidos pelo desenvolvimento do turismo regional. A oferta turística abrange turismo cultural, de saúde, rural, de natureza, de eventos, de aventura e gastronômico. Fazem parte os municípios de Águas de São Pedro, Analândia, Brotas, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Pedro e Torrinha (PEREIRA, 2016, p. 357).

<sup>27</sup> Informação obtida em palestra dada por Rose Massaruto, Secretária do Turismo de Águas de São Pedro, em 24/04/2019, para alunos (as) do curso de Gestão Ambiental da Esalq/USP, na disciplina de Gestão Turística em Ambientes Naturais.

Agência Águas Tour; e o CQ Turistando, *marketing* assertivo trazendo blogueiros e outros influenciadores digitais, para conhecer e divulgar a cidade nas redes sociais (PEREIRA, 2019, p.363-364).

Figura 4: Balão sobrevoando a Represa das Palmeiras, estância de Águas de São Pedro



Fonte: Acervo do *site*: São Pedro bonita por natureza, 2019

Quadro 1: Atividades do Turismo de Aventura e Ecoturismo

<b>Atividade turística</b>	<b>O que é?</b>
Trekking	Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros.
Hiking	Caminhada de um dia, sem pernoite.
Canyoning	Mesmo que canionismo, descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
Cascading	Mesmo que cachoeirismo, descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais.
Rafting	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
Boia-cross	Atividade praticada em um mini bote inflável, onde a pessoa se posiciona de braços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da boia e os pés na parte final da boia, já praticamente na água. Também conhecida como <i>acqua-ride</i> .
Cavalgadas	Percurso em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
Off-road	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.
Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores e outras estruturas construídas.
Tirolesa	Produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.

Escalada	Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos.
Mountain-bike	Modalidade de ciclismo na montanha.
Voo livre	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).
Trilhas de jeep	Trilhas realizadas por carros com tração 4x4, ideais para trilhas <i>off-road</i> .
Rapel	Técnica vertical que utiliza cordas e equipamentos adequados para a descida de paredões e vãos livres bem como outras edificações. Utiliza técnicas de alpinismo.
Bugue	Tipo de veículo de pequeno porte, geralmente sem portas ou cobertura, exclusivamente com tração traseira, com pneus grandes e dianteiros menores.
Balonismo	Esporte aéreo praticado em balão de ar quente por meio do qual é possível contemplar um panorama de 360°.

Fonte: Ministério do Turismo (p. 18-20, 2010c; 2010d). Elaborada pela autora.

## Discussão e considerações finais

Diante do exposto, as Estâncias Hidrominerais de Águas da Prata, Águas de Lindóia e Águas de São Pedro têm um passado marcado pela passagem de tropeiros, pelo cultivo do café e pela migração europeia. Águas da Prata e Águas de Lindóia possuem fazendas históricas do período cafeeiro abertas à visitação. Os três municípios estância também têm em comum a história da descoberta das águas minero-medicinais e a constituição das cidades pautadas nas atividades termiais. É importante lembrar que antes do término da Segunda Guerra Mundial o Termalismo configurava-se como um meio de tratamento de saúde muito

procurado pois os avanços na medicina e nos tratamentos de saúde surgiram posteriormente (VIEGAS JR. et al., 2006; PEREIRA, 2016).

Até hoje esses municípios são lembrados pelas fontes de águas minerais e banhos, mesmo que o Termalismo não seja a atividade principal realizada. Embora o balneário de Águas da Prata não esteja em funcionamento há muitos anos, a procura pelas fontes de águas é grande e acredita-se que a reativação do balneário poderia incrementar o turismo local.

Cada uma das estâncias faz parte de um circuito turístico, Águas da Prata, participa do “Caminho da Fé” e da Região Turística “Entre Rios, Serras e Café”; Águas de Lindóia integra o “Circuito das Águas Paulistas” e Águas de São Pedro é destino final do “Caminho de Santiago” e compõe a “Região Turística da Serra do Itaqueri”. Participar de caminhos, circuitos ou regiões turísticas faz com que os municípios tenham mais visitantes, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. As atividades econômicas e turísticas que ocorrem nos meios rural e urbano se dão de maneira complementar e interdependente. Mesmo sem área rural o município de Águas de São Pedro desenvolve atividades nas ruralidades do município que a circunda, São Pedro.

Tanto a cidade, quanto o campo, podem oferecer boa hospedagem, boa comida, passeio, descanso ou mesmo atividades mais agitadas. Como apresentado, os donos de propriedades rurais têm buscado diversificar o trabalho, não se restringindo ao plantio, mas exercendo atividades turísticas variadas, como Turismo de Aventura, com esportes radicais, Ecoturismo, Turismo Rural, Histórico e Gastronômico nas fazendas e o Turismo Religioso. Estas são novas formas do desenvolvimento da multifuncionalidade da paisagem, que além de serem

atividades complementares, fazem com que os turistas e visitantes tenham contato com a natureza e com a história desses lugares. Acreditamos que a intenção seja fazer com que o visitante queira voltar e experienciar novamente o que esses municípios tenham de melhor a ofertar.

## Referências

ABRAMOVAY, R. (Org.). *O futuro das regiões rurais*. Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. 149 p.

ANDRADE, A. M. *Escorço histórico de Águas de São Pedro*. Águas de São Pedro: Prefeitura Municipal de Águas de São Pedro, 1975. 12 p.

APRECESP. Estâncias Hidrominerais. *Águas da Prata*. Disponível em: <<http://aprecesp.com.br/aguasdaprata>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Estâncias Hidrominerais. *Águas de Lindóia*. Disponível em: <<http://aprecesp.com.br/aguasdelindoi>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

AULICINO, M.P. *Turismo e estâncias: impactos e benefícios para os municípios*. São Paulo: Futura, 2001. 147 p.

BALNEÁRIO MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA. *História*. Disponível em: <<https://www.balnearioaguasdelindoi.com.br/historia>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BONDE. Paisagens de “outro mundo”: banhos quentes e muita aventura em Águas de Lindóia. Turismo. *Bonde Viagem*. 05/02/2010. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/turismo/bonde-viagem/banhos-quentes-e-muita-aventura-em-aguas-de-lindoi-133618.html>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BONFATO, A. C. *Macedo Vieira*: ressonâncias do modelo cidade-jardim. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 245 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo de saúde*: orientações básicas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 2010a. 59 p. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Saxde\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Saxde_Versxo_Final_IMPRESSO_.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo Rural*: orientações básicas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 2010b. 72 p. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo de Aventura*: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c. 75 p. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Aventura\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em: 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo de Pesca*: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010d. 58

p. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Pesca\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA. *História do Município*. Disponível em:

<<http://www.cmaguasdaprata.sp.gov.br/Pagina/Listar/425>>.

Acesso em: 10 dez. 2019.

CAMARGO, R. B. A. *Estância Hidromineral de Águas de São Pedro: guia turístico e medicinal*. São Paulo: Ed. SENAC, 1990. 94.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.) *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTAS. *O circuito*. Disponível em: <<https://www.circuitodasaguaspaulista.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA – CEPAGRI. *Climas dos Municípios Paulistas*. Disponível em: <[http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima\\_muni\\_007.html](http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_007.html)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CONTI, J. B. Condições climáticas da Região de Águas de São Pedro (SP). *Caderno de Ciências da Terra*, São Paulo, n. 11, p. 1-13, 1971.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. Geografia e Movimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31.

G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA. Antiga atração turística, balneário de Águas da Prata, SP, está abandonado. *G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA*. 18/03/2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/03/antiga-atracaoturistica-balneario-de-aguas-da-prata-sp-esta-abandonado.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Águas da Prata atrai turistas com dez fontes de propriedades medicinais. *GI SÃO CARLOS E ARARAQUARA*. 08/01/2014. Disponível em:< <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/01/aguas-da-prata-atrai-turistas-com-dez-fontes-de-propriedades-medicinais.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

HAINES-YOUNG, R. H.; POTSCHEIN, M. B. Multifunctionality and value. In: BRANDT, J., TRESS, B.; TRESS, G.: *Multifunctional landscapes: interdisciplinary approaches to landscape research and management*. Roskilde, Denmark: Centre for Landscape Research, 2000. p. 11-118.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Categorização da Reserva Estadual de Águas da Prata em adequação ao SNUC. *Resumo do Relatório Técnico*. 05/09/2015. 9 p. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2015/09/5-Resumo-do-Relat%C3%B3rio-T%C3%A9cnico.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GUIA DO TURISMO BRASIL. *Águas de Lindóia – SP: Capital termal do Brasil, Águas de Lindóia tem uma estrutura completa para atender Turismo de Negócios e ideal para passeios românticos*. Disponível em: <<https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/SP/936/aguas-de-lindoi>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Águas da Prata: São Paulo*. Conselho Nacional de Estatística. Coleção de Monografias, nº 305. 4ª série. 30/06/1965. 20 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col\\_mono\\_n305\\_aguasdaprata.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n305_aguasdaprata.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84 p.

\_\_\_\_\_. *Águas da Prata*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aguas-da-prata/historico>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Águas de Lindóia*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aguas-de-lindoi/historico>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Águas de São Pedro*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aguas-de-sao-pedro/panorama>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

JACKSON, J. B. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Collection Actes Sud. Paris: École Nationale Supérieure du Paysage, 2003.

LAURENT, C. *Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité*. Paris: Grep, 1999. 227p.

LORETTE, A. C. R.; ROSALINO, A. T. Fazenda Santa Maria, Águas da Prata-SP. *Lorette Arquitetos*. 2017. Disponível em: <<https://www.lorettearquitetos.com/fazendas-antamaria?fbclid=IwAR2t7u4VV7-tgkkEwcmCkKJOjLSAi7zqJubEamnHSEpjOR7kcYch8YkBhxs>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

LOVELL, S. T. et al. *Integrating agroecology and landscape multifunctionality in Vermont*. *Agricultural Systems*, v.103, 2010, p.327-341.

MATOS, R. S. *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano: Reflexões*. 2010. 392 p. Dissertação (Mestrado em Artes e Técnicas da Paisagem) - Instituto de Investigação e Formação Avançada. Universidade de Évora, Évora, 2010.

MIRANDA, C. L.; ADIB, A. R. *Multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável*. 2006. Disponível em: <<http://www.MultifuncionalidadeDesenvolvimentoRuralSustentavelRevistaMarcoSocial>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

NAVEH, Z. *Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes*. *Landscape and Urban Planning*. no. 57, 2001. p. 269-284.

OLIVEIRA, R.; D'ABREU, A. C.; SANTOS, J. C. Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem. *Anais... III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.

PEREIRA, T. H. A. A. *Estância hidromineral de Águas de São Pedro (SP) e a construção de um espaço voltado ao termalismo*. 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Universidade de São Paulo. 2016.

\_\_\_\_\_. Região Turística da Serra do Itaqueri: festival gastronômico, história e cultura. p. 351-383. In: QUEIROZ, O. T. M. M.; REIS, A. F. dos; SILVA; R. C. F. da (Editoras). *Turismo rural e territórios criativos*. Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 11., 2019, Piracicaba. *Anais...Piracicaba*: CBTR; Fealq, 2019. 464 p.

PIRACICABA. Secretaria Municipal de Ação Cultural e Turismo - Semac Tur. *Serra do Itaqueri*. Disponível em: <<http://www.setur.piracicaba.sp.gov.br/site/index.php/roteiro-dos-parques>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

PREFEITURA DE CASA BRANCA. ESTADO DE SÃO PAULO. Prefeitura recebe Feira de Turismo Regional. *Página Inicial*. 30/10/2019. Disponível em: <<https://www.casabranca.sp.gov.br/single-post/2019/10/30/Cidade-recebe-Feira-de-Turis>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DA PRATA. *Águas da Prata: a rainha das águas. A cidade & turismo.* Disponível em: <[https://www.aguasda-prata.sp.gov.br/cidade\\_turismo.php](https://www.aguasda-prata.sp.gov.br/cidade_turismo.php)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável 2009-2013.* Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura de Águas de Lindóia, Escritório de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista. 2009. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos\\_mun/005\\_29\\_09\\_2010\\_PMDRS%252001.09.09.doc](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/005_29_09_2010_PMDRS%252001.09.09.doc)>. Acesso em 13 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA. *Fundação do Município.* Disponível em: <<https://www.aguasdelindoia.sp.gov.br/cria/fundacao>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO. *A Estância. Nossa cidade.* Disponível em: <<http://aguasdesaopedro.sp.gov.br/nossa-cidade/a-estancia/>>. Acesso em 14 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. “Nosso bosque agora é parque” visa divulgar nova nomenclatura”. *Notícias.* Disponível em: <<https://www.aguasdaprata.sp.gov.br/mostranoticia.php?noticia=320>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PUPO, O. A. *ABC do turismo e estâncias.* São Paulo: Martins, 1974. 81 p.

RAIMUNDO, S.; ALMEIDA, M.V. de; SOLHA, K.T.; ALDRIGUI, M. Análise da cronologia de criação das estâncias turísticas no Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. *Anais...* São

Paulo: ANPTUR, 2010. p.1-12. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2010/paper/view/723>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. *As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. Geografia e Movimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204.

SAINT-PIERRE, S. *Octavio Moura Andrade: o sonho de um empreendedor*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, R. L. dos (Org.). *São Pedro: educação, cultura e turismo*. Série: Conto, canto e encanto com a minha história. São Paulo: Noovha América, 2009. 128 p.

SÃO PAULO. Diário Oficial. II. Legislação de estâncias em vigor. In: \_\_\_\_\_. *Frentes Parlamentares - Relatórios*. Frente Parlamentar pelo desenvolvimento dos municípios de interesse turístico. Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 19/12/2014 17:02:41. Nº de Série do Certificado: 92595ACB715A4E2998FB7C599AD0B46354A9D3E5.

[Ticket: 21330 347]. Disponível em: <[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VIEGAS JR., C.; BOLZANI, V. S. e BARREIRO, E. J. Os produtos naturais e a química medicinal moderna. *Química Nova*, São Paulo, v. 29, n. 2, p.326-337, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422006000200025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000200025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 nov. 2019.

# PROJETO DE TURISMO EM ÁREA RURAL E A PAISAGEM NATURAL DA CUESTA NO INTERIOR PAULISTA

*Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira*

*Matheus Sanaiotti Marconi*

*João Carlos Geraldo*

## **Introdução**

O presente texto objetiva apresentar os elementos que compõem uma proposta de implantação de turismo rural em um município do interior paulista com menos de 10 mil habitantes, cujas atividades principais são a cultura canavieira e a pecuária. A justificativa para a implantação do turismo rural no município é a presença de uma natureza com grande apelo contemplativo e propícia às práticas esportivas. A paisagem natural é o grande potencial que predomina na área rural do município, impulsionando uma promissora atividade turística. Sendo assim, apresentaremos ao longo do texto as principais características do espaço físico-natural municipal e os potenciais turísticos presentes nas propriedades rurais, compondo o projeto de turismo rural do município de Ipeúna-SP.

As características e potenciais a serem apresentados são os resultados obtidos de uma pesquisa de maior amplitude, desenvolvida de 2017 a 2019, no município de Ipeúna-SP a partir de uma parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Rio Claro, buscando contribuir na organização de um projeto turístico, respondendo à uma crescente demanda de pessoas interessadas em realizar atividades turísticas e de lazer no território ipeunense. Além

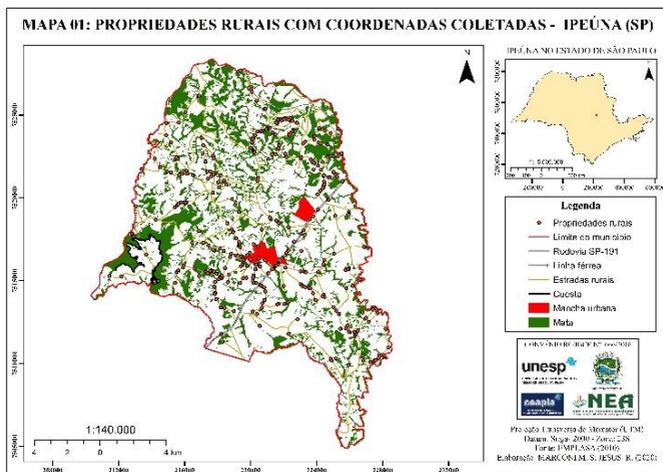
disso, o município é considerado a “Capital da Agricultura Natural” e tem como elementos organizadores em seu espaço rural a cana-de-açúcar, a pecuária de corte, um centro de pesquisa e uma agroindústria de base tecnológica orgânica, uma paisagem permeada pela cuesta de São Pedro, acompanhada de uma rica rede hidrográfica.

Ipeúna tem também em seu território atividades como a monocultura da cana de açúcar e mineração de calcário e argila conflitantes com suas características físico-naturais, constituindo Áreas de Proteção Ambiental (APA) o que permitiria, inclusive, o desenvolvimento do turismo rural.

O levantamento de dados sobre o espaço rural foi realizado por meio de trabalhos de campo com registro da localização (coordenadas) das propriedades e aplicação de um formulário com aproximadamente 90 questões, cujo objetivo foi caracterizar e verificar como está organizado o espaço rural de Ipeúna-SP, servindo de base ao conhecimento e implantação de políticas públicas (Mapa 1).

Como um dos reais interesses do poder público municipal é implantar na área rural do município de Ipeúna o turismo, as informações obtidas permitiram identificar e caracterizar os potenciais turísticos existentes e como essa prática tem sido pensada pelos principais agentes interessados. Desse modo, buscamos caracterizar as potencialidades do meio rural de Ipeúna para o turismo, verificando se nas propriedades havia algum potencial turístico, desde a confecção de artesanatos ou alimentos, até elementos relacionados há algum aspecto natural, como cachoeiras, trilhas, entre outros.

## Mapa 01: Propriedades Rurais com Coordenadas Coletadas – Ipeúna (SP)



### Ipeúna: Aspectos físico-naturais

Ipeúna localiza-se na região centro-leste do estado de São Paulo, mais precisamente em 22° 19" e 22° 32" de longitude sul e 47° 38" e 47° 47" de latitude oeste, com altitude média de 635 metros. O município situa-se a uma distância de aproximadamente 198 km da capital São Paulo.

O território municipal faz limite com outros cinco municípios, sendo eles: Charqueada, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro e São Pedro. A área urbana é bastante pequena com relação

à sua área total, sendo, portanto, um município definido pelas atividades rurais.

A paisagem natural do município é marcada pela presença do relevo de cuestras, nela destacando-se a Serra do Itaqueri. Os paredões que caracterizam esse relevo ainda guardam, em parte devido à dificuldade de acesso e sua acentuada inclinação, trechos da vegetação original que recobria essa porção do estado de São Paulo. Feições de cerrado *stricto sensu* aparecem nos topos dos morros, apresentando a floresta ombrófila semidecidual nas áreas mais baixas do terreno e floresta decidual nas encostas e partes altas da cuesta. E, com isso, parte da paisagem ainda mantém o aspecto visual que é de grande importância e peculiaridade para a exploração turística no município. Sobre a composição geológica de Ipeúna, Zaine; Perinotto (1996) comentam sobre a presença, na área do município, de sedimentos de diferentes formações e grupos, podendo ser encontradas rochas Paleozoicas (Formação Tatuí e Grupo Itararé) e Mesozoicas (Formação Piramboia e Formação Serra Geral), entre as quais se destacam os arenitos do Grupo Bauru, aflorando na Serra do Itaqueri. Já os reversos das cuestras formam diversos planaltos estruturais compostos por basaltos e arenitos Bauru ou Botucatu, com inclinação para noroeste. As diferenças entre camadas de rochas sedimentares e intrusões basálticas geram escarpas festonadas, por erosão diferencial do relevo, tão características do relevo de cuestras do estado de São Paulo e marcantes na paisagem regional (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981a).

## Figura 1 – Mosaico de fotos da cuesta em Ipeúna – SP (Serra do Itaqueri)

Figura 1- Mosaico de fotos da cuesta em Ipeúna -SP (Serra do Itaqueri)



Fonte: PM de Ipeúna, 2018 (org. autores)

De acordo com Fernandes (2018, p. 81), a extração de calcário, presente até hoje como atividade econômica no município, “se dá pela existência da Formação Irati, com idade de aproximadamente 250 milhões de anos”.

Do ponto de vista geomorfológico Ipeúna encontra-se inserida na unidade de relevo denominada Depressão Periférica Paulista da borda leste. O relevo dessa porção da Depressão, a Zona do Médio Tietê, se caracteriza por colinas e morrotes, com interflúvios apresentando topo plano e se prolongam numa superfície contínua e de inclinação suave, partindo da escarpa da cuesta até o vale do rio Piracicaba (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1981a). As porções mais acidentadas são exatamente as que correspondem às frentes da cuesta, exploradas turisticamente e localizadas na porção

noroeste do município, nas chamadas Serras do Fazendão e do Itaqueri.

Em Ipeúna, como é típico na Depressão Periférica Paulista, há uma contiguidade com as formas de modelado cuestiforme. Vieira et al. (2013) descrevem brevemente esta área.

A Depressão Periférica consiste em uma área rebaixada pela erosão situada entre as terras altas do Planalto Atlântico e as cristas das Cuestas Basálticas. Constitui-se principalmente de arenitos com manchas de siltes e argilas. Possui relevo com formas onduladas, de colinas amplas e suaves, com pequena declividade, destacando-se morros testemunhos (VIEIRA et al., 2013, p. 283).

A definição terminológica de cuesta, segundo Guerra (1980 apud Zaine; Perinotto, 1996) está relacionada a

uma forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão de camadas com diferentes resistências à erosão, que se inclinam numa direção, formando um declive no reverso e uma escarpa abrupta na chamada frente ou “front” da cuesta. (GUERRA, 1980 apud ZAINÉ; PERINOTTO, 1996, p. 33).

Há ocorrência de formas residuais proeminentes e isoladas decorrentes dos processos evolutivos do relevo cuestiforme, denominadas morros testemunhos, que emprestam à paisagem uma beleza cênica extraordinária. Em Ipeúna destacam-se o Morro do Bizigueli e Morro da Guarita, ambos situados ao norte do município. Reforçamos a importância desses morros e principalmente da cuesta para o município, visto que esses se tornam patrimônios naturais em virtude de sua beleza cênica, dos elementos bióticos, potenciais hídricos, entre outros aspectos.

O município faz parte da Região Turística da Serra do Itaqueri, um *cluster* turístico, o qual faz uso do aproveitamento turístico da paisagem regional. Esse agrupamento é composto por 13 municípios: Águas de São Pedro, Analândia, Brotas, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Pedro e Torrinha (PORTAL SERRA DO ITAQUERI, 2020). Como fator de identificação e representatividade regional, há a paisagem proporcionada pela Serra do Itaqueri, o fator turístico aglutinador dessas localidades citadas.

A presença de cavernas e grutas nessa região das frentes de cuevas é bastante citada e mesmo documentada e, em alguns casos, utilizadas como atrativos turísticos. Segundo Vieira et al. (2013)

A Serra de Itaqueri, nos arredores do município de Ipeúna (SP), é uma província espeleológica que abriga inúmeras cavernas de arenito em suas encostas. (VIEIRA et al., 2013, p. 282).

Devido à instabilidade que algumas dessas formações geológicas apresentam, nem sempre podem ser exploradas de maneira turística, já que há sérios riscos de desmoronamentos e acidentes.

De acordo com Monteiro (1973), o clima regional é do tipo tropical alternadamente seco e úmido, controlado por massas equatoriais e tropicais. Os índices pluviométricos anuais são, em geral, inferiores a 1.100 mm.

Com relação ao potencial hídrico do município, destacam-se como principais corpos d'água os rios Passa-Cinco e Cabeça e o Ribeirão da Água Vermelha. O Passa-Cinco se constitui como o principal rio do município, pertencendo à Bacia do Rio

Corumbataí, sendo que o território municipal faz parte da área de Proteção Ambiental Corumbataí-Botucatu-Tejupá – Perímetro Corumbataí.

O processo de criação da APA, pelo Decreto Estadual nº 20.960, de 8 de junho de 1983, teve como objetivo primordial a proteção do Aquífero Guarani e das cuestas, por se tratar de uma área importante de recarga do aquífero. Foram levados em conta também outros atributos ambientais como a presença dos “morros testemunhos”, os recursos hídricos superficiais, os remanescentes de vegetação nativa e o patrimônio arqueológico (SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2001; 2012).

Ao considerar-se os aspectos descritos, pode-se dizer que Ipeúna é privilegiada por recursos naturais que possibilitam o exercício de diversas atividades, dentre elas há destaque para o turismo em sua área rural devido à sua estrutura física. A paisagem natural da cuesta é importante e pode ser considerada um potencial de suma importância para o turismo de Ipeúna, pois é um elemento que visualmente representa muito para o município por conta de sua beleza cênica, que pode ser contemplada em muitas propriedades e, também, por proporcionar grande diversidade de atrativos naturais que acabam se tornando positivos para a prática turística em diversas modalidades, tais como: o ecoturismo, o turismo esportivo, o turismo de aventura, entre outros. Não há dúvidas de que a cuesta é o grande diferencial de Ipeúna.

Diante do exposto até aqui, que de certa forma possibilita o desenvolvimento turístico no município, e entendendo que o turismo é algo novo para a localidade, é importante verificarmos como esta atividade se materializa no cotidiano ipeunense. Para isso recorreremos à análise do que já é oferecido pelo município dentro desta modalidade, ou seja, quando uma pessoa vai para

Ipeúna, o que ela pode encontrar? Quais são os potenciais turísticos de Ipeúna? Em quais modalidades o município possui vocação expressiva para o turismo?

Como atividade institucionalizada o turismo é algo novo para o município, mas esta atividade se materializa no cotidiano ipeunense há longo tempo. Nossa pergunta central é quando uma pessoa vai para Ipeúna, o que ela pode encontrar? Quais são os potenciais turísticos de Ipeúna? Em quais modalidades o município possui vocação expressiva para o turismo?

### **Os potenciais turísticos ipeunenses**

Diante do que foi apresentado não há dúvidas de que a cuesta é o grande diferencial e potencial turístico de Ipeúna. O território ipeunense é favorecido por recursos naturais como os morros testemunhos e o relevo de cuevas, cavernas, recursos hídricos, quedas d'água, formações geológicas de interesse econômico, fósseis, sítios arqueológicos e vegetação nativa, que demonstram o contexto natural no qual o município se insere e tornam-se possíveis atrativos para as práticas turísticas.

Observa-se que em boa parcela das propriedades rurais ipeunenses a prática turística, mesmo que em pequena escala, já acontece, destacando-se a expressividade das atividades de passeio, prática de esportes e com atrativos naturais ou paisagísticos.

A tabela 1 apresenta, em dados numéricos, a quantidade de propriedades que foram identificadas com algum potencial turístico.

Tabela 1: Atividades turísticas em propriedades rurais: Ipeúna-SP

Atividades – Propriedades Ipeúna-SP	Qtd. Propriedades
Propriedades rurais com atrativos turísticos para passeio e/ou prática de esportes.	69
Propriedades rurais com atrativos religiosos e/ou culturais.	28
Propriedades rurais com construções antigas e /ou religiosas.	20
Propriedades rurais com atrativos naturais ou paisagísticos.	109
Propriedades rurais com atrativos de culinária tradicional.	43
Propriedades rurais com algum tipo de artesanato tradicional.	15

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Desafios e práticas para o desenvolvimento da agricultura natural e do turismo em espaço rural no município de Ipeúna-SP”. Organização: MARCONI, M. S. (2019).

Em dados numéricos foram identificadas 109 propriedades rurais, das quais 40 possuem cachoeira, córrego ou nascente; 40 são marcadas pela paisagem da cuesta, paredão ou serra; 18 possuem algum tipo de apelo natural ou paisagístico, mas não quiseram especificá-los; e por fim, 11 propriedades contam com matas as quais, se estruturadas, podem ser locais para desenvolvimento de atividades turísticas.

Sobre a localização das propriedades que apresentam os elementos citados, pode-se dizer que o município, de forma geral, possui em todo território atrativos ligados à sua paisagem natural, atraindo pessoas que desejam realizar atividades de lazer, contemplação de paisagens, prática de esportes, entre outros.

Observou-se uma forte concentração de pontos na parte sudoeste do território ipeunense, visto que é nesta faixa que se localiza fisicamente a cuesta.

Também foram encontrados elementos ligados a contemplação da paisagem rural. Atividade que pode chamar a atenção de turistas, atraindo principalmente a população urbana de grandes centros. Nota-se que essas propriedades estão situadas em maior concentração na área Sudoeste, ou seja, também próximas à cuesta, confirmando mais uma vez a importância que esta exerce para a biodiversidade de Ipeúna, lembrando a inserção do município em duas áreas de Preservação Ambiental – APAs, sendo elas: “APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí” e “APA Piracicaba/Juqueri Mirim – Área I”. Essas áreas permitem o uso sustentável de seus recursos e exigem políticas para manutenção, conservação e criação de infraestruturas turísticas que valorizem essas áreas, preservando-as e criando boas condições para turistas e trabalhadores.

Dentro do contexto paisagístico e natural voltado para o turismo e, entendendo isso como resultado da multifuncionalidade da paisagem rural, outras duas potencialidades também podem ser encontradas em Ipeúna: a observação de pássaros e os sítios arqueológicos.

A observação de pássaros (*birdwatching*) é uma atividade nova em Ipeúna. O município possui registradas aproximadamente 280 espécies de aves em seu território.

Outro aspecto relacionado às características naturais do município de Ipeúna são seus sítios arqueológicos. Segundo o Plano Diretor de Turismo de Ipeúna/SP, 2017, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN tem cadastrado 15 sítios arqueológicos em Ipeúna e mais de 100 na

região dos municípios que integram a APA de Corumbataí e Piracicaba I. Destaca-se o sítio arqueológico Alice Boer, com acervo composto por peças líticas lascadas, polidas e de cerâmica que contam a história dos habitantes originais. Essas especificidades se caracterizam como um diferencial para a história do município, educação patrimonial e atração de turistas.

Para além da contemplação/observação o espaço rural de Ipeúna também se mostra positivo para práticas esportivas, principalmente por conter trihas, cachoeiras, paredão, rios, enfim, belezas naturais e paisagísticas que propiciam modalidades esportivas específicas.

Como pôde ser observado a partir da tabela 1, 69 propriedades rurais apresentaram atrativos relacionados à prática de esportes e de passeio. Esses locais estão concentrados em maior expressividade na parte sudoeste do município. Percebe-se também, que há outra concentração, porém menor, no sentido nordeste do território ipeunense.

A paisagem proporcionada pela cuesta é um grande potencial para o turismo ipeunense, pois nela estão localizados rios e cachoeiras, cavernas e grutas. O relevo cuestiforme combinado com a prática esportiva de *off-road*, de veículos motorizados, passeio de bicicletas ou caminhadas, são os principais atrativos.

As duas principais trilhas identificadas são a trilha do Cabrito e a do Vagalume, que proporcionam ao turista emoção durante o trajeto e contato com a natureza. É importante ressaltar que, devido à essas especificidades, Ipeúna tem sediado competições esportivas como, por exemplo, a 5ª Etapa Copa Soul Mountain Bike, realizada em julho de 2019. Outro fator proporcionado pela cuesta, que une as belezas naturais ao esporte,

são as atividades de montanhismo e rapel, que podem ser desenvolvidas no paredão e que geralmente são frequentemente procuradas por turistas interessados em modalidades esportivas de aventura.

Ainda no contexto do turismo esportivo e de aventura, Ipeúna possui um local com fatores potencialmente favoráveis para saltos de voo livre. O esporte tem sido praticado no município de São Pedro, porém há uma proposta de se construir uma rampa de salto na área da cuesta situada em Ipeúna. O local, segundo especialistas, é propício, apresentando pontos para decolagem, condições climáticas, de solo e de relevo favoráveis para a formação de térmicas, que permitem que o voo seja estável e duradouro; além de boas condições para pouso. A grande especificidade é que esta rampa estará localizada em uma área na qual prevalece saltos em frente aos ventos Leste e Norte.

A limitação para a construção desse espaço é que ele se situa em uma propriedade privada, o que impede a prática livremente. Desse modo, pensando nessa modalidade como potencial para o turismo em Ipeúna é necessário que as gestões políticas procurem meios para a resolução desta problemática, pois o lugar pode tornar-se uma referência para a atividade.

Ainda na área da cuesta existem 14 cavidades nos paredões, ou seja, um expressivo número de cavernas e grutas, que podem tornar-se atrativas para pesquisadores e turistas. Ressalta-se que nem todas as grutas e cavernas são de fácil acesso e estão disponíveis para atividades turísticas, devido ao grau de periculosidade e à falta de acesso, o que demanda prática especializada para visitação das áreas. Porém, as grutas intituladas como Gruta do Fazendão e a Gruta da Boca do Sapo, são áreas frequentadas, mesmo com a falta de sinalização e já podem ser consideradas para visitação e turismo.

Sobre as potencialidades turísticas relacionadas a rios e cachoeiras, os principais cursos d'água que cortam as propriedades rurais de Ipeúna, proporcionam paisagens naturais bastante atraentes, formando as principais cachoeiras e quedas d'água.

Também relacionado a esses elementos e que estão dispostos para visitação, lazer e aproximação com a natureza, há o Salto do Nhô Tô, localizado no Parque Ecológico Henrique Barbeta, dotado de águas cristalinas do Ribeirão dos Sinos, que brota a menos de meio quilômetro do local. Além da cachoeira, outros atrativos chamam a atenção de turistas e moradores da cidade, pois o local conta com espécies de árvores nativas e frutíferas, área de lazer para churrasco, caminhada, descanso e gramado para prática de esportes coletivos.

Em um contexto histórico, sabe-se que o espaço rural sempre foi caracterizado por festas típicas, principalmente relacionadas aos costumes religiosos e culturais da população residente. Das 109 propriedades identificadas com potencial apenas 28 possuem atrativos religiosos e culturais, sendo citadas as atividades relacionadas a festas juninas e religiosas. Parte-se da ideia de que os turistas podem se interessar por eventos típicos do espaço rural, tais como festas juninas, eventos religiosos e rodeios. Também pode-se pensar no espaço rural como abrigo para festas de casamento, de empresas e aniversários, visto que atualmente há o crescimento no número pessoas, principalmente de grandes cidades, que utilizam as estruturas fornecidas por propriedades rurais para realizarem esses eventos.

Esses resultados demonstram que a religiosidade é algo presente no campo de Ipeúna. Porém, dentro dessa temática e percebendo os números como não tão expressivos, pode-se dizer que muitas práticas tradicionais relativas a festas culturais,

religiosas e tradicionais estão sendo “esquecidas” no espaço rural ipeunense.

Um elemento importante de se ressaltar é novamente a concentração de propriedades próximas à cuesta, a qual, como anteriormente citado, exerce grande influência sobre a atividade turística no município. Esse fator pode ser positivo, pela facilidade com que os turistas podem tomar conhecimento dos eventos, ou seja, a proximidade das propriedades que possuem atrativos religiosos e culturais com as outras modalidades turísticas é algo que pode tornar o turismo mais dinâmico e multiplicador.

Também são encontradas em propriedades rurais construções religiosas, as quais demonstram a fé das pessoas residentes no campo. Essas propriedades, em sua maioria, fazem referência à religião católica e as estruturas vão desde capelas e pequenos oratórios, até estruturas maiores, que se aproximam da arquitetura de igrejas.

Ainda no quesito religioso a festa anual de São Sebastião também atua de forma positiva, visto que ela atrai pessoas de outros municípios, o que além de gerar renda, torna visível as potencialidades e os pontos turísticos de Ipeúna.

Apoiando-se também na história do lugar como fomentador do turismo encontramos edificações antigas, em propriedades rurais e áreas urbanas, com características arquitetônicas do período em que o café e a extração de calcário eram as principais atividades econômicas de Ipeúna. Desse modo, esses casarões centenários guardam traços originais de sua construção, podendo receber obras de conservação, recuperação e até mesmo de refuncionalização, tornando potenciais para o

aproveitamento turístico em diversas finalidades, como visitação, hospedagem, museus e restaurantes.

Com isso, nota-se que há inúmeras estratégias para refuncionalização dessas construções, transformando-as em infraestruturas turísticas de expressiva importância para o desenvolvimento de um turismo que valorize as heranças arquitetônicas e históricas do município. Ressaltamos, nesse contexto, na zona urbana, sede do município, a existência de edificações antigas e do museu de Ipeúna. Situado no centro da cidade, o museu representa, na prática, uma forma refuncionalizada, pois encontra-se instalado em uma construção antiga.

Da arquitetura para a culinária constatamos que os atrativos culinários, chamados tradicionalmente de “comida da roça” são pouco expressivos no território ipeunense.

Identificou-se que as propriedades com atrativos de culinária oferecem doces, bolos, rapadura, leite, queijo, pães, bolachas, comida caseira, torresmo e linguiça. A produção desses alimentos de caráter típico rural são especificidades que podem tornar-se grandes atrativos para turistas interessados em conhecer, provar e comprar esses produtos que são: doces, bolos e queijos, sendo o último um alimento ligado à tradição da pecuária leiteira do município.

No contexto de um turismo voltado para produção gastronômica, ressaltamos a existência de uma fábrica de cerveja artesanal, chamada de Brew Center Cervejas. A empresa, localizada em Ipeúna, está destinada a oferecer aos pequenos produtores, produtores independentes e produtores artesanais, a oportunidade de envasar sua cerveja. As cervejas produzidas no município têm alcançado alguns prêmios em competições e isso

tem chamado à atenção de apreciadores e degustadores da bebida. Porém, como estratégia para o turismo, seria interessante que os empresários investissem em pontos de comercialização da bebida, harmonizando a cerveja com alguma culinária típica encontrada no município.

Não podemos esquecer a ação da empresa Korin Agricultura e Meio Ambiente, sediada no município e que tem como princípio a pesquisa, produção e comercialização de produtos saudáveis, alimentos orgânicos e sustentáveis, na linha da Agricultura Natural, tais como: frango, carne bovina, mel e cereais, entre outros. A empresa possui uma loja para comercialização de seus produtos, o que de certa maneira já atrai um público específico para o município. Como estratégia para o turismo local seria positivo que empresários e donos de restaurantes utilizassem produtos naturais para confecção de alimentos em seus estabelecimentos, sendo um diferencial para atrair visitantes e turistas nos horários de almoço, aliando turismo agricultura natural.

As práticas relacionadas à confecção de artesanatos nas propriedades rurais de Ipeúna são pouco expressivas e estão sendo perdidas no espaço rural de Ipeúna. As atividades de crochê e costura foram as mais citadas, além de outras relacionadas à pintura e a marcenaria.

O turismo como prática e tendo efeito multiplicador, exige equipamentos para que o município o desenvolva de forma ampla e positiva, oferecendo aos turistas outros tipos de serviços. Esses equipamentos estão relacionados aos meios de hospedagem, tais como: hotéis, pousadas, campings, entre outros.

Dessa forma, foram identificadas no espaço rural de Ipeúna áreas de lazer, campings, mini fazenda, restaurante e um

hotel. Propriedades que além de possibilitarem a pernoite de turistas, também possuem outros atrativos para permanência no local, tais como: piscinas, áreas verdes, rios, cachoeiras, ou seja, são locais onde o turista pode descansar, mas também realizar atividades durante a estadia. Em relação à localização, nota-se que a maioria das propriedades estão situadas próximas à cuesta.

Sendo assim, é necessário que o Poder Público analise as demandas que o município possui, priorizando os tipos de hospedagens que já são procuradas pelos turistas que frequentam Ipeúna. Com isso, deve-se levantar as demandas, alertar e dar suporte aos interessados em investir nessas infraestruturas. Sabe-se que turistas têm interesses diferentes, principalmente quando o assunto é hospedagem, ou seja, o público que prefere pernoitar em campings, chácaras e ranchos, muitas vezes, não são os mesmos que optam por se hospedar em hotéis e pousadas.

Entende-se que o turismo quando incorporado nas propriedades, pode gerar os seguintes benefícios: rendimentos e manutenção das famílias no campo, manutenção da paisagem rural, permanência do jovem no campo e estratégia contra o avanço de monoculturas, principalmente da cana, que está muito presente em Ipeúna. Seguindo por este caminho, cabe ao Poder Público e aos órgãos envolvidos no turismo desenvolver políticas públicas de incentivo, para que essas pessoas possam compreender como o turismo pode ser uma estratégia positiva para a questão do emprego e manutenção das famílias no campo a partir de novas formas de rentabilidade. São essas pessoas que farão o turismo de Ipeúna acontecer, e ele só ocorrerá se realmente houver o interesse da população e dos proprietários rurais, ou seja, de nada adianta os potenciais apresentados, se não houver políticas públicas de incentivo, orientação e capacitação para proprietários e moradores rurais.

## Conclusão

Ipeúna possui uma série de elementos que possibilitam o desenvolvimento do turismo em sua área rural. Apoiados na literatura sobre o tema classificamos o turismo de Ipeúna, partindo das três principais tipologias, sendo elas: o Agroturismo, o Turismo Rural e o Turismo em Meio Rural ou em Área Rural, entendidas aqui como sinônimas. Dentre essas três tipologias, compreende-se que a última é a que mais se identifica com as potencialidades turísticas de Ipeúna, visto que é a mais abrangente, ou seja, engloba outras formas de turismo, na qual qualquer forma de empreendedorismo situado no rural já é considerada dentro dos parâmetros para esta modalidade.

O turismo em Ipeúna ocorre em área rural, sendo caracterizado por uma série de potencialidades ligadas ao apelo paisagístico e natural que o município possui, proporcionando tanto atividades ligadas ao lazer, como para a prática esportiva. Com isso, percebe-se que a partir dessas características multifuncionais da paisagem de Ipeúna, seu espaço possui vocação expressiva para modalidades turísticas voltadas ao ecoturismo, turismo esportivo e de aventura.

Aliadas a esses aspectos proporcionados por elementos naturais e paisagísticos, ressaltamos que também foram identificadas potencialidades ligadas à cultura rural, festas religiosas, a gastronomia, arquitetura, ao artesanato e a hospedagem. Essas, mesmo se apresentando como atrativos de menor representatividade, são fundamentais para que o município realize um turismo integrado, ou seja, que possibilite ao turista uma série de possibilidades que vão além daquelas que o motivou a visitar Ipeúna.

Desse modo, entendendo as especificidades encontradas no município de Ipeúna e em sua área rural, pode-se concluir que o turismo é algo novo para o município e ao levantarmos os potenciais nota-se que há elementos que dão forma a ele. Alguns fatores podem ser negativos para o avanço da atividade turística, sendo eles as barreiras criadas por alguns proprietários contrários à ideia do turismo e as divergências de opiniões entre políticos e empresários. Compreendendo a importância do papel desses agentes para o desenvolvimento do turismo em Ipeúna, cabe agora indagarmos como o Poder Público intermediará o desenvolvimento dessa atividade, dando suporte e mostrando aos proprietários a existência das potencialidades e os benefícios que o turismo pode trazer para a organização do espaço rural de Ipeúna-SP.

## Referências

FERNANDES, S. *A organização do espaço rural: estrutura e lógica das propriedades rurais familiares em Ipeúna/SP*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo (esc. 1:500.000)*. São Paulo: IPT, 1981a. 2 vol. (Monografias 6) Public. n. 1183.

MORATO, L. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32, 2013. Barreiras. *Anais...* Campinas: SBE, 2013. p.281-291.

MONTEIRO, C. A. F. *A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo - um estudo geográfico sob forma de atlas*. São Paulo: IGEOG/USP, 1973. 130 p.

PORTAL. *Serra do Itaqueri*. Disponível em: <https://serradoitaqueri.com.br/municipios/>. Acesso em: 06 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA. *Plano Diretor de Turismo Ipeúna/SP*. Disponível em: [www.ipeuna.sp.gov.br/turismo/LEI-1325-Plano-Diretor-de-Turismo-de-Ipeuna.pdf](http://www.ipeuna.sp.gov.br/turismo/LEI-1325-Plano-Diretor-de-Turismo-de-Ipeuna.pdf). Acesso em: março/2019.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente. *APA - Corumbataí - Botucatu - Tejuapá*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/corumbatai.htm>. Acesso em: 22 jul. 2012.

SÃO PAULO. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/> 05 out. 2020.

VIEIRA, L.B.; et al. Potencial espeleológico da Serra de Itaqueri (SP): trabalhos sistemáticos de exploração, mapeamento, coleta e análise de materiais e dados. In: RASTEIRO, M.A.; MORATO, L. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32, 2013. Barreiras. *Anais...* Campinas: SBE, 2013. p. 281-291.

ZAINE, M. P.; PERINOTTO, J. A. J. *Patrimônios Naturais e História Geológica da Região de Rio Claro-SP*. Rio Claro: Câmara Municipal de Rio Claro/Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1996. 91p.

# CIUDAD DE MANZANILLO, UNA VISIÓN DESDE SU CONTEXTO LOCAL

*Diamiry Cabrera Nazco*  
*Anderson Pereira Portuguez*  
*Senia Pérez Torres*  
*Yulianne Pérez Escalona*

## **Introducción**

El nacimiento del siglo XXI se produce en un mundo cada vez más interdependiente e interconectado, pero con una distribución de riquezas y alcance de oportunidades para el desarrollo local. Esto coloca a los municipios en una posición de ventaja que debe ser aprovechada. Aun cuando se alcancen indicadores macroeconómicos favorables, exige el despliegue de las potencialidades existentes, principalmente en recursos humanos, para una gestión eficiente y eficaz, lo cual requiere estrategias y metodologías que logren un correcto flujo de información tanto horizontal como vertical en función de las necesidades reales de los diferentes territorios.

De cara al contexto actual, se ha evidenciado la necesidad de que esas estrategias y metodologías se produzcan *in situ* a través del diseño colectivo de un proyecto común de desarrollo, entendido como valorización, extensión y aprovechamiento de todas las posibilidades internas guardando la armonía del conjunto y las necesarias actualizaciones al comienzo de cada uno de esos tiempos. Para ello es necesario considerar algunos

elementos integradores, entre los que se destacan los siguientes: conocimiento de potenciales locales y las políticas del territorio, conducción horizontal y vertical a escala local desde todos los procesos que aseguren la eficacia en la coordinación y colaboración entre todos los actores locales y la comunidad, conciencia del rol prioritario de la capacitación y de los niveles adecuados de información para con los recursos humanos, disponibilidad efectiva de recursos materiales y financieros, propios o gestionados y la necesidad de medición sistemática de resultados.

La mayoría de los destinos turísticos exitosos en nuestros días dependen de un entorno físico limpio, ambientes con algún tipo de protección y, cada vez más frecuentemente, patrones culturales distintivos de las comunidades locales. Aquellos destinos que por algún motivo no ofrecen estos atributos están generalmente experimentando una declinación en cuanto a calidad y uso turístico (Cevallos, 1995).

Hay que señalar que en los procesos de ordenación territorial de los espacios turísticos, es importante contar con todas las variables presentes en el espacio físico. Una planificación coherente y organizada tiene que identificar todos los recursos con los que cuenta el territorio. En todo momento, el diseño de las estrategias ha de regirse bajo criterios de sostenibilidad medioambiental, sociocultural y económica. Por lo que trae consigo grandes transformaciones en la vida desde tiempos remotos hasta la actualidad, en especial, donde está el turismo eslabón para lograr llevar a cabo estrategias de desarrollo local a través de la revalorización del patrimonio cultural.

Manzanillo tiene potencialidades como destino turístico, es una ciudad con una maravillosa obra arquitectónica, centros

históricos y en fin, con un encanto milenario ideal para realizar eventos históricos-culturales, congresos, actividades y concursos. La cultura en general es otro elemento sobresaliente de la ciudad. Además adquiere una gran relevancia debido a su rico y variado patrimonio cultural.

### **Manzanillo como destino turístico**

La consideración de municipio turístico es muy variada y cuenta con numerosas singularidades que se pueden apreciar en diferentes lugares del mundo. Los aspectos que hacen que no se trate de un concepto unánime varían dependiendo de si está o no regulado normativamente, del nivel de descentralización territorial, administrativa y competencial que se haya alcanzado.

Un destino turístico es el lugar en el cual se concentran instalaciones y servicios diseñados para satisfacer las necesidades de los turistas que llegan a dichos lugares. Es el lugar adonde tiene que desplazarse la demanda para consumir el producto turístico que es, en última instancia, el destino. La Comisión Europea plantea que destino turístico es la “zona que se identifica de manera independiente, se promueve como lugar que los turistas pueden visitar y en la que una o varias instancias gubernamentales u organizaciones coordinan el producto turístico que ofrece”.

Según el Programa Delnet CIF/OIT (2007-2008), un municipio turístico es el término municipal en el que se desarrollan las actividades turísticas coincidiendo con los límites administrativos del municipio. Para que un territorio sea declarado como municipio turístico debe cumplir con una serie de requisitos, tales como el volumen de población turística asistida, número de visitantes, oferta turística, servicios mínimos

que los poderes públicos prestan en el municipio y otros específicos que sean de especial relevancia para el turismo.

El destino turístico es un espacio geográfico que posee recursos y condiciones para el desarrollo del turismo y donde se establece una infraestructura y un conjunto de instalaciones propiciadoras de esa actividad. Un destino es la combinación de productos turísticos, que ofrecen una experiencia integrada a los turistas. Tradicionalmente, los destinos se consideraban como una zona bien definida geográficamente, como un país, una isla o una ciudad. Sin embargo, cada vez más se reconoce que un destino puede ser un concepto percibido, es decir, que puede interpretarse subjetivamente por los transeúntes, en función de su itinerario de viaje, formación cultural, motivo de la visita, nivel de educación y experiencia previa. La definición de destinos dentro de una región depende del número de recursos concentrados, el posicionamiento en el mercado (su imagen respecto a otros destinos competidores) así como el comportamiento de los turistas. A esta concepción se acoge el estudio realizado por Guerrero (2012) en cual la autora de la tesis lo asume. (Guerrero, 2012).

Las ofertas de Manzanillo como destino han sido complementadas, en los últimos años, con opciones vinculadas a atributos fundamentales, como la arqueología, la historia, la naturaleza, el mar y su cultura local, este último se le está dando mayor interés desde los Organismo Central del Estado (OACE)

Según se analiza a pesar de la presencia de oportunidades de desarrollo en los diferentes espacios turísticos y los numerosos recursos (históricos, naturales, patrimoniales) encontrados en ellos, que podrían ser explotados para facilitar el auge de un turismo sostenible en el municipio, todavía es muy limitada la gestión en este sentido, ya que en Manzanillo no se han creado

las condiciones para ello. Posee características adecuadas para fomentar en ellas el desarrollo y explotación de la actividad turística.

## **Territorio y recursos**

Antes del arribo de los españoles, la comarca pertenecía al cacicazgo aborigen de Guacanayabo, estudios recientes consideran que la villa de San Salvador, convertida luego en la ciudad de Bayamo, tuvo su asiento inicial en 1513, en el paraje. La Real Orden del 11 de julio de 1792 mandó a explorar el sitio donde intrusos ingleses cortaban madera, y a construir un pueblo para proteger la costa. En 1796, vecinos de citada villa comenzaron a levantar el poblado de Manzanillo.

La historia de Manzanillo está imbricada en el contexto de las luchas intermetrópolis dentro del ámbito caribeño, por su ubicación en las costas del Golfo de Guacanayabo y por ser una región rica en maderas preciosas como cedro, caobas, fustetes, etc. El nombre de Manzanillo proviene de la abundancia de uvas caletas en sus costas que los españoles encontraban semejantes a ese tipo de olivo.

El pueblo comenzó a desarrollarse desde el límite del manglar, hacia el oeste a lo largo del litoral, y a medida que la villa iba creciendo había necesidad de ir talando el monte firme que la rodeaba, cuya madera a la vez servía para la construcción de las viviendas. Algunas de las más antiguas muestran las extraordinarias tablas y vigas de cedro centenarios que fueron utilizadas en sus techos.

La Constitución de 1940 definió al municipio como “la sociedad local organizada políticamente por autorización del poder legislativo en una extensión territorial determinada por necesarias relaciones de vecindad sobre una base de capacidad económica para satisfacer los gastos del gobierno propio, y con personalidad jurídica a todos los efectos legales”.

A partir del año 1977 se estableció en Cuba una nueva división política-administrativa, donde entonces surge la provincia de Granma<sup>28</sup> con 13 municipios, de los cuales se encuentra Manzanillo como la Perla del Guacanayabo, aferrada a la belleza y la virtud que nacen de una historia singular y de los aires, aguas, luces y calores del golfo, el Río Cauto y la Sierra

---

<sup>28</sup> Ubicación geográfica: Situada al suroeste de la región oriental, entre 19°50', 20°39' de latitud norte y los 76°22', 77°44' de longitud oeste. Límites geográficos: Al Norte: Provincias Las Tunas y Holguín Al Sur: Provincia Santiago de Cuba y Mar Caribe Al Este: Provincias Holguín y Santiago de Cuba. Al Oeste: Golfo de Guacanayabo Río de mayor longitud: Cauto 343 Km de largo 8 969 Km<sup>2</sup> de área 83 m<sup>3</sup>/s de gasto 32 afluentes Vertiente Sur Nace: En la Sierra Maestra a 35 Km. al oeste de la Ciudad de Santiago de Cuba, en los 20°03' de latitud norte y los 76°13' de longitud oeste, a 700 metros de altitud. Desemboca: En el golfo de Guacanayabo, al norte noroeste de la Ciudad de Manzanillo. Corre: En su tercio superior en dirección suroeste-nordeste y este-oeste. Mayor elevación: Pico Bayamesa con 1 756 metros de altura. Geografía Física Predomina la llanura del Cauto y el grupo orográfico de la Sierra Maestra, donde se destacan los picos Bayamesa y Martí. Su hidrografía está representada por el río Cauto, Limones, Gua, Yara e Hicotea y los embalses Cauto del Paso, Paso Malo, Pedregales y Buey; sus principales lagunas son Birama, Carenas, Las Playas, entre otras. Predominan los suelos hidromórficos, vertisuelos, húmicos carcimórficos, en las llanuras y pardos en las alturas. Ocupa el sexto lugar en extensión entre las provincias con 8 376,79 kilómetros cuadrados, representando el 7,6 por ciento de la superficie total del país. Ocupa el sexto lugar en extensión entre las provincias con 8 376,79 kilómetros cuadrados, representando el 7,6 por ciento de la superficie total del país.

Maestra, los mayores de sus géneros en el país. Tiene una extensión superficial de 498,4 km<sup>2</sup>, con una población de 131.121 habitantes. Manzanillo ocupa el 6.0% de la superficie de la provincia y el décimo lugar entre los municipios. Limita al norte con el Golfo de Guacanayabo, al sur con los municipios Bartolomé Masó y Campechuela, al este con los municipios Yara y Bartolomé Masó y al oeste con el Golfo de Guacanayabo y el municipio Campechuela.

Este territorio es llano con predominio de pendientes entre 0.1% y 2%, en el 90% de su extensión, posee una llanura débilmente diseccionada en la franja pre-costera y pre-cordillera norte de la Sierra Maestra con pendientes mayores del 2% y 10% que origina que las aguas superficiales drenen hacia el centro del territorio y escurran en dirección noreste hacia el Golfo de Guacanayabo. Esta ciudad se encuentra estructurada por 16 consejos populares, de los cuales 9 son urbanos y 7 de ellos mixtos.

Las principales alturas no superan los 80 m de altitud sobre nivel medio del mar, el relieve que posee se clasifica como llanura abrasivo-denudativa ligeramente diseccionada, lo que facilita la comunicación con el territorio por vía marítima, terrestre y aérea.

## **Cultura e Industria**

Profundas raíces tiene el arte en la ciudad, sin olvidar que Carlos Manuel de Céspedes fue actor, guionista y director en el teatro Manzanillo, inaugurado en 1856, y que el siglo XX estuvo marcado por el Grupo Literario y la Revista Orto (1912-1957). Algunas personalidades de la localidad son el periodista Rafael

María Merchán, el poeta Manuel Navarro Luna, el narrador Luis Felipe Rodríguez, el pintor Julio Girona, el trovador Carlos Puebla, la orquesta Original de Manzanillo, los órganos, la familia Borbolla y el conjunto campesino Guasimal.

De cara a la realidad cubana, desde su descubrimiento hasta la actualidad, la ciudad de Manzanillo ha sufrido grandes transformaciones culturales. Dentro de ellas es evidente la influencia de varias corrientes arquitectónicas en las construcciones más significativas a lo largo del territorio nacional. Es por eso que por su alto valor histórico y arquitectónico de la isla, cuenta con varios elementos que conforman el patrimonio monumental de esta región y no es más que una muestra del desarrollo humano en sus diferentes fases.

Esta ciudad, desde sus inicios, constituyó una clave importante en la formación de la cultura nacional por los diferentes acontecimientos que se desarrollaron en ella y la creación de diferentes instituciones culturales de relevancia nacional donde predomina la arquitectura colonial, y establece un diálogo cuya visión de conjunto la hace merecedora de ocupar un lugar en el patrimonio nacional. Su arquitectura colonial, sin alejarse de los cambios cualitativos e incluso formales del comportamiento generalizado de arquitectura de este período en nuestro país, asume una imagen singular, basada en la forma de presentación de sus componentes decorativos, donde los detalles de la carpintería y la herrería sugieren un lenguaje particular.

Es, sin embargo, la arquitectura ecléctica desarrollada en la seudorepública la que declara definitivamente el carácter tradicional del centro de la ciudad: mascarillas, cariátides, elementos florales y geométricos, y un sin fin de caprichosas formas decorativas caracterizan enmarques, entablamentos, columnas, pilares, rejas y fenestraciones. Interiores y exteriores

se van a caracterizar por una profusión de detalles decorativos donde nada se olvida, pues toda forma parte de un conjunto donde variedad y unidad debaten la supremacía.

Otros estilos de mucho menos existencia dentro del sector estudiados fueron evaluados como el art-decò, neocolonial, protorracionalismo y racionalismo, completándose al respecto el comportamiento de la arquitectura en el centro manzanillero. Con el florecimiento de la villa crecieron las construcciones, se multiplicaron concentrándose actualmente en la zona gran cantidad de edificaciones de iguales valores arquitectónicos, históricos y culturales. A diferencia de otras villas, tuvo un trazado cuadrangular reticular, lo que le permitió una nueva forma de asentamiento poblacional. Por sus tradiciones y ambiente agradable, es esta hermosa ciudad inolvidable para los visitantes y la población manzanillera.

Además, Manzanillo se distingue por tener un trazado regular y estar formada por manzanas cuadradas, fundamentalmente en el centro de la ciudad, donde las diagonales de cada manzana coinciden con los puntos cardinales. Esta forma de trazado permitió una forma distinta de asentamiento poblacional, pues primero se establecieron los límites y luego se fueron ocupando los terrenos.

Figura 1. Cantidad de visitantes a museos por año en la ciudad de Manzanillo.



Existe una selección de indicadores del desarrollo de las distintas expresiones de la cultura en el municipio. Igualmente se refleja la obra en salas de videos y emisiones totales de la radio y la televisión, biblioteca pública, galería de arte y la cantidad de visitantes en los museos. Por ejemplo, la Figura 1 muestra el número de visitas a museos en la ciudad de Manzanillo.

El entorno económico de Manzanillo no puede enajenarse del mar, por lo que cuenta con dos entidades pesqueras, además de procesar el camarón como rubro fundamental, también dedica espacios y recursos a la pesca de escama, mientras un astillero construye los medios navales necesarios para la conquista marítima del Golfo del Guacamayabo y las aguas del Caribe.

Cuenta con fábricas de baterías de automóviles, tuberías de aluminio para el riego agrícola, medios de enseñanza, masas y piezas de centrales, calzado, entre otros. Resulta uno de los principales polos industriales de la provincia.

La ciudad está comunicada mediante carretera y ferrocarril con todas las poblaciones importantes de la isla. Las relaciones funcionales con la cabecera provincial se realizan a través de la red vial, donde las vías fundamentales son Manzanillo-Yara-Bayamo y Manzanillo-Miradero La Sal-Bayamo. Además, posee el Aeropuerto Internacional Sierra Maestra.

Otras producciones notables son las de azúcar, calzado deportivo, botas de protección con casquillo de acero, medios de enseñanza, pomos plásticos y artículos de aluminio, incluidos tubos y accesorios para riego.

La zona industrial del puerto la integran la Empresa de Servicios Portuarios, el Molino Arroceros Faustino Vega, el Almacén de la Harina, el Almacén 601, el Molino Arroceros Julio Zenón y vinculado a este la Fábrica de Ataúd. Por su parte la zona industrial de la pesca la integran ASTIGOLF (empresa de astillero), EPIGRAN (empresa pesquera), CODISMAN (comercializadora pesquera) y CUBALUB (comercializadora de lubricantes).

En Manzanillo existen más de 120 centros educacionales, entre ellos el Instituto Superior Pedagógico, la Facultad de Ciencias Médicas Granma, la Facultad Regional Granma de la Universidad de las Ciencias Informáticas, entre otros.

Los vecinos de Manzanillo y de otros municipios disponen de cuatro hospitales provinciales, cinco policlínicos, dos hogares maternos y tres de ancianos, una clínica dental,

laboratorio de prótesis, banco de sangre, centro de higiene y 223 consultorios de médicos de la familia.

Es válido destacar la reciente construcción del acueducto destinado a hacer diario el servicio de agua potable, que ahora tarda entre cuatro y 10 días; así como la reconstrucción, ampliación y modernización del Teatro Manzanillo, con capacidad para 500 personas, el cual acoge presentaciones de artes escénicas, música y danza.

## **Turismo**

A partir de 1990 es la actividad del turismo una de las primeras en que se comienza a realizar asociaciones con capital extranjero, la cual se incrementa con la creación del Ministerio de Turismo en 1994, y la Ley de Inversiones Extranjeras (No. 77 de 1975). Actualmente las empresas e instituciones que realizan las actividades relacionadas con la prestación de servicios de alojamiento y otros tipos de servicios que se brindan en la actividad turística, pasan a integrar las cadenas turísticas las que incluyen empresas mixtas y contrato de asociación económica internacional. Estas se agrupan mediante la Corporación del Turismo y Comercio Internacional, Cubanacan S.A.; y la Cadena del Turismo Isla Azul S.A.

Además, existen entidades con alojamiento que son administradas por los Órganos Locales del Poder Popular, así como la actividad de Campismo Popular atendida por la Empresa Nacional de Campismo como muestran las Figuras 2, 3 y 4.

Figura 2. Pernoctaciones de turistas en hoteles a partir de los datos obtenidos por la Oficina Nacional de Estadísticas e Información.

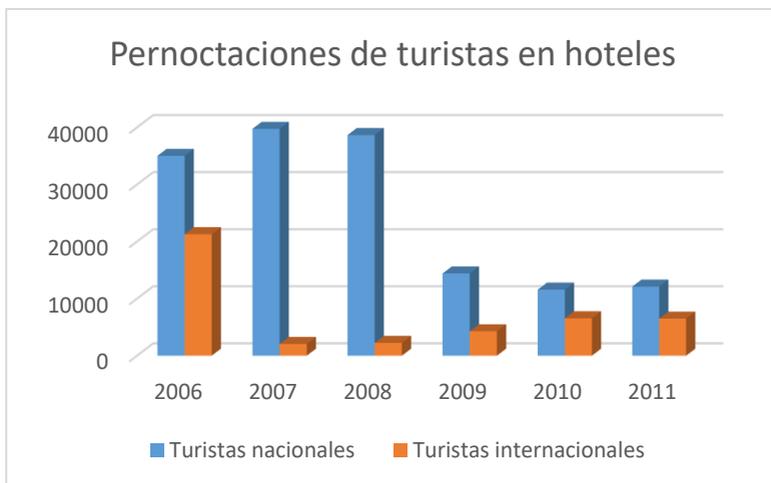


Figura 3. Pernoctaciones de turistas nacionales en el Campismo Popular a partir de los datos obtenidos por la Oficina Nacional de Estadísticas e Información.

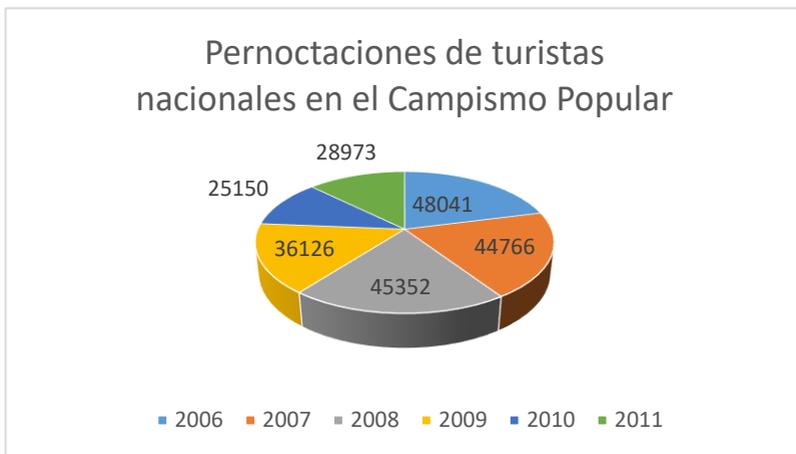
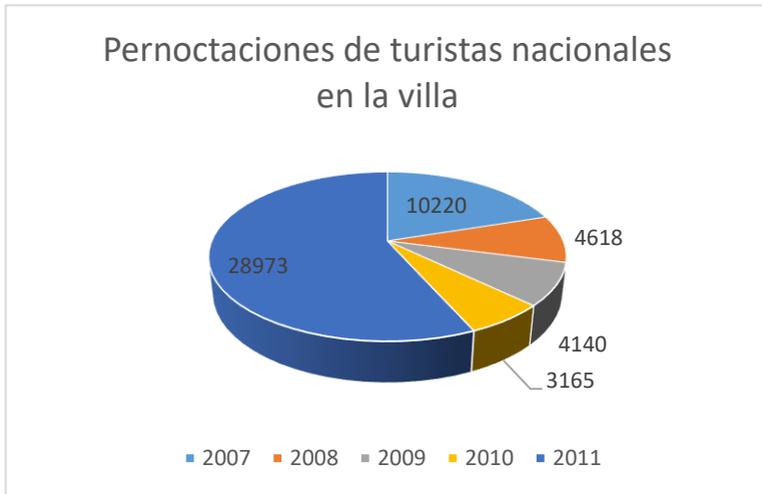


Figura 4. Pernoctaciones de turistas nacionales a partir de los datos obtenidos por la Oficina Nacional de Estadísticas e Información.



El paisaje cultural que posee el municipio Manzanillo es una realidad urbana dinámica donde los problemas de reorganización interna, ya sean de reforma, renovación, protección o recuperación, han estado siempre presentes, donde desempeña un papel significativo y primordial los atributos y potencialidades manzanilleras por el de cursar de todas las décadas de la ciudad. Por ello, no existe una vía única de intervención pues siempre que en la historia se producen cambios socioeconómicos de gran escala, como es el caso de la revolución de las nuevas tecnologías de la informática, hay que replantearse

en nuevos términos la cuestión de la de sus propias potencialidades endógenas donde las políticas de protección y recuperación, para ser eficaces, tienen que dotarse de instrumentos capaces de regular la tensión existente entre unas realidades físicas estáticas y unas realidades socioeconómicas cambiantes.

Con la revalorización del patrimonio cultural se puede identificar y diferenciar a la misma al constituir el espacio del pasado y, en gran medida también, la memoria colectiva de nuestra sociedad. La lectura del patrimonio cultural como fuente de riqueza y no sólo como de gasto, abre nuevas vías de acción a la hora de abordar las relaciones entre cultura, turismo, comercio, etcétera. En este contexto, complejo y diverso, es donde interesa situar el análisis y la valoración de las políticas de protección y recuperación para un desarrollo local sostenible.

La consideración del patrimonio cultural como recurso estratégico permite enlazar con las lecturas económicas de la cultura, y con el creciente papel que esta desempeña como motor de desarrollo. También permite tender puentes de comunicación con el papel de los equipamientos culturales como instrumentos de vertebración urbana y de integración social, así como con la ubicación de nuevos usos en edificios históricos, logrando la adecuación entre las estructuras físicas y las funcionales, algo que muchos proyectos no toman en consideración (Pol, 1998).

Lograr convertir el patrimonio cultural en recurso cultural o turístico requiere de estrategias que tomen en consideración dimensiones económicas, urbanísticas y sociales.

En la Estrategia Comercial del Destino Turístico Granma 2011-2016 se pone de manifiesto cuáles son las líneas directrices

de trabajo con amplias posibilidades de desarrollo como producto de mercado.

## **Población y muestra**

En la presente investigación se desarrolló como criterio muestral el probabilístico estratificado y el no probabilístico en su clase de sujetos tipos. El primero permitió que todos los elementos de la población tuvieran las mismas posibilidades de ser elegido y que estos, al poseer valores muy parecidos a los de la población en general, dieran un estimado preciso del conjunto mayor, dando un nivel de confiabilidad y científicidad superior. El segundo se empleó ya no para buscar una representatividad de elementos de una población, sino con el objetivo de ir hacia la riqueza, profundidad y calidad de la información. Primeramente se establecieron tres estratos de manera que todos los individuos estuvieran incluidos en uno y solo uno de los siguientes estratos: (de 15 a 34 años, de 35 a 59 años y más de 60 años). Por datos demográficos se conoció que la población de la ciudad de Manzanillo tiene 131.282 de habitantes (tamaño de la población).

No obstante, quedará como población total a utilizar en la investigación 107.829 habitantes con posibilidad de ser escogidas.<sup>29</sup> Utilizando un criterio aceptado en las ciencias sociales, se admitió un margen de error de hasta 0.05 por 100, una confiabilidad igual a 0.95%, al no haber hecho un muestreo preliminar se consideró una varianza poblacional del (0.5) (0.5), valor que maximiza el tamaño de la muestra.

---

<sup>29</sup> Las personas comprendidas entre 0 y 14 años de edad no son aptos para los instrumentos utilizados.

La fórmula de selección proporcional de la población determinó que los estratos estuvieran conformados respectivamente por grupos de 125, 175 y 83 personas, resultando un total de 383 personas listadas. Se determinó el tamaño de la muestra asumiendo normalidad en los datos, permitiendo que se realizaran los cálculos y comprobaciones pertinentes del nivel de confiabilidad de cada dato arrojado durante el proceso. El criterio de muestra estratificada se utilizó en la aplicación del cuestionario a los habitantes de la localidad, y el de sujetos tipos en la aplicación de la entrevista individuales a informantes clave, tales como especialistas, directivos y administradores.

La unidad de análisis es de 107.829 habitantes de la ciudad de Manzanillo. Para el cómputo del tamaño de muestra, se empleó la fórmula correspondiente para el cálculo de la muestra poblaciones finitas. Para lograr mayor precisión se entendió necesario estratificar la muestra atendiendo a los indicadores de sexo y edad, por lo que queda comprendido a encuestar a 190 hombres y 193 mujeres. Con las edades comprendidas entre 15 y 34 años, se aplicaron los instrumentos a 125 personas para una distribución entre 63 mujeres y 62 hombres, de las edades entre 35 y 59 años a 175 entre 88 mujeres y 87 hombres y de 60 años o más se les aplicó a 83 entre 42 mujeres y 41 hombres.

En la estructura de esta muestra se tuvo en cuenta la cantidad de hombres y mujeres por edades, a los que se le aplicó en el caso de las mujeres a un 50.51 % y en el caso de los hombres un 49.49 %, que es el valor que ellos representan del total.

Para la obtención de la información primaria, se realizaron entrevistas a sujetos tipos entre los que encontramos a los informantes clave como directivos, especialistas y administradores. Entre las fuentes secundarias se realizó una encuesta al personal trabajador. Tanto su entrega como su

recolección se hicieron de forma directa. Los instrumentos se distribuyeron mediante visitas a su lugar de residencia y oficina de trabajo. Se esperó que las personas lo llenaran y se recogieron inmediatamente; aunque en algunos casos se realizaron citas previas para la entrega y recogida de los instrumentos.

### **Diagnóstico territorial a través de la aplicación de la matriz DAFO en el municipio Manzanillo**

El instrumento de diagnóstico llamado DAFO (FODA en algunos países; SWOT en la terminología internacional en inglés), nos ayuda a hacer un análisis en una doble vertiente, la interna y la externa. Es un instrumento que nos permite a identificar las Debilidades, Amenazas, Fortalezas y Oportunidades de un territorio en particular y en un momento determinado.

Es importante en este caso partir del diagnóstico. Massiris (2000) lo define como una fase relevante del proceso de ordenamiento territorial, cuya utilidad radica en la valoración y la jerarquización de las condiciones problemáticas de un territorio, para bosquejar el orden territorial deseado. (Massiris, 2000).

El diagnóstico y la elección de alternativas se apoyan en diversos procedimientos, entre ellos la técnica DAFO (Pujada, 1998). Gómez (2002) clarifica el procedimiento para la aplicación del análisis DAFO, el cual permite ordenar la información obtenida en el diagnóstico para facilitar la identificación de estrategias y líneas de acción. Se trata de un diagnóstico integral de todos los aspectos que determinan el desarrollo: económicos, sociales, medioambientales, culturales y patrimoniales, institucionales. (Gómez, 2002).

Se parte de la construcción de una matriz, cuyas entradas por filas dan una mayor información. Las primeras explican las potencialidades o limitaciones internas de un territorio y las segundas las condicionantes o tendencias exteriores.

La nueva realidad, aun cuando se alcancen indicadores macroeconómicos favorables, exige el despliegue de esas potencialidades existentes, principalmente en recursos humanos, para una gestión eficiente y eficaz, lo cual requiere estilos y métodos que integren y articulen las decisiones institucionales parceladas y verticales en función de las necesidades reales de los diferentes territorios, incorporando cada vez con mayor fuerza a todos los sujetos implicados en un proceso horizontal de desarrollo particularmente diseñado.

Los elementos internos y externos fueron recogidos a través de un trabajo exhaustivo que se realizaron en los diferentes lugares visitados con la participación de directivos, especialistas y trabajadores; utilizando además fuentes de información secundaria y primaria como lo muestra la Tabla 1.

<b>Fortalezas</b>	<b>Oportunidades</b>
<p><b>F.1.</b> Entre sus límites territoriales se encuentra el mar del cual se pueden extraer rubros tan importantes como el camarón, pescados de diferentes variedades, escamas, esponjas. Al poseer una entidad Pesquera (EPIGRAN). Nos permite</p>	<p><b>O.1.</b> Disponibilidad de un significativo potencial natural, histórico y cultural.</p> <p><b>O.2.</b> Apoyo por autoridades de la provincia a la actividad turística.</p>

<p>desarrollar el cultivo del camarón (Desove del Camarón).</p> <p><b>F.2.</b> Adecuada calidad de los servicios.</p> <p><b>F.3.</b> Disposición de la Dirección del MINTUR en la provincia para aplicar Proyección Estratégica y la Dirección por Objetivos.</p> <p><b>F.4.</b> Manzanillo cuenta con un aeropuerto internacional preparado para recibir vuelos internacionales.</p> <p><b>F.5.</b> Percepción de autenticidad de los atractivos tanto arquitectónicos, históricos, culturales dentro de la provincia.</p> <p><b>F.6.</b> Recurso humano (mano de obra) disponible de ambos sexos.</p> <p><b>F.7.</b> Posibilidades de desarrollar el turismo de ciudad y turismo histórico-cultural.</p> <p><b>F.8.</b> Contar con el personal capacitado para el diseño y</p>	<p><b>O.3.</b> Arribo de turistas a otros polos cercanos, en especial Cabo Cruz.</p> <p><b>O.4.</b> Ambiente seguro y tranquilo, matizado por la hospitalidad y afabilidad de la comunidad manzanillera.</p> <p><b>O.5.</b> Marcada tendencia hacia la demanda del producto turístico con alta calidad.</p> <p><b>O.6.</b> Nuevos productos que tengan demanda.</p> <p><b>O.7.</b> Eventos económicos fortalecidos para la comercialización de productos.</p> <p><b>O.8.</b> Aprovechar alta oferta financiera local (bancos y cooperativas) para impulsar proyectos productivos.</p> <p><b>O.9.</b> Se cuenta con leyes de protección ambiental.</p> <p><b>O.10.</b> El uso de las nuevas tecnologías permitirá una reducción de costos en la producción</p>
--	---

<p>publicación de diversas páginas y portal Web.</p> <p><b>F.9.</b> Contar con suficiente terreno para el crecimiento urbano.</p> <p><b>F.10.</b> Posee gran diversidad de atractivos turísticos, que engrandecen la historia y cultura de la ciudad.</p> <p><b>F.11.</b> Cuenta con una fuerte infraestructura de agua y alcantarillado y electricidad para un desarrollo industrial y social.</p> <p><b>F.12.</b> Cuenta con una red de restaurantes y complejos con comidas propias de la localidad para el disfrute del visitante.</p> <p><b>F.13.</b> Cuenta con el Complejo Costa Azul, dentro del cual está la parrillada, el golfo, el entremés el show nocturno en el barco, el restaurante y el privado.</p> <p><b>F.14.</b> Cuenta con el Complejo El Litoral, a orilla del mar, el Ranchón y el Complejo Cayo Confite con una excelente variedad de comida auténtica</p>	<p><b>O.11.</b> La actividad turística se encuentra todavía por debajo de su desarrollo potencial.</p> <p><b>O.12.</b> Grandes proyectos de crecimiento y desarrollo en Manzanillo.</p> <p><b>O.13.</b> Agrupar los atractivos de la ciudad de mayor importancia dentro de un producto turístico - cultural.</p> <p><b>O.14.</b> Atraer nuevos mercados locales, provinciales e internacionales.</p> <p><b>O.15.</b> Recuperación del patrimonio cultural mediante la potenciación de la actividad turística.</p> <p><b>O.16.</b> Proyectos de colaboración entre los Centros de Educación Superior con organizaciones internacionales.</p>
--	---

<p>del municipio y en especial todas las variedades de pescado, especialmente la liseta por su exquisitez y singularidad.</p> <p><b>F.15.</b> Posee un centro de desarrollo de cocodrilos.</p> <p><b>F.16.</b> Desarrollo de medios navales de apoyo a la actividad pesquera (ASTIGOLF)</p> <p><b>F.17.</b> Poseemos una infraestructura vial que nos permite la transportación de carga tanto por carretera, como por ferrocarril.</p> <p><b>F.18.</b> Contamos con varias industrias de apoyo a la economía baterías, tuberías de aluminio para riego agrícola, producciones mecánicas para el MINAZ, MINAGRIC, producción de calzado y Empresa de Medios de Enseñanza.</p>	
<p><b>Debilidades</b></p>	<p><b>Amenazas</b></p>

<p><b>D.1.</b> Insuficiente consolidación del producto Turístico.</p> <p><b>D.2.</b> No se comercializa el producto turístico por el territorio.</p> <p><b>D.3.</b> Reducida imagen turística de la localidad en los mercados emisores.</p> <p><b>D.4.</b> Posición secundaria del turismo en la estructura económica y de desarrollo de la Comunidad de Manzanillo.</p> <p><b>D.5.</b> Su posición geográfica, al estar en un extremo de la provincia es su mayor debilidad, pues limita el desarrollo de otras actividades económicas.</p> <p><b>D.6.</b> No ha existido una política coherente para liberar de la ciudad histórica los usos incompatibles que la deterioran por lo que existe el riesgo de que muchas instalaciones se pierdan o alteren.</p> <p><b>D.7.</b> La no priorización de la acción promocional turística</p>	<p><b>A.1.</b> Existencia de fuertes competidores en polos turísticos de provincias cercanas.</p> <p><b>A.2.</b> La estructura de la población tiene tendencia al envejecimiento y un crecimiento poblacional casi nulo.</p> <p><b>A.3.</b> En el municipio existe el riesgo permanente de ser afectado por penetraciones del mar provocadas por fenómenos atmosféricos: Huracanes y tormentas tropicales. Todo el litoral costero del municipio, exceptuando la bahía, puede ser afectado por penetraciones del mar.</p> <p><b>A.4.</b> Cierta descoordinación en las estrategias de promoción.</p> <p><b>A.5.</b> Escaso interés de los operadores tradicionales por el destino.</p> <p><b>A.6.</b> Bajo ritmo constructivo de nuevas viviendas, así como</p>
---	---

<p>hacia una línea específica de producto turístico, haciendo del turismo cultural el eje vertebrador del posicionamiento turístico regional.</p> <p><b>D.8.</b> No aprovechamiento de las propuestas de proyectos sobre patrimonio histórico-cultural no se explota en beneficio del desarrollo local.</p> <p><b>D.9.</b> Insuficiente consolidación del producto Turístico.</p> <p><b>D.10.</b> No se comercializa del producto turístico por el territorio.</p> <p><b>D.11.</b> Falta de innovación en la gestión comercial por la propia naturaleza de la oferta.</p> <p><b>D.12.</b> Insuficiente plataformas comerciales a través del Internet y las nuevas tecnologías.</p> <p><b>D.13.</b> Falta de mecanismos de vinculación entre universidades y empresas.</p> <p><b>D.14.</b> A pesar de las investigaciones realizadas del</p>	<p>de la reparación de las existentes.</p> <p><b>A.7.</b> La ciudad posee fuertes movimientos migratorios hacia Bayamo, en busca de mejoras socioeconómicas.</p> <p><b>A.8.</b> Son limitadas las producciones de algunas Empresas de la provincia al no satisfacer en su totalidad la demanda actual del sector.</p> <p><b>A.9.</b> Dificultades con el estado y la señalización de algunas vías de acceso a lugares turísticos.</p> <p><b>A.10.</b> Pérdida de los valores arquitectónicos de la zona que ha sido declarado patrimonio nacional se encuentra en un estado deplorable, debido a su edad y a la falta de mantenimiento.</p>
---	---

<p>territorio, estas no son suficientes para demostrar la autenticidad y la valía de todos los recursos con que se cuenta. Las investigaciones realizadas no son publicadas, ni son del conocimiento popular. Las investigaciones realizadas para declarar patrimonio, (al menos local) son mínimas. Falta de un estudio riguroso donde se clasifiquen y evalúen todos los valores del territorio y la ciudad. Con la finalidad de identificar cada uno de los valores y categorizarlos.</p> <p><b>D.15.</b> Poca receptividad por parte de los Directores de la Empresas, a las propuestas de proyectos de iniciativa local, falta de motivación por lo que no se ha mostrado interés por los mismos.</p>	
--	--

**Tabla 1.** Matriz FODA para la ciudad de Manzanillo.

## Conclusiones

La ciudad de Manzanillo posee atractivos significativos y potencialidades en su patrimonio histórico-cultural que aún no han sido totalmente explotadas para una correcta oferta turística, con el objetivo de convertirlo en destino turístico. Al aplicarse un diagnóstico a través de encuestas y entrevistas a directivos, especialistas, administradores y actores locales, se pudo constatar que no existe una metodología para su entorno social en la promoción y sostenibilidad de iniciativas de desarrollo local; tomando en cuenta el conjunto de orientaciones prioritarias que se establecen a nivel de país y para alcanzar la viabilidad de su ejecución, donde el turismo desempeña un papel importante en la revalorización del patrimonio cultural desde el desarrollo local.

## Bibliografía

Alburquerque Llorens, F., 1999. *Manual de agente de desarrollo local*. Barcelona: Ediciones Sur.

Alburquerque, M., 2004. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Issue 82.

Alianza para Bosques, 2006. *Guía de buenas prácticas para turismo sostenible*. Costa Rica: Rainforest Alliance.

Arias Guevara, M. & Labrada Silva, C., 2008. *Estudios sobre desarrollo local e innovación social*. La Habana: Editorial Academia.

Arjona, M., 1986. *Patrimonio cultural e identidad*. Cuba: Editorial Letras Cubanas.

Ballart, J., 1997. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, SA.

Bernhardt, A., 2004. *Impacto del factor cultural sobre el desarrollo económico: Evidencia empírica y reflexiones*. Universidad Católica de Córdoba, Argentina, Cátedra Abierta de Responsabilidad Social y Ciudadana.

Boisier, S., 1991. La cuestión regional: Un enfoque sistémico. *Revista Iberoamericana de Planificación*, XXIII(98).

Caravaca, I., 2002. *Innovación y territorio. Análisis comparado de los sistemas productivos locales de Andalucía*, Sevilla: Consejería de Economía y Hacienda de la Junta de Andalucía.

Cebrián, A., 2005. Acción local, turismo y patrimonio en la comunidad de Murcia. *Cuadernos de turismo, Universidad de Murcia*, Issue 16, pp. 65-83.

Celorio, G. & López, A., 2007. *Diccionario de Educación para el desarrollo*. s.l.:Ed. Hegoa, Bilbao.

Cevallos, H., 1995. *El ecoturismo alrededor del mundo: su papel en la conservación del patrimonio natural y cultural*, México: Fundación ecoturismo.

Coloma, J., 1999. Los presupuestos conceptuales del trabajo sociocultural comunitario. *Revista AUNA-Cuba, Análisis de Coyuntura*.

Constitución de la República, 1992. En: La Habana: Editora Política.

Coraggio, J., 1996. *El papel de la teoría en la promoción del desarrollo local*. Montevideo, s.n.

Coriolano, L., 2003. Os limites do desenvolvimento e do turismo. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1(2), pp. 161-171.

- Días, R., 2006. *Turismo e patrimônio cultural: Recursos que acompanham o crescimento das cidades*. Saraiva, São Paulo: s.n.
- Dilla, H., 1991. Los municipios en Cuba: Una experiencia mas allá de los paradigmas. *Síntesis*, Issue 15.
- Fabelo, R., 1999. Dimensión cultural en los proyectos de desarrollo comunitario. *Revista AUNA-Cuba, Análisis de Coyuntura*.
- Garofoli, G., 1991. *Modelos locales de desarrollo*. Milán: Editorial Franco Argeli.
- González, J., 2000. *El turismo alternativo como una vía para el desarrollo sustentable de las comunidades indígenas nativas de B.C.: San José de la Zorra y San Antonio Nécua*. Colegio de Frontera Norte, Tijuana, Baja de California: Tesis de Maestría.
- Guerrero, L., 2012. *Mezcla de Promoción para la comercialización de municipios turísticos. Aplicación en el municipio Gibara del destino Holguín*. Holguín: Tesis de Maestría, Universidad de Holguín.
- Guzón Camporredondo, A., 2006. *Potencialidades de los municipios cubanos para el desarrollo local*. La Habana: Editorial Academia.
- Guzón, A., 2006. *Desarrollo local en Cuba, retos y perspectivas*. Edición de Blanca González Alayón ed. La Habana: Editorial Academia.
- Hart Dávalos, A., 2001. *Cultura para el desarrollo*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.
- Ivars, J., 2001. *Planificación y desarrollo turístico sostenibles: Propuesta para la gestión de un sistema de indicadores*. Universidad de Alicante: Instituto Universitario de Geografía.

- Kotler, J. & James, J., 2000. *Mercadotecnia para hotelería y turismo*. México D.F.: Editorial Prentice-Hall Hispanoamericana.
- Lazo, C., Fernández, R. & Castillo, Y., 2007. Concepciones sobre desarrollo local. Experiencias en el Sistema de Dirección en Pinar del Río. *Revista Economía y Desarrollo*, Volumen 1, pp. 12-35.
- Linares, C., Moras, P. & Rivero, B., 2004. *La participación. Diálogo y debate en el contexto cubano*. La Habana, s.n.
- Martínez, O., 1998. Cultura y desarrollo. Intervención en el VI Congreso de la UNEAC. *Periódico Granma*, 10 Noviembre.
- Massiris, Á., 2000. El diagnóstico territorial en la formulación de planes de ordenamiento. *Perspectiva Geográfica*, Issue 5, pp. 63-73.
- Medina, N. & Santamarina, J., 2004. *Turismo de naturaleza en Cuba*. Colombia: Ediciones Unión. UNEAC.
- Medina, O., Soler, D. & Díaz, E., 2011. Gestión del patrimonio cultural en Cuba: La casa del pescador del Perché, Cienfuegos. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*.
- Méndez, R., 2007. Innovación y desarrollo territorial: Algunos debates teóricos recientes. *Revista Bibliográfica de Geografía y ciencias Sociales*, XII(768), pp. 742-798.
- Moreno, B., 2011. *El patrimonio cultural cubano y su conservación*. s.l.:Inter Press Service en Cuba ([www.ipscuba.net](http://www.ipscuba.net)).
- Morente, M., 2006. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico No. 58*, s.l.: Junta de Andalucía, España.
- OMT, 1998. *Introducción al turismo*. España: Organización Mundial del Turismo.

OMT, 2004. *Visión 2020. Panorama del turismo*, s.l.: Informe de la OMT.

Pellegrin, J. P., 1993. *Desarrollo Local y Cambio Estructural: Nuevas perspectiva con relación al ajuste y las reformas*. París: OCDE.

Pérez, B. & Carrillo, E., 2000. *Desarrollo local: Manual de uso*. Madrid: ESIC Editorial.

Pol, F., 1998. *La recuperación de los centros históricos: Los debates abiertos*. Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, s.n., pp. 23-55.

Pol, F., 1999. *La cultura y la política de la recuperación de los centros históricos*. s.l., Fundación Cultural Santa Teresa, pp. 223-251.

Programa Delnet CIF/OIT, 2004-2005. *El desarrollo local como motor de cambio*. s.l.:Centro Internacional de Formación de la OIT.

Programa Delnet CIF/OIT, 2004. *Glosario de conceptos y términos Turismo y Desarrollo Local*. s.l.:Centro Internacional de Formación de la OIT.

Programa Delnet. CIF/OIT, 2007-2008. *Programa de apoyo al Desarrollo Local*. s.l.:Centro Internacional de Formación de la OIT.

Pujada, J., 1998. Ordenación y planificación territorial. *Espacios y Sociedades*, Issue 8.

Reyes, J., 2011. *Patrimonio cultural y turismo: Retos para el desarrollo local en la ciudad de Gibara*. Holguín: Tesis de Maestría, Universidad de Holguín.

Rivera, O., 2003. *Desarrollo y patrimonio paisajístico*, s.l.:

Boletín del Instituto Andalúz de Patrimonio Histórico.

Rojas Ochoa, F., Flete, R. & Márquez, M., 2004. *Desarrollo humano local. Antología preparada para el curso de diplomado para facilitadores de desarrollo local, trabajo docente y enfoque de género*. Universidad de la Habana, s.n.

Romero, C., 2001. *Ciudad, cultura y turismo*, s.l.: Boletín del Instituto andalúz del patrimonio histórico.

Serra, A., 2003. *Marketing Turístico*. s.l.:Universidad de Islas Baleares.

Soler, D., 2008. *La gestión del Patrimonio Cultural en Cienfuegos*. La Habana, s.n.

Soler, D., 2009. *Perspectiva CTS en la museología social*. Cienfuegos: Trabajo de curso de la maestría en CTS. Centro Provincial de Patrimonio Cultural.

Soler, D., 2012. El patrimonio material: Uso y valoración económica del Teatro Tomás Terray de la Caridad de la ciudad de Cienfuegos. *Observatoria de la Economía Latinoamericana*, Issue 166.

Torres, P., 2006. *Técnicas de interpretación del patrimonio cultural. Selección de Lecturas*. La Habana: Félix Varela.

Troitiño, M., 1998. *Patrimonio de la humanidad: Retos de futuro*. Cuenca: Fundación La Caixa.

Troitiño, M., 2000. *Imágenes, motivaciones y prácticas turísticas: bases para la gestión de los flujos turísticos en la ciudad de Aranjuez*. s.l.:Plan de Dinamización Turística de Aranjuez: Ayuntamiento de Aranjuez, Conserjería de Economía y Empleo de la Comunidad.

Troitiño, M., 2005. *Centro Histórico, recuperación urbana y*

*turismo*. s.l., s.n., pp. 31-51.

UNESCO, 1994. *Carta de Nara*, Japón: s.n.

UNESCO, 2001. *Declaración Universal de la UNESCO sobre Diversidad Cultural*. s.l.:s.n.

van Hemelryck, L., 2002. *El enfoque sistémico del desarrollo económico local*. Montevideo, s.n.

Vázquez Barquero, A., 1993. *Política Económica Local*. Madrid: Editorial Pirámide.

# ILHA GRANDE DOS PAULINOS/MA: MEMÓRIAS E ECOTURISMO DE BASE LOCAL

*José Pedro Da Ros  
Denise dos Santos Soares*

## **Ponto de partida**

A recuperação e valorização das memórias de uma comunidade e sua relação com iniciativas voltadas ao ecoturismo, evidencia-se como uma das importantes formas de compreensão das especificidades, tanto do ponto de vista “natural” como cultural, próprias dos locais de evidente potencial turístico, colaborando fortemente para impedir a invasão do turismo predador<sup>30</sup>.

Isso porque as mulheres e os homens que aí habitam acabam por se constituir como protagonistas do processo pautados em novos sentidos sobre si e sobre o seu entorno social. Tanto como administradores das demandas pertinentes, quanto sujeitos que, por terem se apropriado de suas histórias e das do lugar, podem olhar de uma forma diferenciada para a atividade turística promovendo, então, o ecoturismo.

---

<sup>30</sup> Texto derivado do resumo apresentado no Congresso Internacional Artes, Patrimônio e Museologia - Territórios, Comunidades e Sustentabilidade, em Parnaíba/PI, 2014, como parte da pesquisa oportunizada pela Chamada pública MCTI/CNPQ/MEC/CAPES do Edital N° 22/2014 de Ciências Humanas, intitulada “Memórias do Delta do Parnaíba valorização do patrimônio, interpretação ambiental e ecoturismo de base local”, finalizada em 2016.

A pesquisa realizada na Ilha Grande dos Paulinos, estado do Maranhão, buscou coletar questões significativas às memórias e história dos moradores, bem como de seus ancestrais, reunindo elementos para elaboração colaborativa, de acordo com seus desejos e necessidades, de um projeto com foco no ecoturismo de base local.

A Ilha está localizada no município de Tutóia, MA, inserida numa Unidade de Conservação da Natureza (UC) do tipo Área de Proteção Ambiental – APA, denominada Delta do Parnaíba. Com uma população de, aproximadamente, 161 habitantes, o lugar é isolado da sede municipal. Os serviços de assistência básica à população, principalmente, os de saúde e educação, são bastante precários. A economia local baseia-se em atividades tradicionais como a pesca, a agricultura, o artesanato e cata do caranguejo Uçá, que é a de maior destaque.

Figura 1 - Imagem de satélite com a localização da comunidade na APA Delta do Parnaíba



Fonte – Google Maps

Essa região abriga uma diversidade de características socioambientais marcadas por um passado caracterizado por lutas coletivas pela posse da terra. As ações daí decorrentes e presentes na memória individual e coletiva desta comunidade, constituíram o grande ponto de destaque dentro dessa pesquisa.

Os caminhos teóricos e metodológicos percorridos tiveram como base estudos voltados ao ecoturismo e memória. A pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante e as entrevistas semiabertas com os moradores do lugar, foram os principais procedimentos adotados.

Figura 2 – Conversa no centro comunitário



Fonte: Acervo do autor

Na Ilha Grande dos Paulinos vive o senhor Manuel, 92 anos, patriarca e líder comunitário. Foi, principalmente, através dos relatos de sua própria vida que a história da comunidade foi

“retratada” em seu todo. Considerou-se, como procedimento, que a história de um único sujeito, suas memórias, pode expressar as memórias de muitos, ou seja, de um coletivo (THOMPSON, 1999, p.17).

Neste sentido, segundo Da Ros e Cruz (2011), [...] fica claro que a história é aqui entendida diferentemente da descrição de um fato, na medida em que toda história é uma construção humana. Cada sujeito é um ser histórico e produtor de história; assim, criador em diferentes graus da história coletiva.

A transcrição dos depoimentos possibilitou elaborar um texto que reconstruiu parte da história da Ilha: a que corresponde a última metade do século passado e treze primeiros anos do século atual, com registros da luta pela conquista da posse da terra e conseqüente organização comunitária.

## **O ecoturismo de base local**

Se por um lado o turismo se mostra como uma das atividades econômicas que mais cresce globalmente, mediante o movimento de pessoas em “fuga do cotidiano”, no “ciclo da renovação” ou fazendo “higiene psíquica”, metáforas utilizadas por Krippendorf (2003), por outro lado o crescimento do setor implica em transformações na estrutura física e sociais das destinações receptoras a fim de proporcionar, entre outras coisas, por exemplo, maior conforto para os visitantes. Dessa forma, a indústria do turismo cria um conjunto de componentes artificiais transformando as localidades em cenários onde as especificidades são substituídas por elementos alheios as culturas locais. Para Giddens (2002, p.22),

[...] o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza [...].

Desta maneira, as destinações passam a ser vistas como mercadorias onde o produto é pensado e elaborado para satisfazer as necessidades e aspirações do consumidor. Então, à medida que surgem novas demandas as destinações são reformuladas e incrementadas a fim de satisfazer clientes cada vez mais exigentes. Para Carlos (1999, p. 25): cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer "uso" delas.

Portanto, o turismo na tentativa de criar um ambiente favorável ao visitante onde tudo já está preestabelecido por valores, muitas vezes, comerciais acaba por torná-lo um espectador passivo. Assim, "o turismo cria uma ideia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas, mas não se estabelece uma relação com o lugar" (CARLOS, 1999, p. 29).

O lugar é, então, produto das relações humanas, ou seja, das relações sociais pela construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura que também o produzem. As pessoas se reconhecem porque aí vivem: pertencem ao lugar como esse a eles, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. O lugar pode significar tanto o espaço físico criado diante dessa relação, quanto

a construção simbólica deste espaço e, entre outras questões, da afetividade dos sujeitos e dos laços aí estabelecidos.

Sendo o turismo uma atividade impulsionada essencialmente pelo deslocamento de pessoas desde o lugar de origem ao de destino final e vice e versa, o “lugar do encontro do anfitrião com o turista, é o lugar onde seres humanos diferentes podem manter uma relação face-a-face e estabelecer uma troca de conhecimento...” (FRATUCCI, 2000, p.130). Dessa forma, para este autor, apesar da relação temporária entre visitante e anfitrião, é desejável que o contato entre ambos se dê de forma direta, sem a existência de barreiras sejam elas físicas ou simbólicas, na qual podem se reconhecer um ao outro, embora isso nem sempre aconteça. Ou seja, é desejável que haja encontro de pessoas com troca de saberes, de informações das quais ambas se beneficiem e não somente a de um vendedor e de um comprador, mediados pelas máximas de um turismo que se restringe a transações financeiras, simplesmente.

CARLOS (1999, p. 26) chama a atenção para o fato de que a indústria do turismo transforma tudo o que toca em algo artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o "espetáculo" para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem à passividade, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar e o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros. Diante disso, não há lugar e tempo de encontro entre as pessoas visitantes e as locais, há negócios que se pretendem rentáveis.

Repete-se, aí, o mesmo que acontece em qualquer outro espaço destinado ao turismo no qual foram sequestrados todas as especificidades que lhe são próprias em função dos investimentos voltados à obtenção de lucros, caracterizando algo próximo ao

que AUGÉ (1994, p. 73) chama de não lugares, aqueles que “não podem se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”. Oliveira (2006, p. 21) conclui que esses não-lugares se tornam “lugares de faz-de-conta”. Os excessos e superabundâncias existentes nos não lugares e os tornam solitários.

O turismo só pode promover um contato genuíno entre o visitante e as populações residentes do lugar quando promove a valorização deste enquanto “construção histórica” (SILVA, 2004, p.38). Esta valorização associada à preservação e a busca e recuperação tanto do imaginário como de práticas tradicionais asseguram sua autenticidade e inibem a produção de não lugares

Considerando o exposto, pode-se afirmar que o ecoturismo promove mais que o contato com a ‘natureza’, ou mais que um negócio ou espaço de comércio. Voltado não somente para as questões financeiras, portanto, tendo a cultura e as relações sócio históricas como parceiras inseparáveis de seu fazer, proporciona a vivência com as populações residentes e conseqüentemente a troca de experiências entre o turista e os habitantes do lugar envolvidos com a atividade turística assim caracterizada. É claro, que os cuidados entre as pessoas e com o lugar se torna outro se comparado com o do turismo em geral.

Considerando com LAYRARGUES (2004) que o espaço natural tornou-se o novo objeto de desejo do viajante, imbuído da necessidade de contato e alteridade com as origens, a pureza, a ordem, o ritmo e a estética natural, o ecoturismo apresenta enormes chances de compatibilização de conservação e “uso sustentável” dos recursos “naturais”, preservando-os ao máximo dentro dos limites da dinâmica da sociedade atual que demandou a criação dos chamados projetos de sustentabilidade, dadas as suas características predadoras estruturais.

Há que se considerar, também, que a *natureza* precisa ser vista, sempre, como *manifestação e alicerce* das relações humanas de e numa sociedade, perdendo assim aquele caráter que separa os seres humanos daquilo que é considerado como natural, como se fossem independentes um do outro. Por esse motivo algumas vezes nas quais se utiliza o termo natural, nesse texto, o mesmo aparece entre aspas.

O ecoturismo, como atividade que respeita os saberes e as características dos lugares deu origem a outras terminologias como “turismo comunitário”, “solidário”, “de conservação” e, mais recente “ecoturismo de base local” e não se restringe apenas aos benefícios materiais oriundos da atividade. A participação da população local é fundamental em todo processo de desenvolvimento que vai do planejamento à ação e acompanhamento no que se refere à continuidade do processo (MARTINS, 2002). Assim, o desenvolvimento local é efetivo quando a própria comunidade conduz o processo de desenvolvimento e alcança o seu bem-estar, tornando-se o agente deste processo.

A comunidade se beneficia efetivamente do desenvolvimento local quando se encontra no controle das práticas ali realizadas, sejam elas voltadas ao ecoturismo de base local ou mesmo às ações diárias de uso responsável dos recursos chamados naturais disponíveis e dos cuidados com questões socioambientais como lixo, desmatamento e ocupação desordenada a fim de que a continuidade do processo de desenvolvimento seja assegurada. É preciso dizer que a parceria dessas comunidades com instituições públicas, preferencialmente, precisa ser incentivada e considerada pelos moradores dos locais.

## Memórias de Ilha Grande dos Paulinos

A ocupação da Ilha, deu-se através da vinda de pessoas de outras localidades em busca de melhores condições de vida e que encontravam nessas terras oportunidades de subsistência de suas próprias famílias. Foi assim com a família de Seu Manuel que afirma:

- “Meus pais não eram daqui, o que motivou a vinda deles pra cá, que eles eram cearenses, moravam [...] lá na região de Camocim e aí sofreram lá uns anos secos, dizendo eles que pra lá a situação era muito difícil, aí eles passaram por um momento de necessidade de encontrar a alimentação, custo de vida, né? Aí eles desceram na banguela de lá para cá, caminhando quando dava certo e pegando a carona de algum pau de arara. Eu sei que dessa descida que eles fizeram de lá para cá, ficaram encalhados aqui na Ilha Grande [...] aí chegaram aqui e se entenderam com o pessoal que já morava aqui para arranjar um local para eles trabalharem, né? Aí, o pessoal que já morava aqui foi para o chefe que era o dono desse lugar e conseguiu, e eles se instalaram, fizeram umas barraquinhas velhas de palha mesmo. Começaram a fazer roça, e se deram bem, e até hoje eu ainda estou aqui e não tenho vontade de sair” [...]

Vale ressaltar, no entanto, que se eles foram aceitos e permaneceram na Ilha foi pelo o interesse econômico do proprietário das terras uma vez que o trabalhos dos que lá chegavam, traziam algum tipo de benefício, além de assegurar a posse da terra e ajudar a impedir a invasão de quem não era

desejado e oferecia algum tipo de ameaça ao lugar. Não era o de ajudar àquelas famílias na garantia da sobrevivência dos seus. Na verdade, como diz Seu Manuel, aceitar a instalação dessas pessoas era conveniente:

- “Porque a pessoa que era proprietária dessa Ilha, ele a utilizava arrendada, né? Porque para a gente fazer uma roça nós tínhamos que pagar a renda, pagava a renda de tudo que se produzia na roça, e aí com o interesse no volume de renda, aí as pessoas que apareciam aqui para trabalhar eles liberavam um pedaço de terra”.

Assim, a história da Ilha Grande dos Paulinos, até o ano 2000, foi marcada pela exploração da comunidade local pelos donos das terras que exigiam renda de tudo que era produzido ali dentro. Segundo Seu Manuel:

- “Olha! Aqui no passado a gente sofreu, nós sofremos muito, a gente sofreu humilhação, sofreu ameaça, a gente não tinha liberdade de trabalhar, assim como a gente tem hoje. Aqui no passado pra gente fazer uma rocinha do que a gente produzia pagava uma renda de quatro um e ainda o dever de no mês de junho abrir as roças para os gados do reideiro comer, pastar dentro das roças e essa foi a nossa vida no passado se nós ajuntava uma castanha nós tinha que pagar também”.

Várias das pessoas que habitavam a Ilha se submeteram por muitos anos a essas condições. Algumas, por não suportarem as humilhações ou devido as dificuldades de deslocamento tendo em vista, principalmente, a distância da localidade em relação às cidades vizinhas. Tinham que sair à procura de serviços básicos

que o lugar não oferecia, e, devido às dificuldades encontradas, acabavam deixando o lugar. Dessa forma, os habitantes reduziram-se bastante, como falou Seu Manuel:

- “Aqui na ilha já teve muitas famílias, aqui já morou setenta famílias, que é passando um pouquinho do dobro que tem hoje. Hoje nós estamos com vinte e nove famílias, e na época era muito mais populoso né, em termo de população, mas eram muito mais difíceis as coisas, era muito sofrido na época [...] para você sair pra fazer compras tinha que ir ou em Água Doce ou Tutóia, canoinha remando no braço pra chegar até a cidade. Para Tutóia, nesses períodos de vento forte, pouco andava, até mesmo porque é muito sacrificada a viagem, né? A travessia que é larga tinha muita onda, aliás, tinha não, tem, e aí a gente só ia mais pra Tutóia quando precisava levar assim uma pessoa que adoecia, né? Aí tinha que levar para hospital, para o médico, aí tinha que levar pra Tutóia, mas quando era para fazer compra a gente fazia mais aqui na Água Doce porque é só nos igarapés, né? [...] aí houve uma época que teve uma privação de mato, né? Que a gente não podia fazer roça [...] o convívio aqui era a roça, aí o povo saiu, foram embora, procurando outro lugar para morar”.

Essa redução dos moradores da Ilha pode ser explicada também pela falta de mobilização comunitária, pois os residentes, apesar de compartilharem do mesmo espaço e atividades, não possuíam o pensamento comum que se faz presente no termo comunidade. Assim sendo, Seu Manuel afirma:

- “Antes era diferente, cada qual pra si, não tinha essa união que tem hoje, era cada qual pra si, a pessoa ia pescar, pegava seu peixe, né? E a gente queria comer tinha que comprar como hoje é também, né? Mas, hoje a gente é mais organizado [...]

A organização das pessoas da Ilha foi o início de uma nova fase, pois, é nesse momento que eles passam de meros figurantes para protagonistas de sua própria história. Para isso, foi necessário entender que viver em comunidade não se limita apenas ao partilhar de um mesmo lugar físico ou realizar isoladamente as mesmas atividades. Assim, o povo daquela localidade foi levado a aprender a viver solidariamente, pois, de acordo com Seu Manuel:

- “A partir de 2000, no fim de 2000, foi aí que a comunidade veio a se unir, o interesse da gente e vir entender que a gente organizado é quase imbatível, antes não existia esse mutirão como a gente faz hoje, né? que quando a gente sofreu umas opressão aqui, foi ameaçado de ser despejado daqui ou morar só das paredes pra cima, que não podia pisar no chão, aí foi que a gente, eu pelo menos não ia aceitar e no momento o pessoal me deram todo o apoio, me acompanharam a situação junto comigo, a gente levou a situação para o pessoal da igreja, o pessoal da igreja nos orientou, nos ajudou, aí a gente começou a ligar para os órgãos, o INCRA, o ICMBio, a diocese do Brejo né? E graças a Deus o povo através de tudo isso soube o que é se unir para poder conquistar junto alguma coisa para a comunidade. E hoje a gente continua, nós já estamos em 2013, foi nos anos 2000 para 2001 e continuamos com a organização”.

Diante de tantas lutas, os moradores da Ilha aprenderam e ensinaram a viver mediados por questões sociais e não só individuais. Alargam-se os horizontes quando o “nós” substitui o “eu”. A valorização e ressignificação da sua própria história foi, provavelmente, o motor que acionou este movimento. Os novos sentidos gerados por e geradores de novos rumos para as pessoas que sobreviviam naquelas condições, pode-se dizer, foi fruto do enfrentamento dos conflitos que desestabilizou o grupo de moradores e provocou estranhamentos ao viver, quase que em estado de alienação de uns para com os outros e em relação à dinâmica da sociedade como um todo. A conquista de direitos protagonizou os moradores. A preocupação de Seu Manuel vai além de si próprio e dos moradores antigos da Ilha, uma vez que ele pensa nas futuras gerações:

- “A minha preocupação é dá educação para essa juventude, para essas crianças que estão em fase de crescimento, que no futuro é eles que vão administrar essa ilha, e eu dou esse exemplo para que eles não deixem que esses exemplos se acabem, né? [...] para que eles deem continuidade, vamos zelar pelo que é nosso, porque lugar [...] desse aqui pra nós a gente considera como um paraíso, eu sou muito feliz em morar aqui, ter minha vida aqui, criado meus netos, criei meus filhos aqui, não pude educar na leitura, mas ensinei a trabalhar, mas criei longe da malandragem lá de fora, aqui todo mundo é dedicado a trabalhar, pra procurar o sustento do dia a dia[...] pra carregar material pra esse colégio aqui, foi de crianças a gente adulta carregando”.

E, essa união também foi importante em outros momentos:

- “Fazer essas casas todo mundo trabalhava, crianças, adultos, o vovô, a vovó, todo mundo trabalhava. Chegava no porto com cinco mil tijolos onze horas da manhã quando era no outro dia oito horas da manhã já estava todo no local da casa [...] porque foi um pacote que nós fizemos, um acordo, a gente fazia a casa de um, terminava ia fazendo a casa de outro até chegar a última casa do projeto e foi assim que nós fizemos”.

A organização social trouxe, também, a necessidade desses sujeitos pensarem algo no que tange a conservação da “natureza”, compreendendo que esta natureza só pode ser significada na relação social. É assim, que Seu Manoel manifesta o que acontece, hoje, com o que chama de natureza:

- “[...] outra coisa que é importante que eu vejo na comunidade e que eu trabalho muito em cima disso para que a gente continue é sobre a preservação, eu acho muito importante eu vê o solo coberto pelas ervas, essa área aqui tudo era desmatada, hoje a gente andou plantando algumas coisas, como você vê está ficando tudo verde novamente. Então a importância é a gente trabalhar numa situação que não venha acabar a nossa renda [...] nós já nos organizamos sobre isso e já entendemos que nós temos que trabalhar a respeitar a natureza, trabalhar numa medida que não venha agredir a natureza pra que daqui a dez anos, vinte anos, não esteja fazendo falta pra nós, a gente limitou a roça, a gente tem a preocupação de não deixar a zangaria [...] nesse rio ai que é onde a gente mais pesca [...] eu não vou dizer só eu, porque eu

sozinho não sou nada, mas junto da comunidade a gente se preocupa em preservar a nossa Ilha”.

Essa consciência que seu Manoel, apropriadamente, reconhece como da coletividade foi construída por todas e todos: o respeito pela “natureza” foi fortalecido à medida que os moradores entendiam que a soma dos esforços e ações individuais os levariam a um futuro mais sustentável e seguro. Outra questão bastante trabalhada na comunidade diz respeito ao descarte dos resíduos sólidos e esse tema foi introduzido, principalmente, em visitas realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio:

- “Nos anos 2002, com a visita do pessoal do Chico Mendes, ele começou a nos orientar sobre o lixo, né? Aí eu fui eleito membro do Conselho Consultivo da APA Delta do Parnaíba e a partir daí eu comecei a trazer das reuniões lá comecei passar à conscientização, o tamanho da gravidade que o lixo poderá criar dentro da comunidade, [...] todos os meses pela data de último domingo do mês [...] a gente reúne a comunidade toda, né? E dentro das reuniões a gente começou a conscientizar”.

Seu Manuel acredita que o apoio que receberam dos órgãos públicos foi motivado, principalmente, pelas iniciativas da comunidade em zelar pelo lugar onde vivem:

- “[...] Nós não queremos que a nossa comunidade jogue lixo ali, porque para a gente conseguir alguma coisa [...] a gente tem que dá um exemplo, porque nem um órgão público desses vai querer ajudar uma comunidade que não preserva que não cuida bem, né? Porque é o sinal de que o investimento não dá certo

porque se a gente não se cuida bem, não cuida da área que a gente mora, se é uma comunidade que não se organiza qual é o investimento que vai vir pra cá que vai dá certo?”

Outra situação que retrata bem a força da comunidade unida foi o momento em que as mulheres se articularam para erguer um espaço que, inicialmente, seria utilizada como escola já que o espaço destinado para esse fim era pequeno:

- “As mães tiveram uma ideia de fazer uma casa, né? E essa ideia foi acatada porque quando elas levaram o assunto pra nós, elas pediram um apoio a nós homens [...] elas pediram ajuda só no trabalho de cima, podia deixar o restante de baixo que elas davam conta. E assim nós fizemos [...] nós tivemos o trabalho só de tirar a madeira de cima [...] essa outra parte aqui tudo foi trabalho delas, se juntaram aí o grupo e botaram pra cá [...] depois que estava terminada a escola funcionou aqui, aí eu me senti muito alegre em um espaço maior, né? E elas tiveram também muita vantagem com isso porque logo em seguida a prefeitura alugou essa casa para funcionar a escola e elas ficaram ganhando uma renda de duzentos reais por mês”.

Essa parceria durou quatro anos e quando um espaço maior foi construído na localidade, as mulheres tiveram que procurar outra forma de utilizar a casa que, conseqüentemente, lhes garantisse uma renda extra:

- “Elas ficaram preocupadas em saber como era que a casa ia ser daqui para frente que elas estavam com medo de não ter mais serventia porque nós já

tínhamos feito a outra casa lá [...] e eu falei com elas [...] vocês tem criar uma atividade para a casa de vocês [...] comecem aí um artesanatozinho e quem sabe isso aí vai crescer e vai dá resultado pra vocês [...] e assim elas começaram a fazer as coisinhas delas mal feitas, mas depois apareceu um pessoal [...] e viu e tentou querer ajudar, e hoje está a casa ocupada com os produtos de artesanato delas, aí de qualidade [...] elas já estão com o cimento comprado [...] pra fazer uma reforma nela todinha, e dizendo elas que os trabalhos delas não vão abandonar e a casa também não vão deixar”.

Mesmo com dificuldades, mas elas não desanimaram e persistiram na atividade a ponto de servirem de referência até mesmo para os homens da comunidade:

- “[...] parece que as mulheres não estavam com fé que fosse dar resultado, mas graças a Deus tá dando resultado e vai dar resultado porque elas encorajaram em trabalhar nesse artesanato e eu acho a organização delas, mulheres, nas atividades delas 90% a mais do que as organizações de nós homens, né? Porque os homens para sair é uma dificuldade muito grande, para ir participar de uma apresentação lá fora. E as mulheres não, nessa feira que teve em Barreirinhas foram duas foi a Cleonice e a comadre Rita, nessa agora de Chapadinha foram outras duas, que foi a Valda minha nora e a dona Concita que é minha cunhada e vai ter uma em São Luís [...] já tem duas já prontas pra viajarem [...] também que é a minha esposa e a Cleonice de novo”.

Atualmente, outro ponto que a comunidade vem considerando, diz respeito ao turismo, visando sua implantação como alternativa de renda e conservação das características naturais e socioculturais locais. No entanto, os moradores cientes dos riscos que a atividade pode causar na localidade já sabem qual o modelo de turismo que pretendem trabalhar:

- “A respeito do turismo, a gente pensa em aceitar a ideia, mas, com uma condição. Assim, que o turismo eu sempre venho observando por onde ando que tem um turismo bom [...] que eu acho que é o turismo comunitário [...] Mas tem um turismo que ele é assim um pouco meio complicado, eu já tinha observado o turista ele usa lá a droga, eu tenho observado isso por onde eu já tenho andado, e a preocupação nossa é assim. E o turismo de base comunitária, porque se o turista chega aqui é que ele respeite a tradição da comunidade [...] é não se expor, andar muito de biquíni, né, nem o homem, nem a mulher porque isso é uma coisa que a gente não concorda bem aqui na comunidade nossa. Não jogar lixo, [...] até a gente se preocupa de botar uns sacos onde tem as trilhas pra não jogar o lixo no chão, usar sempre o termo de falar palavras educadas, né? E outra coisa a gente também não tem interesse de receber turismo assim de número maior, né? No máximo doze, que seja um turismo que chegue aqui e procure a gente e tem que passar quais são as regras da comunidade”

Tais ideias relativas ao turismo sintonizam com a filosofia do ecoturismo de base local ou de comunidade, que se torna viável na Ilha como fruto da organização dos moradores do lugar

com a mediação das instituições públicas antes mencionadas. Além do mais, a Ilha possui uma cultura típica cheia de lendas que constituem um cabedal de saberes construído sob essa relação entre os seres humanos e a “natureza” resultantes de seu dia a dia, das agruras pelas quais já passaram e pelas lutas já realizadas. Seu Manoel contou algumas que incluíam visões de animais estranhos e de sinais de pessoas que se aproximavam dos moradores, sem que eles as vissem:

- “Isso aqui era tão “celebroso” antigamente, no tempo em que era só mata virgem, né? Aqui tudo era mata fechada de vez em quando estava vendo uma coisa que a gente desconfiava que não fosse coisa desse mundo [...] aqui tem alguns lugares [...] a gente andava apanhando murici, né? Ai quando se espantava surgia uma burra pampa com “calda” arrastando no chão e os olhos “pescando” fogo. E ela aparecia assim correndo na frente da gente, saindo dos pés de murici, das veredas, aí correndo para cima da gente [...] antes dela entrar nas veredas já desaparecia assim como uma fumaça [...] e agente apelidou ali, por baixa da burra [...] Aquele porto que nós chamamos porto da fazenda, ali cinco horas da manhã aparece um carneiro branco [...] aí ele surge ali dentro do mato e sai correndo assim na frente da gente e quando chega na frente desaparece [...] Lá na malhadinha, no povoado que morava treze famílias, a gente sempre tinha um time de futebol aqui tinha um e outro lá e a gente sempre se encontrava para jogar e na época o caminho era fechado [...] e quando a gente ia caminhando com o braço assim balançando e tal, quando pensava que não tinha nada, alguém pegava aqui na mão da gente e apertava, tomava aquele susto,

dava uma rebanhada, olhava, nadinha, só sentia o aperto na mão, mas não via nada”.

Nessa fala de Seu Manoel, há algo que chama a atenção: a utilização da palavra “celebroso” que, talvez, tenha sido usada para substituir tenebroso e a palavra pescando no lugar de piscando, quem sabe. Uma vez ditas, pedem uma reflexão, ainda que de maneira bem geral. Algo “celebroso”, aqui, parece ser algo que ocupa um lugar muito importante, célebre, de destaque, de peso ou fortemente amedrontador. Algo que demanda uma espécie de reverência por parte dos sujeitos coparticipantes do acontecimento. Algo que pede respeito. Seu Manoel não relata nenhum movimento de enfrentamento por dos moradores da Ilha em relação às “figuras” vistas ou sentidas. Ao contrário, aquietam-se.

Tanto a burra pampa quanto o carneiro sugerem ter poderes, uma vez que aparecem e desaparecem quando querem ou quando alguém deles se aproximava de certos lugares, sem que haja interferência humana. Eles são os sujeitos que assujeitam os moradores. A burra, além disto, “pesca fogo”. Se fogo é energia, por exemplo, ao pescar a dita retira uma certa energia e a leva consigo ao desaparecer. Os moradores enfraquecem e com isto, falta-lhes energia para serem eles os protagonistas da produção da vida na Ilha. O aperto de mão, pode selar o contrato de subserviência, ainda que eles não saibam com quem. Apenas sentem, não há ninguém que se possa ver e reconhecer.

É possível que este seja o preço a pagar por tudo aquilo que a Ilha oferece. Terra boa para o plantio, lindas paisagens, fontes que saciam a sede, rios onde se banham... Só não oferece o mando de si mesmos. Há proprietários privados na Ilha, mas esses não constituem a única questão a ser considerada. Há as lendas e crenças que os a-historicizavam. Somente nos dias atuais

é que esta situação foi revertida, pois a comunidade organizada gerencia a si própria na dinâmica do cotidiano das moradoras e moradores. É interessante ressaltar que hoje, nas falas do representante maior e reconhecido como tal pelas pessoas que lá habitam, não aparecem mais tais personagens “celebrosos”. Tudo indica que o que se celebra na atualidade da vida da Ilha é o protagonismo de seus habitantes na produção de seu viver.

Além de toda riqueza em termos de cultura (lendas, culinária, festejos) há que se ressaltar a presença dos chamados atrativos naturais com potencialidades para o ecoturismo como os banhos nas praias do Mandacaru e do Caju, que na verdade são formadas pela influência da maré no próprio Rio Mandacaru:

- “A praia do Mandacaru, ali é o ponto que a gente mais frequenta assim, não pelo banho, mas também é uma área que a gente procura alimentação [...] e quando a gente quer tomar um banho assim mais animado a gente sempre continua ainda hoje indo para o lado de lá que é a praia do Caju, fica pertinho daqui, é aquele mesmo Rio do Mandacaru”.

Esses atrativos não se qualificam somente pela beleza cênica, pois também retratam o cotidiano dos moradores locais, sejam nas atividades de subsistência ou de lazer. Outros dois pontos também bastante procurados pelos moradores como locais de lazer são pontos de banho formados por uma só lagoa, a conhecida Lagoa Grande que passou a ser denominada Lagoa do Jacaré, no povoado também conhecido como Jacaré. Tais atrativos sofrem, atualmente, consequências provocadas pelo que chamam de “inverno fraco”, ou seja, estação com poucas chuvas na localidade, nos últimos anos:

- “Passava até dez anos sem secar, parecia até assim, rio permanente [...] o inverno chegava e ela já estava cheia [...] hoje existe essa diferença que parece que ela está alterando o solo. Mesmo com os invernos bons, mas ela não passa mais o inverno cheia como ela passava antes [...] nos últimos dois anos, 2012 e 2013 como nós estamos vendo agora ela secou mesmo, não ficou água em lugar nenhum”.

Na minha infância eu nunca a vi secar, na minha infância eu lembro quando eu era bem criança com idade de cinco anos eu não me lembro de ter a visto secando. Eu a vi secar com a idade já de doze anos por aí [...] teve um ano em que foi assim meio escasso e ela secou [...] sei que no ano setenta e sete ela encheu demais, foi tanta água nessa Ilha que fazia até medo [...] era assim uma coisa bem interessante, ela jogando água para essa passagem de água aí e a passagem jogando a mesma água para ela de volta [...].

Mesmo assim, torna-se importante mencionar que além de ser um atrativo natural expressivo, o que torna essa lagoa um atrativo com potencial turístico é a sua história que está guardada na memória da comunidade. Resta saber que ações farão os moradores, agora organizados socialmente, para objetivar algum projeto turístico numa ou noutra situação (muita seca ou o contrário). Houve situações nas quais o excesso de chuva alterou a condição que apresenta quando o inverno é “fraco”. Como as condições climáticas têm variado muito, mesmo com a realidade atual de seca, é possível que se assista o contrário.

Diante do exposto, pode-se concluir que além do patrimônio “natural”, lembrando que ele é sempre social, pois sempre o consideramos em relação à vida social de seus moradores - portanto, natureza humanizada - há toda uma cultura

bem particular, específica que singulariza essa Ilha. Soma-se a sua paisagem frondosa as ações dos moradores nesse espaço ao longo de sua história e que hoje povoam a memória de Seu Manoel:

- “Há um ditado que diz que Deus escreve certo por linhas tortas, né? E foi isso que para nós aqui deu resultado, porque quando pensavam que iam botar nós aqui para fora em dois tempos, né? Nós nos fortalecemos e criamos forças e combatemos, e hoje, graças a Deus que de pé, nós fazemos nossa roça onde nós queremos, o que nós produzimos é nosso, não pagamos renda pra ninguém, nós damos ou vendemos pra quem nós queremos, nós juntamos nossa castanha, nós pescamos nosso peixe, tiramos nosso caranguejo [...] então nós estamos em um período de liberdade e essa liberdade nós não vamos perder. Foi muito problema, a união faz a força”.

Essa nova organização social, mesmo que necessariamente atrelada aos mandos da sociedade capitalista, transformou a vida da e na Ilha. Mas há muito caminho a percorrer. Ainda que tenham se protagonizado como sujeitos da dinâmica desta transformação é preciso considerar que ela possui os limites que as “leis” desta sociedade ditam e que a autonomia e a liberdade festejada por Seu Manoel, é relativa. É preciso considerar, também, que os moradores da Ilha precisarão aprender a lidar com estas leis que são, na maioria das vezes, perversas.

## **Algumas considerações**

As preocupações sobre a conservação das especificidades locais como forma de combater a padronização dos lugares, questão que caracteriza a quase totalidade dos atrativos turísticos, tornando-os no que os estudiosos chamam de não-lugares, têm recebido um lugar de destaque nas discussões institucionais. Diante disso, as ações que envolvem o Ecoturismo de Base Local devem, antes de propor esse modelo de turismo, conhecer e fortalecer a base local, pois o desenvolvimento de quaisquer atividades, seja ela turística ou não, implica na aceitação e engajamento da comunidade nas mesmas. E essa não é uma “tarefa mecânica”. É, antes, um movimento que demanda participação cooperada por parte de todos nela envolvidos, sejam os habitantes do lugar os proponentes do Ecoturismo de Base Local. Se os últimos precisam aceitar a realidade do local, contribuindo para a transformação de algumas questões consideradas, conjuntamente, por estes e pelos moradores do lugar, tais moradores precisam estar munidos de informações e conhecimentos sobre as concepções e propostas de ação deste tipo de turismo. Eles precisam, de sua parte, serem aceitos, sim, mas também aceitarem ou não aquilo que vem “de fora”.

Nesse sentido, não existe desenvolvimento local se a chamada comunidade está ausente deste processo. Só assim, os atrativos naturais serão capazes de atrair ecoturistas, pois ao que se considera como recurso natural estarão somados aos aspectos culturais locais. O ecoturista, em sua definição primeira, está interessado na vida do lugar e não na simples compra e venda da paisagem, por exemplo, como muitos turistas da atualidade. E esse é o grande desafio, pois as comunidades tradicionais ficam vulneráveis às ações externas e nem sempre conseguem enfrentar as novas situações postas pelas forças econômicas que

transformam seus lugares em não-lugares. Isto porque a padronização e descaracterização do lugar ocupa um posto de destaque em tais iniciativas-

Assim sendo, seus traços originários aos poucos vão sendo substituídos por outros que não possuem sintonia com a localidade. Considera-se que os habitantes dos lugares não podem permanecer isolados, estagnados e voltados somente à sua realidade. Ao contrário, é necessário que todos e todas, alarguem suas visões, se for o caso, mas é necessário também que se estabeleça um diálogo entre aquilo que lhes é próprio com aquilo que transita na sociedade em geral. Nesse sentido, a comunidade de Ilha Grande dos Paulinos, preocupada com as transformações que um turismo desordenado apresenta, começa a reagir discutindo suas consequências. A mesma e inovadora atitude de resistência, quanto a alguns pontos de suas vidas na Ilha antes da mudança atual, e que muito contribuiu para tal, precisa ser renovada a cada contato com os visitantes ou investidores.

Montenegro (apud MEIHY, 2002, p. 71) afirma que “a questão da identidade é indissociável da memória”. Assim, a identidade imprescindível à caracterização do lugar, esclarecendo que a palavra identidade não é tomada, aqui, como algo contrário ao movimento necessário ao processo de mudança histórica, pode ser alimentada pelos traços da história da Ilha que somente são possíveis de analisar recorrendo à memória dos moradores, uma vez que estes são portadores deste patrimônio intangível da comunidade.

A prática do ecoturismo numa localidade requer, necessariamente, o entendimento de que a mesma não se constitui como algo salvacionista em relação aos problemas socioambientais e econômicos locais. Nesse sentido, o ecoturismo direcionado pela base local, mostra-se como uma

alternativa para a conservação ambiental e cultural se estiver atento à participação dos moradores do lugar nas decisões e ações a serem implementadas nesta direção. A protagonização dos mesmos, por certo, não acontecerá se estiverem desligados de sua própria história como parte da história como um todo. Talvez, assim, ações como o necessário incremento da renda através da prestação de serviços pelos próprios moradores do lugar, possa ser viável sem que o mesmo se transforme em não-lugar, ou seja, um espaço caracterizado pelas marcas econômicas que igualam os atrativos turísticos pelas máximas do mercado.

As raízes do Ecoturismo de Base Local vão mais além, uma vez que visa promover o contato direto com culturas diferentes e, conseqüentemente, a troca entre costumes e saberes entre visitantes e comunidade receptora. Nesse sentido, essa prática também pode contribuir para a construção da “identidade” local, mas, essa troca tem que ser benéfica para ambas as partes.

Tal atividade não pode ser vista como vilão que chega às comunidades e transforma suas estruturas, mesmo que a identidade local seja entendida como um processo de construção constante, tão dinâmica quanto àqueles que a detém, a participação consciente de todos e todas nesse processo é fundamental. Nesse sentido, a história oral pode contribuir para que a comunidade compreenda e se posicione em relação às transformações necessárias e cabíveis à sua própria história. Para Thompson (1992, p. 21):

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas [...] por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história.

Assim sendo, a história da Ilha Grande dos Paulinos registra fatos e experiências importantes que devem ser considerados, tanto para que as gerações futuras tenham acesso e deem continuidade às mesmas, se for o caso, como para propostas de Ecoturismo de Base Local. A história de luta pela conquista da posse e gestão das terras, guardada na memória de seus moradores, figura como principal fomento para a implantação de um turismo não predatório e, conseqüentemente, para a preservação e valorização do lugar. Lugar que só pode ser compreendido como tal na medida da participação de todos e todas na construção histórica e social do mesmo.

## Referências

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade* / Marc Augé, tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DA ROS, J.P. E CRUZ, W. F de O. *Memórias do lugar: o turismo na Ilha do Campeche*. Revista Psicologia & Sociedade; 23 (3): 625-633, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/21.pdf>> Acesso em outubro de 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: yazigi, Eduardo (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2.ed. Sao Paulo: hucitec, 1999. 241p. Vol. 21 no. 3.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico. *Geographia*– Ano. II – No 4 – 2000. Disponível

em:<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/45/43>>.Acessado em 03 dez. 2013.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KRIPENDORF, JOST. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Jost Krippendorf (tradução Contexto Traduções). São Paulo: Aleph, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. In: *Boletim Técnico do Senac*. Volume 30, nº1.jan./abr. p. 39-45. 2004. Disponível em:<<http://www.senac.br/BTS/301/boltec301e.htm>>. Acessado em 20 dez. 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, Set. 2002.Universidade Católica Dom Bosco.

OLIVEIRA, Rafael Almeida de. *O turismo e a criação de não-lugares: Um estudo de caso sobre a cidade de Dubai*. Belo horizonte, 2006

SILVA, Juremir Machado da. O lugar e o não-lugar no turismo. In: *Um outro Turismo é possível!* {Suzana Gastal, Marutschka Martini Moesch, (orgs.)}.—São Paulo: Contexto, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*/Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

# **TURISMO, DESENVOLVIMENTO E REDES: REFLEXÕES SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS - APACC (ALAGOAS-PERNAMBUCO)**

*Celso C. Gomes*

*Fernando Luiz Araújo Sobrinho*

## **Considerações Iniciais**

O presente artigo tem como objetivo discutir teoricamente a relação do turismo, desenvolvimento e as redes geográficas, tendo como foco as áreas naturais protegidas, neste caso, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais - APACC. Por conseguinte, a análise será norteada por breves considerações a respeito da questão ambiental, com intuito de percorrer da escala global para a local, e, assim, compreender o processo construtivo da pauta ambiental, da mesma forma que verificar as dificuldades e possibilidades de gerenciamento dos conflitos e contradições para equilibrar ações e execuções sejam de políticas públicas ou de inserções de atividades econômicas numa perspectiva de sustentabilidade.

Uma vez compreendido o desenvolvimento, será relacionado com a atividade turística na expectativa de contribuições para a sustentabilidade (SACHS, 2004; FOLADORI, 2001; 2007), especialmente, quando a atividade é desenvolvida em áreas naturais protegidas, isto é, analisar os conceitos e inter-relações que as Unidades de Conservação - UCs têm de fomentar a economia local, ao mesmo tempo em que pode

contribuir para segregar do ponto de vista sócio espacial, por isso caracterizar o planejamento e a gestão do território contíguo e de influência das UCs para adentrar na complexidade das relações sociais de produção e reprodução desse espaço.

Por fim, analisar o conceito de redes geográficas e suas conexões com o território, haja vista a formação do território-rede, apesar de ser configurado em um território-zona (HAESBAERT, 2004) da UC e devido à contiguidade da área em questão.

## **Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade**

A atividade turística surge da apropriação do espaço por meio de intenso dinamismo das relações sociais de produção e reprodução no processo de territorialização que transforma e ressignifica o território para atender à lógica constituída pelos interesses do capital. Este movimento de utilização dos recursos naturais, sociais e culturais do espaço contribuem para o surgimento de conflitos, contradições e antagonismo que podem afetar o desenvolvimento da atividade turística.

A complexidade do turismo, por conta que, permeia as esferas econômica, social e ambiental faz emergir as preocupações com a gestão turística, haja vista destacar o manejo dos recursos e a preservação da integridade para as próximas gerações, no entanto HANAI (2012, p. 211) maximiza esta perspectiva e destaca que a gestão do território pode ser ampliada a partir dos

[...] princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade. (HANAI, 2012, p. 211)

O entendimento de Hanai (2012) sobre o desenvolvimento turístico sustentável destaca a importância de um adequado planejamento e gestão da atividade, de maneira que serão minimizados impactos provenientes dos usos desses recursos paisagísticos pelo turismo.

O planejamento e a gestão do turismo são etapas indispensáveis no desenvolvimento da atividade (RUSCHMANN, 2012), pois são requisitos que podem conduzir para que o setor turístico tenha atratividade por meio do ambiente equilibrado e contribua com benefícios sociais e econômicos, isto é, o desenvolvimento do turismo perpassa pelo entendimento da sustentabilidade e da complexidade das variáveis envolvidas com a atividade, conforme destacam Irving e Sancho (2005, p. 2) e reforçam que “a discussão da sustentabilidade, em sua perspectiva global, se consolida como um dos temas centrais na atualidade no debate do turismo como fenômeno complexo”.

O poder público utiliza de um discurso de que o turismo pode propiciar o desenvolvimento, no entanto os resultados que têm sido verificados apresentam, apenas, crescimento econômico, isto é, acumulação de capital e fortalecimento das grandes corporações do turismo, enquanto a população local é expropriada, explorada e segregada, contribuindo assim para a acentuação das desigualdades sociais.

O discurso desenvolvimentista é a padronização para a implantação do turismo, especialmente, por parte das esferas públicas, mais articulada com o mercado que utilizam o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos, como também no sentido da sustentabilidade, no intuito de apoio para a inserção do turismo.

Ressalta-se que a lógica capitalista é estabelecida como propulsora do crescimento econômico, nesta conjuntura, pelo turismo, pode-se inferir como uma primeira fase para o desenvolvimento, pois deve seguir-se à melhoria da qualidade de vida ao invés de convergir, apenas, no acúmulo de capital, até porque, como já ressaltado, o turismo abarca as dimensões econômica, social, ecológica e cultural, por isso que se deve buscar uma perspectiva ampla do desenvolvimento, tal qual destaca Sen (2000)

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumento especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importantes, em vez de restringi-la a alguns dos meios, que inter alia, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000, p. 17-18).

Sabe-se que enfrentar a lógica capitalista na busca do desenvolvimento concentrado na perspectiva das liberdades humanas é adentrar um palco de conflitos e contradições entre o equilíbrio ecológico, a justiça social e o crescimento econômico que precisam ser estabilizados para evitar os efeitos antagônicos, embora seja possível a gestão do território com ações que

justificam e concentram as expectativas para o desenvolvimento equitativo em busca da liberdade, segundo Sen (2000, p. 71) “Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco”.

Destacadamente é imprescindível que haja o envolvimento dos atores sociais na construção do desenvolvimento, somente assim as perspectivas de liberdade poderão ser garantidas, em virtude de que são os verdadeiros conhecedores do território, apesar de envoltos no processo de territorialização que naturalmente é gerenciado pelo Estado e possuem interesses distintos e, por vezes, escusos que notadamente atendem às pretensões do mercado capitalista, entretanto as ações diversas devem reverberar em benefício para a sociedade.

De forma geral, a mercantilização dos recursos naturais, neste caso, a utilização da paisagem como atrativo turístico para atender as perspectivas deste setor corrobora com o funcionamento do modo de produção vigente, com isso possibilitando uso e abusos, bem como o desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988). Consequentemente, é necessário discutir as relações sociais de produção e reprodução no território, considerando que as soluções técnicas e tecnológicas não dão conta das adversidades que surgem no desenvolvimento da atividade turística; assim, entender as relações entre o homem e natureza pode contribuir para a diminuição dos problemas ambientais.

Para findar, as discussões sobre sustentabilidade, desenvolvimento econômico, sustentável, social, assim como o crescimento econômico deixa-se claro que o presente artigo é norteado nos preceitos do desenvolvimento como processo de expansão das liberdades (SEN, 2000) e que esteja alinhado aos

pilares da eficiência econômica nas relações de produção, aliada à justiça social atrelada às melhorias das condições sociais e, por fim, a prudência ecológica por meio da proteção ambiental e uso condicionado ao equilíbrio ecológico (SACHS, 1986; 2004), do mesmo modo que Sachs (1986; 2004) destaca, como tripé do desenvolvimento, isto é, que deve ser concomitantemente incluído socialmente, sustentável, no contexto ecológico e sustentado do ponto de vista econômico, tornando-o economicamente viável.

No âmbito da territorialização turística o conceito de desenvolvimento pode não permitir o entendimento das especificidades no âmbito da escala local porque são oriundas da dinâmica produtiva local, embora haja conexões com a economia globalizada, por esse motivo e também a mudança da escala global para a local que se discutirá o desenvolvimento local como forma de aproximar a escala para uma melhor compreensão da territorialização e turistificação do território turístico da APACC.

Na escala local, é que se materializa a territorialização turística e são desenvolvidos os conflitos, contradições e antagonismos que são originados pelos múltiplos usos do território, da mesma forma que as especificidades ficam latentes, com isso alavanca a necessidade de gestão do território, a fim de dirimir a maximização de impactos ambientais negativos e potencialize o desenvolvimento local que segundo Buarque (2002),

[...] pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar

e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e a condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002, p. 25)

Para Buarque (2002) é um processo de transformação social com vistas a organização dos atores locais nos processos decisórios, de modo a empoderá-los e potencializá-los, de acordo Endlich (2007, p. 11), “[...] o desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras”. Destaca-se também que o desenvolvimento deve estar pautado em transformação consciente da experiência local e regional, ou seja, preocupando-se com o presente e as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento local de Buarque (2002) engloba a conjuntura econômica, social e ecológica, preconizando assim um processo pautado na sustentabilidade, isto é, inclui a força do “local” para contribuir com o desenvolvimento sustentável, inclusive abordando a mobilização das pessoas e das instituições pela transformação socioeconômica das populações locais.

As particularidades, conflitos, contradições são materializados no território turístico, destacadamente no âmbito local, apesar de sofrer influências globais, por esta razão que a escala local é a que apresenta as singularidades da dinâmica produtiva do turismo, portanto compreender o desenvolvimento, com cerne no local, favorece entender a totalidade espacial, sendo assim será utilizado o conceito de desenvolvimento local

(BUARQUE, 2002, 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012) para verificação das relações de produção local, e paralelamente, o entendimento do desenvolvimento (SEN, 2000; SACHS, 1986; 2004) numa amplitude de escala global, nacional e regional para a análise dos aspectos gerais.

## **Turismo em áreas naturais protegidas: o caso da APACC**

No Brasil as áreas naturais protegidas têm múltiplos usos dos seus territórios, contudo destaca-se, especialmente, a atividade turística que tem alavancado economias locais por meio da utilização dessas UCs. No ano de 2018, verificou-se um total de 12,4 milhões de visitas com um aumento de 15,9% em comparação a 2017 (ICMBIO EM FOCO, 2019, p. 6-8), os Parques Nacionais da Tijuca, de Iguaçu e de Jericoacoara foram respectivamente os mais visitados com 71% das visitas nas UCs do Brasil.

Percebe-se a evolução no número de visitas nas UCs brasileiras, em virtude de que os investimentos realizados em infraestrutura, sinalização, melhorias de acesso, divulgação e a sensibilização ambiental que tem acontecido no mundo e no Brasil contribuem para o aumento do fluxo de visitantes (ICMBIO EM FOCO, 2019), elevação dos gastos e receitas provenientes da relação do turismo com essas áreas naturais protegidas, sem sombra de dúvidas, é de significativa importância para a economia local, como também nacional.

As demais categorias de UCs brasileiras também obtiveram aumento no número de visitantes, dentre estas estão a Reserva Extrativista do Arraial do Cabo (RJ), com 1,15 milhões de pessoas, o Monumento Natural do São Francisco, com mais de

658 mil turistas, e a Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha com mais de 541 mil visitantes. Destaca-se também a nona colocação da APA Costa dos Corais – APACC que teve em 2018 cerca de 297 mil visitantes, ocupa a nona colocação no número de visitas entre todas as UCs do país (ICMBIO EM FOCO, 2019, p. 6-8).

A visitação nas UCs brasileiras contribui para o reconhecimento e valorização das áreas naturais protegidas, proteção ambiental e a estimulação econômica, em virtude de que há uma intensa movimentação financeira advinda do fluxo turístico nesses espaços, entretanto da mesma forma que podem contribuir para o desenvolvimento, também dinamizam impactos negativos ao ambiente. De forma geral o fluxo turístico em UCs tem aumentado a cada ano e potencializado a economia nacional, regional e local, todavia simultaneamente aumenta a complexidade de gestão das áreas naturais protegidas pelos distintos interesses.

As UCs têm múltiplos usos do território, como já destacado, um dos principais é o turístico que se apropria do espaço e o transforma em território turístico (KNAFOU, 2001; FRATUCCI, 2008), de maneira que as funcionalidades dos objetos e do sistema de ações contribuem para atender aos fixos e fluxos do turismo (SANTOS; SILVEIRA, 2006) permitindo que a dinâmica produtiva e as relações de poder econômico e social sejam permeadas por esta dinâmica e corroborem com a atividade turística.

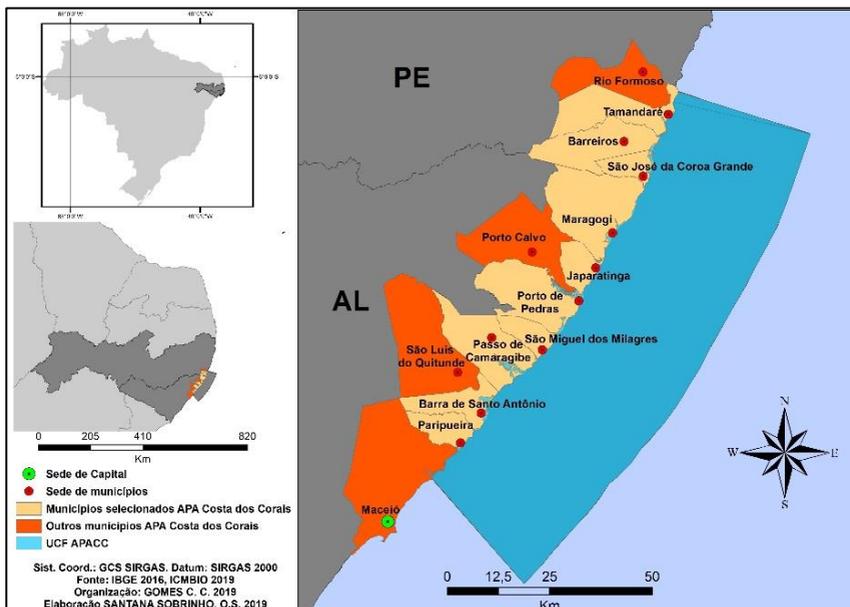
A relação do turismo em áreas naturais protegidas reflete-se antagonicamente porque o espaço de proteção é o de utilização, de modo que conciliar os múltiplos usos da UC é tarefa complexa pelo nível de riscos ambientais que estão envolvidos (LYRA, 1997; CARPI JR, 2011). Destaca-se que apesar dos conflitos que

podem surgir na utilização desses espaços a interação e visitação são pontos importantes para a sensibilização ambiental, valorização, empoderamento, mas também oportunidade para o desenvolvimento dos atores locais envolvidos.

Nas UCs categorizadas como APA, os riscos ambientais poderão aumentar, já que neste caso são áreas naturais protegidas que estão envolvidas em intensa ocupação humana e não há necessidade de desocupação, somados a estas características, ainda se tem os múltiplos usos desse território que podem agravar a vulnerabilidade ambiental, por conseguinte conciliar e gerir as características e fatores é tarefa fundamental para a minimização dos riscos ambientais e maximização da proteção ambiental.

No caso da APACC, os riscos ambientais são mais evidentes por se tratar de uma área natural marinha com a presença de uma extensa barreira de corais, praias, mangues, restingas, santuário do peixe boi marinho, etc., além disso, composta por um território contíguo e de influência que abriga 11 (onze) municípios que são dinamizados pelo uso turístico (mapa 01).

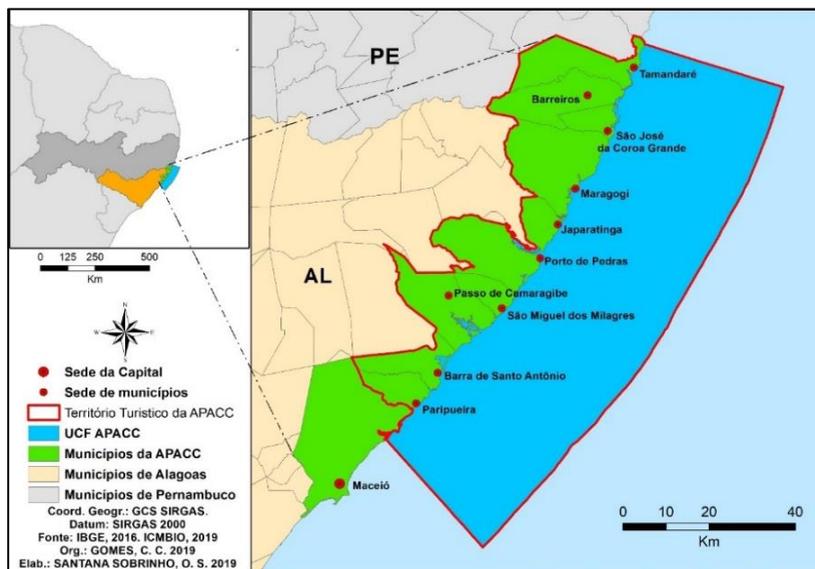
## Mapa 01 – Mapa de localização da APA Costa dos Corais – APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019.

O território turístico da APACC está localizado no Litoral Norte de Alagoas e no Litoral Sul de Pernambuco, mais precisamente entre a foz do Rio Meirin, no município de Maceió/AL, seguindo pela linha de praia até a foz do Rio Formoso, na praia dos Carneiros (Mapa 02), no município de Tamandaré/PE (ICMBIO, 2013).

## Mapa 02 – O território turístico da APA Costa dos Corais – APACC.



Fonte: IBGE, 2016; ICMBIO, 2019.

A APACC ocupa a nona posição em número de visitantes no Brasil, logo, a fragilidade ambiental está conectada ao uso turístico, mas também à dinâmica produtiva local oriunda de múltiplos usos do território como a agricultura, a pesca, o comércio e o turismo que têm despontado como uma das principais atividades econômicas do território da UC.

É uma a relação antagônica que acontece na APACC porque, ao mesmo tempo em que promove a proteção ambiental, em especial, dos recifes de coral, o estímulo à visitação por meio do turismo contribui para elevar os riscos ambientais, apesar de que se tem, como objetivo, o desenvolvimento local pautado nas expectativas de preservação do ambiente, contudo, sabe-se que o uso indevido sem respeito à capacidade de carga, o pisoteio etc., podem corroborar para o aumento dos riscos ou mesmo torná-los impactos severos à UC.

Diante dos riscos ambientais de desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas, deve-se articular o planejamento (RUSCHMANN, 2012) e a gestão em todos os níveis governamentais, com o intuito de minimizar os problemas e conflitos socioambientais. Portanto, inserir a população local na participação de tomada de decisões de utilização das UCs para fomentar o turismo, do mesmo modo que possibilitará a proteção, benefícios sociais e econômicos para, com isso, minimizar os riscos ambientais.

Infere-se que a tomada de decisão por meio da participação ativa, articulada e dinâmica da população local, com certeza, é minimizar riscos e impactos ambientais, bem como conflitos socioambientais, pois conhecem as especificidades locais o que contribui para planejar adequadamente a inserção, manutenção e crescimento de atividades econômicas alinhadas as necessidades socioeconômicas, ecológicas e culturais da localidade, de forma que o equilíbrio das ações pode maximizar efeitos positivos para o território, sobretudo, quando o mesmo é uma UC de uso sustentável.

É notório que o desenvolvimento de atividades econômicas, como o caso do turismo, em áreas naturais protegidas e que legalmente são de uso sustentável, já se inicia,

de certo modo, a partir de conflitos entre o uso, a proteção e o abuso, isto é, os objetivos são delineados para proteger o ambiente e diminuir riscos ambientais, mas a legislação indica a utilização sustentável como garantia de melhoria de qualidade de vida da população local dentro e no entorno da UC. Portanto, o planejamento adequado pode dirimir os conflitos, evitar os riscos ambientais e não ocasionar os impactos ao ambiente.

### **A formação da Rede Geográfica da APACC**

O conceito de rede perpassa por diferentes ciências e significados, bem como apresenta certa complexidade pelo grande número de elementos que estão imbrincados neste, de maneira geral há uma disseminação de conceitos, especialmente, no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; 2001), período denominado de globalização, pois as relações sociais de produção têm, como premissa, a fluidez e rapidez dos movimentos internos e externos no espaço, de forma que o tempo passa a ter maior significância nesse processo, embora não haja o desencaixe do espaço-tempo (BAUMAN, 2001, SANTOS, 1997; MASSEY, 2005).

As pesquisas de Musso (2004) analisaram a gênese, a história, a formação antiga e moderna das redes, bem como a vulgarização conceitual na contemporaneidade, dessa maneira, “a noção de rede esteve associada a duas principais referências até o final do século XVIII (a técnica e o organismo), produzindo dois campos de representações” (COELHO NETO, 2013, p.20).

As metáforas da origem da rede conduzem para a mesma definição etimológica da palavra, isto é, “originária do latim *retis* designa um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós,

remetendo-se a técnica do artesanato e a fabricação de tecidos (COELHO NETO, 2013, p.22), deste modo e “para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social” (MUSSO, 2004, p. 34).

De acordo com Corrêa (2011), a rede social, no período contemporâneo, sofreu rupturas, modificações e transformações que contribuíram para subsidiar a formação de outros tipos de redes, neste caso, destaca-se a rede geográfica que tem como característica principal a “espacialidade, expressa em localizações qualificadas e com interações espaciais entre elas” (CORRÊA, 2011, p. 201), conseqüentemente, qualificando a rede social em termos geográficos, todavia não se pode distinguir de outras redes.

A sociedade contemporânea tem vivenciado um espaço constituído pelo elevado quantitativo de redes que foram estimuladas pela fluidez dos fluxos e adaptações dos fixos a partir da inserção de uma densidade técnica que é marcante do período técnico-científico informacional (SANTOS, 2006), também denominado de global, visto que a fase do capitalismo informacional foi potencializada pelo advento da internet que propiciou um espaço mais fluído e ágil interconectado na esfera global, segundo Castells (1999) “a sociedade em rede”.

Em vista disso, as redes são interessantes e complexas por possuíram uma elevada capacidade de articulação de suas ações no contexto da divisão territorial do trabalho estabelecida em função da mesma, com isso permite “que os subespaços, ou seja, as regiões e lugares se especializem em um tipo de produção específica, o que requer mais movimento material e mais fluxo de informações” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 218).

As articulações e complexidades das redes se dão em tempos, parcerias e variadas escalas, podem acontecer nas escalas planetária, nacional ou local e sua dinâmica pode contribuir para a ordem ou a desordem e em ritmos variados das relações sociais de produção do espaço, já Santos (1999) ressalta que

As redes são, ao mesmo tempo, globais e locais. São globais porque cobrem todo o ecúmeno e, na verdade, constituem o principal instrumento de unificação do Planeta. Mas elas também são locais, já que cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais. No lugar, elas servem ao trabalho e ao capital (vivo) e determinam a sua natureza. (SANTOS, 1999, p.14).

De acordo com Santos (1999), fica evidente a inter-relação da lógica de produção capitalista sejam em redes locais ou globais e na maioria das vezes com a intermediação do estado, cujo intuito é dinamizar a economia, entretanto, muitas vezes favorece à segregação socioespacial, pois os agentes sociais de produção estão territorialmente dispersos, a competitividade fruto da lógica do capital e do mercado cooperaram para que as redes se efetivem a partir de pontos específicos do território (PEREIRA; KAHIL, *op. Cit*).

A partir da análise realizada por Santos (1999), sobre as redes, é possível inferir que independente do território ser contíguo ou não, os fluxos de capitais, pessoas, veículos etc., com certeza, acontecem horizontalmente e verticalmente, pois há complementaridades que envolvem os fixos e fluxos dessa rede, posto que o movimento que permite a troca entre os fixos é oriundo da dinâmica produtiva no contexto local, como também

global, a dependência será do tipo de lógica do capital estabelecido.

As redes possuem dimensões que são básicas e independentes, contudo, que se articulam mutuamente, por isso, a complexidade das ações. No caso da rede geográfica, segundo Corrêa (2011, p. 205), apresentam três dimensões: “a organizacional, a temporal e a espacial”, que estão em constante relação e movimento com a sua estrutura interna, o tempo e o espaço.

A formação de um recorte regional depende de fatores diversos, mas, sobretudo, da constituição de uma rede geográfica, segundo Castells (1999, p. 498) é “um conjunto de nós interconectados”, sendo o nó “o ponto no qual uma curva se entrecorta”, noutra passagem, o autor destaca que, para concluir qual a representatividade deste nó, apenas verificando a complexidade da estrutura da rede e do tipo de rede concreta que esteja sendo analisada. A região pode ser composta por diversos nós que devem estar articulados, contínuos ou mesmo descontínuos, visto que a essência da rede está no processo de interligação.

A forma como as redes funcionam dependem das interligações, isto é, seus nós são fomentados pelos fluxos de informações, mercadorias, capital, etc., acordo com Pereira (2015, p. 7), “As redes funcionam como artefatos técnicos implantados em determinado espaço com o objetivo de exercer um poder de conexão de pontos e de passagens de fluxos”. Logo, potencializam as relações de produção econômicas, sociais e espaciais, neste caso em questão, impulsionadas pelo turismo.

A infraestrutura e rede técnica presentes no espaço estimulam que os fluxos econômicos, sociais e espaciais

aconteçam dinamicamente e dialeticamente a partir dos fixos e fluxos dessa rede geográfica. De acordo Castells (1999, p. 566), “as redes como estruturas abertas capazes de expandir-se de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”.

As redes geográficas configuram e são constituídas pela “[...] nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497). Logo, o território turístico da APA Costa dos Corais – APACC está agrupado em duas regiões turísticas (MTUR, 2013) como já destacado, composta por 11 (onze) municípios, constituindo, de forma preliminar, uma rede geográfica com a presença das características comuns de nós, articulações, integração e centralidade.

A perspectiva da regionalização demanda que os fluxos (SANTOS, 1996) tenham como característica a intensa fluidez no território. segundo Santos (1996, p. 218), trata-se de uma das características da contemporaneidade, em virtude de que exige “fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade”, não sendo diferente para a atividade turística, visto que os fixos e os fluxos se impulsionam no sentido de fortalecimento da rede, mas também da concentração e dispersão pelo espaço (SANTOS, 1999).

De acordo com Haesbaert (2002, p. 133) “[...] a relação entre redes e territórios é permanente e indissociável”, destarte, “[...] a estrutura social em rede pode atuar como um elemento fortalecedor do território (vide as redes de infraestrutura no interior de um Estado Nação)”. Importante destacar que apresenta intenso fluxo entre os fixos (SANTOS, 1999) provenientes da

mobilidade e dinâmica reticular desse território e não se trata somente de áreas contínuas de território-zona, da mesma forma que áreas descontínuas de territórios-rede, de acordo com Haesbaert (2004)

Enquanto os territórios-zona aparecem centrados em dinâmicas sociais ligadas ao controle de superfície ou à difusão em termos de áreas (em geral contínuas), utilizando prioritariamente o recurso a limites mais exclusivistas ou a “fronteiras” bem demarcadas, nos territórios-rede a lógica se refere mais ao controle espacial pelo controle dos fluxos (“canalização” ou dutos) e/ou conexões (emissores, receptores e/ou simplesmente reais). Uma característica muito importante é que a lógica descontínua dos territórios-rede admite uma maior sobreposição territorial, na partilha concomitante de múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 307)

É uma lógica que se estabelece descontinuamente pelos territórios fortalecendo a dinâmica de trocas de fluxos entre os fixos e permite retroalimentar o território-rede, assim alimenta a lógica produtiva instituída nesse território, por esta razão os fixos tornam-se “os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”, já os fluxos constituem “o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1997, p. 77).

As redes têm a capacidade de, simultaneamente, territorializar e desterritorializar, igualmente reterritorializar o espaço configurando novos territórios, a partir do fortalecimento e intensidade dos fluxos que circulam na rede “tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de

territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios (HAESBAERT, 2004, p. 294). Por conseguinte, o processo de territorialização constante pelo poder de circulação e reestruturação que os fluxos de informações, comunicações, capital etc., possibilitam nos fixos, entretanto, são fixos de novos territórios.

Destaca-se que compreender as redes perpassa pela análise da sua densidade técnica, seus fluxos, fixos, estrutura e dinâmica que apresentam complexidade porque envolve aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais que podem ser transformados significativamente na territorialização por meio da intensa troca de informações, capitais etc., sobretudo, quando coligado ao turismo em território de unidade de conservação, isto é, uma territorialização turística que por conta da proteção ambiental incita o desenvolvimento do turismo, de modo que são construídos territórios turísticos, como é o caso da APACC no Litoral Norte de Alagoas e Litoral Norte de Pernambuco.

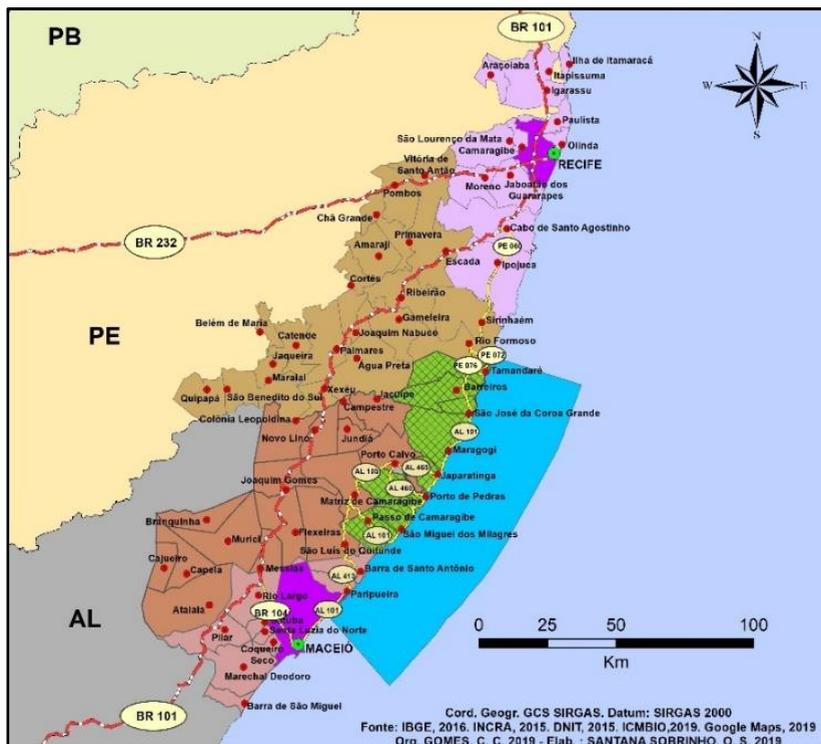
O Ministério do Turismo (2013) implementou duas regiões turísticas nesse território da APACC, são elas: Região Turística Costa dos Corais; Litoral Norte de Alagoas; e Região Turística, Histórica Costa dos Arrecifes e Manguezais, Litoral Sul de Pernambuco, deixa claro a existência de um território turístico que foi dividido para atender aos critérios utilizados, entretanto, trata-se de um território-zona que constitui uma dinâmica de território-rede (HAESBAERT, 2004) tanto pelos fluxos de turistas e capitais advindos de outros municípios, estados, regiões, como também do mundo, além disso, dentro do território, a intensa troca de fluxos para atender às especificidades locais de serviços de hospedagens, comércio, náuticos, alimentação, transportes etc.

O território turístico da APACC tem sido favorecido por uma dinâmica reticular existente, no entanto, sem estruturação e estimulada pelos fluxos de turistas, comunicações, informações etc. (mapa 03), advindos, especialmente, das capitais mais próximas da UC (Maceió/AL e Recife/PE), igualmente por municípios turísticos fora do território-rede (HAESBAERT, 2004) em questão, é o caso de Ipojuca/PE através do destino turístico Porto de Galinhas, bem como dinamismos por meio de destinos indutores que estão dentro dessa área, são os casos de Tamandaré/PE, particularmente impulsionada pela Praia dos Carneiros, e Maragogi/AL que é o segundo maior destino indutor do Estado de Alagoas.

Segundo Hall (2001), as redes potencializadas pelo turismo, vêm sendo utilizadas como um meio de assimilar a dinâmica social de relações existentes e também no planejamento turístico. Na atividade turística, são criados roteiros, produtos e pacotes turísticos que conectam os destinos de maior demanda, neste caso, as capitais Maceió/AL e Recife/PE, seguidos dos municípios de Maragogi/AL e Tamandaré/PE. Neste âmbito, a existência das redes é um fator significativo para que esses destinos se tornem e permaneçam competitivos e fortaleçam o território turístico.

As redes de serviços são fomentadas por outras redes técnicas e materiais que dão suporte e as efetivam a partir da organização de pontos e agentes no território, assim realizando determinada atividade, segundo Pereira e Kahil (2006, p. 218), “podem ser consideradas como redes imateriais, porque denotam principalmente as articulações políticas e sociais organizadas para a realização, de forma multilocalizada no território, por exemplo, da parcela técnica da produção de grandes empresas”.

Mapa 03 – Rodovias no território turístico da APACC.



Fonte: IBGE, 2016; DNIT, 2015.

A APACC já vivencia a constituição de uma rede de pequenos municípios que se retroalimentam para dinamizar o arranjo produtivo do turismo, todavia, o que aparenta é um modelo desarticulado nas esferas pública e privada que precisam ser analisados e compreendidos seus entraves e possibilidades, cujo intuito é a estruturação, o estímulo para o desenvolvimento

da atividade, garantir a proteção do território turístico da APACC e diminuir os conflitos, contradições, antagonismos provenientes do uso turístico do território, a fim de favorecer o desenvolvimento local e regional (BUARQUE, 2002; 2004; ENDLICH, 2007; HANAI, 2012).

## **Considerações Finais**

Infere-se que a atividade turística pode fomentar economicamente as localidades as quais estão inseridas, igualmente beneficiar socialmente com emprego e renda, entretanto deve-se seguir um planejamento e gestão, certamente, que envolva os atores locais no processo decisório, justamente para se distanciar do discurso desenvolvimentista, normalmente, utilizado como manobra de inserção da atividade turística em localidades com elevada vulnerabilidade socioeconômica e com a promessa de resolução destes problemas.

O turismo abrange aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, do mesmo modo que atende aos diversos interesses e atores sociais envolvidos, aspectos que são estimuladores de um árduo processo de gestão deste, complexo, território, por sua vez exigindo flexibilidade e unidade das partes envolvidas para evitar efeitos contraditórios e antagônicos à localidade, especialmente, quando trata-se de territórios turísticos de UCs, uma vez que apresentam maior risco ambiental.

As UCs têm sido mercantilizadas pelo poder público e pelas grandes corporações turísticas porque unem o discurso de desenvolvimento ao de sustentabilidade, da mesma forma que ao de findar os problemas sociais, entretanto há mais detalhes incutidos do que os percebíveis, conseqüentemente o estímulo é

para o crescimento econômico, em detrimentos das melhorias para a população local, assim há uma forte segregação socioespacial, ao mesmo tempo que corrobora com impactos ambientais negativos.

A relação do turismo com o desenvolvimento e as redes é retroalimentada pela dinâmica da atividade e, no caso da APACC, a já existência de destinos turísticos indutores, bem como municípios presentes no mapa do turismo e a proximidade das capitais dos estados de Alagoas e Pernambuco têm configurado uma rede geográfica permeada de densidade técnica e constituído um corredor turístico entre os estados, embora existam problemas entre os fluxos e os fixos, ainda assim a atratividade que a UC possui contribui para elevado fluxo turístico anualmente.

A APACC é constituída de 120 km de praias, mangues, restingas, rios, cachoeiras e, especialmente, piscinas naturais, conseqüentemente possui interessante beleza cênica que estimula as já existentes Região Turística da Costa dos Corais/AL e a Região Turística, Histórica Costa dos Arrecifes e Manguezais/PE que não possuem delimitação para o fluxo turístico ocorrente, por isso que potencializam o território-rede a partir de um território-zona.

Por fim, destaca-se a importância da manutenção da rede geográfica, nesse território turístico, porque contribui para minimizar os problemas socioeconômicos e ambientais, apesar de que os discursos de proteção, muitas vezes, são contraditórios por conta dos usos e abusos nessa área natural protegida.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2001.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2. ed., 2004.

CARPI JR., S. *Identificação de riscos ambientais e proteção da água: uma aproximação necessária*, 2011. p. 34.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO NETO, Agripino Souza. *Rede e Territórios*. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente*. Revista Cidades, Volume 9, Número 16, 2011.

ENDLICH, Ângela. M. *Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?* In: Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/257/201>>. Acesso em 06 jul. 2018.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas/SP*: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. Tradução Marise Manoel.

FOLADORI, Guillermo. *Paradojas de la sustentabilidad: ecológica versus social*. Trayectorias: REVISTA DE CIENCIAS

SOCIALES DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NUEVO LEÓN, Monterrey, N.L., p.20-30, 24 maio/ago. 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo C. *A A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. 308 f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, UFFRJ, Niterói-RJ, 2008.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HANAI, F. Y. *Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté-SP, 2012, v.8, n. 1, p.198-231. In: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/index>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ICMBIO. *Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais*. Tamandaré, ICMBio, 2013. 73 p.

ICMBIO EM FOCO. *Brasília: ICMBIO MMA*, ANO 11, n. 503, 15 fev. 2019. Semanal. In <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/icmbioemfoco503.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

IRVING, Marta A.; Sancho, Altair P. *Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico*. Caderno Virtual de Turismo, 2005.

KNAFOU, Remi. *Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo*. In: RODRIGUES, A.A.B (org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 62-74, 2001.

LYRA, Marcos M. *Dano ambiental*. In: *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.8, 1997. p. 49-83, out-dez.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016)*. Brasília: MTUR, 2013.

MUSSO, Pierre. A filosofia da Rede. In: PARENTE, A. *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PEREIRA, Alexandre Q. *A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202 p.

PEREIRA, Mirlei de F. V. KAHIL, Samira P. *O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas*. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (Org.). *Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro: UNESP/IGCE. AGETEO, 2006. 434.

RUSCHMANN, Doris V. de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 16ª ed., Campinas: Papirus, 2012

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*; São Paulo; Hucitec: 1997.

SANTOS, Milton. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Território. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: Território e sociedade no início do séc. XXI*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad.: Laura Teixeira Motta. Ver. Técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 250.



# Sobre os organizadores e autores

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **Anderson Pereira Portuguesez**

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Estágio pós-doutoral em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. É professor Associado II do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal PPGEP/UFU.

E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com

### **Luiz Gonzaga Godoi Trigo**

Professor titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, atuando nos mestrados de Turismo e de Estudos Culturais e na graduação de Lazer e Turismo. Graduado em Turismo (1983) e licenciado em Filosofia (1988) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; mestre em Filosofia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991); doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Livre Docente em Lazer e Turismo pela ECA/USP (2003). É professor titular da EACH-USP desde 2011. É membro vitalício da Congregação da EACH.

E-mail: trigo@usp.br

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Celso Cardoso Gomes**

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (2019), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (2013), Especialização no Ensino da Geografia e a Questão Ambiental pela FUNESO/UNESF (2008) e Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade de Pernambuco (2003). Atualmente é professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Consultor da MW ECOTUR ADVENTURE.

E-mail: *marmecel@gmail.com*

### **Daniele Lima Gelbcke**

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Atualmente cursando doutorado no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: *dani.gelbcke@gmail.com*

### **Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira**

Professor Assistente Doutor MS3-2, aposentada desde 2019, tendo atuado junto ao Departamento de Geografia do IGCE-UNESP-Rio Claro e do Programa de Pós-Graduação de Geografia do IGCE-UNESP/Rio Claro. Concluiu o Doutorado, em 1998 e o Mestrado, em 1989, em Geografia (IGCE/UNESP/Rio Claro) e a Graduação em Geografia em

1985 na mesma Instituição. Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-2) de 03/2012 a 02 de 2015.

E-mail: *darlene.ferreira@unesp.br*

### **Denise dos Santos Soares**

Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Piauí. Foi Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET TURISMO. Foi estagiária no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Turismo - EITUR - UFPI.

Falta e-mail: *denise@onevisionintl.org*

### **Diamiry Cabrera Nazco**

Mestre em Ciências: História e Cultura em Cuba, Universidad de Granma (Cuba).

E-mail: *dcabreran@udg.co.cu*

### **Fernando Luiz Araújo Sobrinho**

Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Professor Associado II da Universidade de Brasília atuando nos cursos de bacharelado, licenciatura presencial e ensino à distância da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da UnB.

E-mail: *flasobrinho@gmail.com*

### **Gheysa Mara Carneiro Paiva**

Graduação em Turismo (FIC - Faculdade Integrada do Ceará). Pós Graduação - MBA em Formação Empresarial na Gestão de Pequenas e Médias Empresas (UNIFOR - Universidade de Fortaleza). Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental (UECE - Universidade Estadual do Ceará). Mestre em Gestão de Negócios Turísticos (UECE - Universidade Estadual do Ceará). Servidora Pública, concursada da Prefeitura Municipal de Pacatuba.

E-mail: *gheysapaiva15@gmail.com*

### **Jefferson de Sousa Brito**

Possui graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (2006), graduação em Engenharia de Pesca (2016) , mestrado em Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (2010) e especialização em Recursos Hídricos (2016). Tem experiência na área de Engenharia Ambiental, com ênfase em engenharia sanitária, gestão ambiental e licenciamento ambiental. Servidor efetivo da prefeitura municipal de Pacatuba/CE desde 2011 como analista ambiental da Autarquia de Meio Ambiente de Pacatuba - AMAPA

E-mail: *brito.jefferson@gmail.com*

### **João Carlos Geraldo**

Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Rio Claro (1985), graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Rio Claro (1986), mestrado em Geografia (Geografia

Física) pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Geografia (Organização do Espaço), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Rio Claro (2012).

Atualmente é professor da Universidade de Araraquara.

E-mail: *jcgeraldo495@gmail.com*

### **José Pedro Da Ros**

Doutor em Desenvolvimento Turístico Sustentável pela Universidade de Málaga (UMA) - Espanha, título reconhecido pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente PRODEMA da Universidade Federal do Ceará, UFC.

Mestre em Mídia e Conhecimento, UFSC. Especialista em Ecoturismo: interpretação e planejamento de atividades naturais,

UFLA. Bacharel em Turismo, ASSESC. Atualmente é Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR Litoral.

E-mail: *zdaros@gmail.com*

### **Lucilene Assing**

Bacharela em Engenharia Agrônoma, técnica no Projeto Acolhida na Colônia, Florianópolis, Santa Catarina. Secretária de Turismo em Santa Rosa de Lima-SC. Consultora e sócia na empresa Biodiversidade Consultoria.

E-mail: *luciassing@hotmail.com*

### **Luzia Neide Coriolano**

Professora de Pós-Graduação em Geografia, Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos / Universidade Estadual do Ceará/ Brasil. (UECE).

Pesquisadora do CNPq. Acadêmica-efetiva da Academia Cearense de Turismo/ACTur. Escritora e organizadora de livros.  
E-mail: *luzianeidecoriolano@gmail.com*

### **Marinês da Conceição Walkowski**

Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (2005), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, CAPES (2008). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, CAPES (2014). Realizou estágio de doutorado no exterior como pesquisadora na Universidade de Lisboa - Doutorado Sanduíche, CAPES (2013). Pós Doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, CAPES (2018). Atualmente é membro da ABRATUR (Academia internacional para o desenvolvimento da pesquisa em turismo no Brasil).  
E-mail: *marinesw@gmail.com*

### **Matheus Sanaiotti Marconi**

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, Campus de Rio Claro- SP, onde atualmente é graduando do curso de Geografia, modalidade Bacharelado. É integrante do Núcleo de Estudos Agrários (NEA - UNESP Rio Claro) e membro da Rede de Estudos Agrários (REA), constituído pelas Universidades: UNESP, UNIMONTES, UFPel, UNIFAL e UFS.  
E-mail: *matheus.s.marconi@unesp.br*

### **Senia Pérez Torres**

Mestre em Didática da Educação Superior pela Universidad de Oriente, Santiago de Cuba. Licenciada en Educación Primária pela Universidad de Ciencias Pedagógicas Blas Roca Calderío, professora do Departamento de Marxismo-Leninismo da Universidad de Granma  
E-mail: *zperez@udg.co.cu*

### **Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira**

Doutoranda em Ciências pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq; pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura -Cena, e pela Universidade de São Paulo -USP. Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades - PPGI-EA. Linha de pesquisa Ambiente e Sociedade. Bolsista Capes. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Cidade São Paulo, 2011. \* Licenciada em Geografia pela Universidade Cruzeiro do Sul, 2008. \* Docente concursada, desde 2010, na rede municipal de ensino da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro  
E-mail: *tatiana.heidorn@usp.br*

### **Vanessa Manfio**

Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestrado em Geografia, também pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal. Atualmente, membro do Grupo de pesquisas Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora de Geografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Cândida Zasso, da Rede Municipal de Nova Palma-RS.

E-mail: *nessamanfio@gmail.com*

### **Vinício Luís Pierozan**

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017) e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é Professor Estatutário de Geografia na Rede Municipal de Ensino de Canoas, RS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: geografia agrária, geografia cultural, geografia do turismo, ensino de geografia.

E-mail: *vpierozan@hotmail.com*

### **Yulianne Pérez Escalona**

Licenciada em Estudos Socioculturais. Mestre em Cooperação para o Desenvolvimento pela Universidad de Valencia (Espanña).

E-mail: *yperezescalona52@gmail.com*

